

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-graduação em História

Régis Clemente Quintão

**SOB O “RÉGIO BRAÇO”:
a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)**

Belo Horizonte
2017

Régis Clemente Quintão

**SOB O “RÉGIO BRAÇO”:
a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientador: Prof. Dr. José Newton C. Meneses

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
19/04/2017

981.51 Quintão, Régis Clemente
Q7s Sob o régio braço [manuscrito]: A Real Extração e o
2017 abastecimento no Distrito Diamantino / Régis Clemente
Quintão. - 2017.
150 f.: il.
Orientador: José Newton Coelho Meneses.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.História – Teses. Real Extração. 2.Minas Gerais – História - Teses. I. Meneses, José Newton Coelho. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



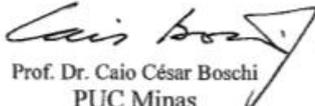
**"Sob O 'régio Braço': A Real Extração e O Abastecimento No Distrito
Diamantino (1772-1805)"**

Régis Clemente Quintão

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dr. José Newton Coelho Meneses - Orientador
UFMG


Prof. Dra. Júnia Ferreira Furtado
UFMG


Prof. Dr. Caio César Boschi
PUC Minas

Belo Horizonte, 19 de abril de 2017.

AGRADECIMENTOS

Quando se vê, passaram-se dois anos. No poema de Mário Quintana, a vida é um dever. O findar de uma dissertação é agradecer. Registro, assim, minha gratidão aos professores e amigos pelas horas compartilhadas.

Em primeiro lugar, ao orientador deste estudo: o Prof. José Newton Coelho Meneses a quem expresse distinta consideração pelas otimistas conversas, reflexões, aulas, correções, críticas, discussões e indicações. Ao Prof. Caio César Boschi, pela confiança nos últimos anos de trabalho conjunto e por ter apresentado as fontes que deram origem à presente pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da UFMG. Aos docentes que participaram do exame de qualificação: Prof.^a Júnia Ferreira Furtado e Prof. Douglas Cole Libby. Reitero minha gratidão à Prof.^a Júnia Furtado pelas valiosas indicações e empréstimos bibliográficos. Aos docentes que ministraram disciplinas neste período: Prof.^a Adriana Romeiro e Prof. Eduardo França Paiva.

Às pessoas que me apoiaram incondicionalmente: Denis Soares, Renata Silva e Denise Duarte. Obrigado pela paciência quando o único assunto era a minha dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que, por meio do Programa de Excelência Acadêmica – PROEX, proporcionou-me amparo financeiro.

RESUMO

Na segunda metade do século XVIII, sob o governo josefino-pombalino, o Império Ultramarino português passou por intensas transformações socioeconômicas. Nesse contexto, os princípios de racionalização das práticas administrativas e fiscais tornaram-se patentes e deram origem a instituições que visavam intensificar o controle sobre as receitas e as despesas do Estado. Ao retomar o domínio sobre as riquezas minerais, nomeadamente os diamantes, criou-se a Real Extração, administrada por autoridades residentes em Lisboa e na Capitania de Minas Gerais, mais precisamente no Distrito Diamantino. Com o objetivo de gerir a produção diamantífera e os custos dela decorrentes, foi fundamental organizar um pujante abastecimento com todo o necessário para os trabalhos de mineração e para a sobrevivência dos milhares de escravos e funcionários da Instituição. O controle desse abastecimento pela própria Real Extração é o objeto principal de análise na presente dissertação. A partir, sobretudo, de fontes manuscritas inéditas pertencentes ao Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, constatamos, não obstante as dificuldades na contenção de dispêndios e na execução das ordens emanadas do Reino, certa eficácia no referido controle, por não ter ocorrido problemas graves que colocassem em risco a continuidade da extração de diamantes. O abastecimento da Real Extração demandava grande quantidade de mercadorias importadas, não impedindo, todavia, o incentivo ao comércio e à produção locais. Assim, o controle do abastecimento refletiu a própria dinâmica do período, cuja tendência assentava-se nas noções da boa administração, que aumentaria não somente as riquezas da Coroa, mas também a felicidade pública dos súditos.

Palavras-chave: Real Extração; Abastecimento; Distrito Diamantino; Minas Gerais.

ABSTRACT

In the second half of the eighteenth century, under the Josefino-Pombaline government, the Portuguese Overseas Empire underwent intense socioeconomic transformations. In this context, the principles of rationalization of administrative and fiscal practices became evident and gave rise to institutions that sought to intensify control over state revenues and expenditures. The Royal Diamond Extraction, managed by authorities residing in Lisbon and in the Captaincy of Minas Gerais, more precisely in the Diamantino District, was created by retaking dominance over mineral wealth, namely diamonds. In order to manage the diamond production and the associated costs, it was fundamental to organize a thriving supply – entailing anything else necessary – for the mining works and for the survival of the thousands of slaves and employees of the institution. The present dissertation deals with the control of this supply by the Royal Diamond Extraction itself. Based on unpublished manuscript sources belonging to the Historical Archives of the Portuguese Court of Auditors, we found that this control was sufficiently effective: despite the difficulties in containing expenses and executing orders issued by the Kingdom, no problems that could possibly endanger the continuity of diamond extraction surfaced from this operation. While the Royal Diamond Extraction supply demanded large quantities of imported goods, it did not prevent the stimulation of local trade and production. Thus, the control of supply reflected the very dynamics of this era, which relied on the notions of good administration not only to augment the riches of the Crown, but also to sustain the public happiness of its subjects.

Keywords: Royal Diamond Extraction; Supply; Diamantino District; Minas Gerais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém</i>	29
Figura 2 - Detalhe da legenda da <i>Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém</i>	31
Figura 3 - Detalhe da <i>Vista do serviço diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha</i>	40
Figura 4 - Detalhes dos riscos iluminados de Carlos Julião referentes ao Serro do Frio	42
Figura 5 - Detalhe das edificações da <i>Vista do serviço diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha</i>	55
Figura 6 - Raízes de poaia	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Administradores da Real Extração dos Diamantes (1772-1805)	47
Quadro 2 - Materiais para mineração importados de Lisboa	64
Quadro 3 - Materiais para mineração importados de Lisboa e do Rio de Janeiro.....	67
Quadro 4 - Materiais para mineração importados do Rio de Janeiro	69
Quadro 5 - Drogas de botica importadas de Lisboa	71
Quadro 6 - Drogas de botica importadas de Lisboa e do Rio de Janeiro	76
Quadro 7 - Drogas de botica importadas do Rio de Janeiro.....	79
Quadro 8 - Tecidos e afins importados de Lisboa	85
Quadro 9 - Tecidos e afins importados do Rio de Janeiro	87
Quadro 10 - Tecidos e afins importados de Lisboa, do Porto e do Rio de Janeiro	88
Quadro 11 - Materiais de escritório importados do Rio de Janeiro.....	91
Quadro 12 - Materiais de escritório importados de Lisboa e do Rio de Janeiro	92
Quadro 13 - Materiais de escritório importados de Lisboa	93
Quadro 14 - Artigos diversos importados do Rio de Janeiro, de Lisboa e do Porto	95
Quadro 15 - Compras da Real Extração (1774-1775).....	107
Quadro 16 - Consumo de alimentos pela Real Extração (1775)	108

LISTA DE ABREVIATURAS

AHTCP - Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

AHEx - Arquivo Histórico do Exército

APM - Arquivo Público Mineiro

CC - Casa dos Contos

SC - Seção Colonial

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

BNB - Biblioteca Nacional do Brasil

MO - Museu do Ouro de Sabará

RAPM - Revista do Arquivo Público Mineiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 “Por conta da Real Fazenda”: a Demarcação Diamantina e a administração pombalina	18
2.1 As reformas pombalinas	19
2.2 O fim do sexto contrato e a monopolização dos diamantes	26
2.3 A Real Extração.....	32
2.4 O Distrito e o mundo	49
3 “Por conta e risco da Real Extração”: as remessas importadas	55
3.1 Importações nas Minas	56
3.2 Materiais para mineração	62
3.3 Drogas de botica	69
3.4 Vestuário diamantino	84
3.5 Materiais para escritório	90
3.6 Artigos diversos	94
4 Em toda parte: a felicidade pública	98
4.1 O controle	99
4.2 O comércio	104
4.3 A produção	112
4.4 A carestia	124
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada é resultado de interesse surgido a partir de memorável experiência com leituras e transcrições paleográficas. No processo de resumo dos conteúdos dos documentos do projeto *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*, coordenado pelo Prof. Dr. Caio César Boschi, deparamo-nos com códices que chamaram nossa atenção.¹ Na documentação sobre a Real Extração dos Diamantes, o tema do abastecimento era particularmente recorrente. Assim, contrariando os ensinamentos de Marc Bloch, houve “a inspiração do documento.”² Iniciamos as primeiras investigações a respeito da temática em trabalho monográfico de conclusão de curso de bacharel em história, em 2014. Por muitos fatores, entre eles a exiguidade do tempo e, sobretudo, sendo iniciante no ofício, muitas questões permaneceram sem respostas e outras tantas surgiram. Estas, por sua vez, deram origem à presente pesquisa de mestrado.

Estudamos, aqui, o controle do abastecimento da Real Extração no Distrito Diamantino. Inicialmente, a problemática residia em desvelar como se dava o referido controle no contexto de reformismo ilustrado, no qual a centralização da administração e a fiscalização financeira eram, cada vez mais, colocadas em prática no Império português. Por ser uma criação pombalina e estar subordinada ao Erário Régio, a Real Extração partilhava praticamente da mesma estrutura cujo objetivo, *grosso modo*, era aumentar as rendas reais, diminuir as despesas e abolir os gastos desnecessários. No caso dos diamantes, além de combater os extravios, a intenção era elevar sua produção e reduzir os custos decorrentes. Diante disso, como o empreendimento da Real Extração teria conduzido a importante e cara tarefa de abastecer a área demarcada? Nesse processo, apesar das dificuldades na aplicação das medidas administrativas, ela foi responsável por intermediar padrões de circulação de mercadorias que moldaram e incentivaram a produção e o comércio. Por meio do consumo, influenciou gostos, controlou corpos e garantiu o sucesso da empreitada mineradora e a sobrevivência de pessoas direta ou indiretamente a ela ligadas. Em última instância, o controle do abastecimento refletiu a própria dinâmica do período, que visava, cada vez mais, ao aumento das rendas reais e da felicidade pública dos vassallos.

¹ Posteriormente publicado sob a forma de *e-book*: BOSCHI; QUINTÃO. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*, 2015.

² Sobre a pesquisa em história, Marc Bloch escreveu: “Não há pior conselho a dar a um iniciante do que esperar [assim], numa atitude de aparente submissão, a inspiração do documento.” BLOCH. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*, 2001, p. 79.

O início do recorte temporal, 1772, diz respeito ao estabelecimento da administração régia dos diamantes, com sedes no Arraial do Tejuco e em Lisboa. A partir de 1º de janeiro de 1772, além do monopólio sobre a produção e a comercialização dos diamantes, a Real Extração passou a conduzir diversas tarefas, entre elas, de acordo com o parágrafo 33 do Regimento Diamantino, tornavam funções dos administradores e do intendente “reduzir o número das lojas e supervisionar armazéns, vendas ou tavernas; fornecer licenças aos lavradores, roceiros, criadores e condutores”.³ Ou seja, a Real Extração assumia o encargo de controlar as variadas ações fundamentais ao abastecimento, com o objetivo maior de evitar o descaminho das pedras preciosas. Entretanto, como dito, o controle não se limitou ao combate do tráfico. Sob sua tutela, um complexo circuito mercantil dinamizava a economia e a vida das pessoas do Distrito. Ao assumir as despesas decorrentes da exploração, houve a necessidade de importar tudo que fosse essencial ao trabalho diamantífero. Além das mercadorias para mineração, era importada toda sorte de materiais indispensáveis para o dia a dia dos funcionários, guardas e escravos próprios ou alugados pela Real Extração. Os gêneros alimentícios, no entanto, foram pouco importados pela instituição, pois eram adquiridos dos roceiros e comerciantes locais ou estabelecidos nas proximidades. De 1772 em diante, a Real Extração passou a gerenciar seu abastecimento e, por conseguinte, a interferir no mercado de abastecimento do Distrito.

O ano de 1805 é o marco cronológico final porque refere-se à data do último registro encontrado na documentação do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal sobre a compra de gêneros destinados ao abastecimento das “fábricas” de mineração. Além disso, nesse ano, os diretores gerais da Real Extração, em Lisboa, enviaram várias cartas aos administradores estabelecidos no Tejuco ordenando que os trabalhos de mineração fossem feitos onde possivelmente se extraísse melhor rendimento com a menor despesa possível. A essa altura, havia bastante dificuldade no controle dos custos. No entanto, a preocupação com os gastos excessivos permeou toda existência da Administração Diamantina, apesar de datar somente de 1795 a redução da assistência anual para custeio da Administração Diamantina, que passou de duzentos para cento e vinte contos de réis. Em todo caso, até 1805 nossas fontes evidenciaram as dificuldades e o controle dos quais falamos. É possível que se estendam até a extinção da Real Extração, em 1845. Optamos, porém, por encerrar o recorte em 1805 porque a comprovação dessa hipótese demandaria mais tempo de pesquisa que ultrapassaria nossos limites neste momento.

³ FURTADO. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*, 1996, p. 71.

Facilmente identificado, a Demarcação Diamantina é nosso recorte espacial. Contudo, não se trata daquela Demarcação como um território especial dentro da Capitania de Minas Gerais. Se de acordo com os últimos estudos sobre a região⁴, o Distrito não era um espaço fechado em si mesmo, apartado da colônia e rigorosamente governado, tentaremos mostrar que, para além disso, era um local que mantinha muitas relações econômicas com o Rio de Janeiro e, também, se conectava com as mais longínquas praças europeias, de onde vinham parte das mercadorias e víveres que abasteciam a região. Geralmente as análises, ao se referirem ao Distrito Diamantino, destacam apenas os principais arraiais e povoados, como Tejuco, Gouveia, Milho Verde, São Gonçalo, Chapada, Rio Manso, Picada e Pé do Morro, ou locais como a Serra de Santo Antônio do Itacambiruzú. Aqui, na medida do possível, apontaremos a diversidade de lavras ou serviços diamantinos, como eram chamados naquele contexto. Estabelecidos nos leitos de rios e ribeirões da área demarcada, eram esses abastecidos pela Real Extração com alimentos, materiais e instrumentos necessários à exploração mineral, drogas de botica, vestimentas etc.

Na maioria das vezes, as pesquisas sobre o abastecimento de Minas Gerais no período colonial, com as quais dialogaremos ao longo deste trabalho, enfatizam praticamente a produção e comércio de alimentos. Todavia, abastecimento é só alimentar? A palavra abastecimento não consta nos dicionários de língua portuguesa produzidos no século XVIII, mas um sinônimo atual do termo está presente nas definições de Bluteau e de Antonio de Moraes Silva. Trata-se do vocábulo “provisão”, o qual Bluteau definiu como “uma caça para o sustento”, “mantimentos para um mês”, ou “cousas de comer para um ano.” Um exemplo seria, então, “fazer provisão de trigo, vinho e azeite”, ou ainda de forma mais genérica: “fazer provisão de qualquer cousa.”⁵ Com esta última noção já poderíamos considerar que abastecimento não é somente alimentar. Além disso, é necessário considerar, de acordo com José Newton Coelho Meneses, que a palavra “mantimentos engloba os produtos de botica (remédios), as bebidas, o azeite para a iluminação e as ‘miudezas’.”⁶ Assim, provisão ou abastecimento incluem por definição muitas outras coisas necessárias para a sobrevivência material que não representam pessoas, mas constituem-nas, como escreveu o antropólogo Daniel Miller.⁷

Nesse sentido, Antonio de Moraes Silva oferece uma interessante acepção para a palavra em pauta. Para ele, provisão significa tudo “o que é necessário para o gasto, uso,

⁴ Ver, sobretudo: FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996.

⁵ BLUTEAU. *Vocabulário Português & Latino...*, v. 6, 1728, p. 808.

⁶ MENESES. *O Continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*, 2000, p. 108.

⁷ MILLER. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*, 2013.

consumo, sustentação, como as virtualhas, e víveres de toda a sorte, manutenção, satisfação de trabalho, e serviço.”⁸ Sem a garantia de um efetivo abastecimento alimentar, preocupação constante das autoridades portuguesas, como veremos, a sobrevivência dos “povos” estaria comprometida. Do mesmo modo, a “provisão” daquilo que não alimentava o corpo era fundamental. O uso e consumo de outros produtos davam à existência humana outras possibilidades e sentidos sociais. Para Daniel Miller, os “trechos, troços e coisas” que os homens criam, consomem e usam estão longe de se constituírem como superficialidade de determinada realidade, aqui, em nosso caso, a histórica. Eles nos fazem enquanto os fazemos; são parte de um mesmo processo, defende o autor. As coisas são indissociáveis da sociedade e elas dizem respeito à própria sociedade na qual circulam. Dessa forma, podemos depreender que para a antropologia, assim como para a história, “os objetos são importantes, não por serem evidentes e fisicamente restrinjam ou habilitem, mas justamente pelo contrário. Muitas vezes, é precisamente porque nós não os vemos”.⁹ O autor completa: eles “funcionam porque são invisíveis e não mencionados, condição que, em geral, alcançam por serem familiares e tidos como dados.”¹⁰

Pretendemos dar a conhecer uma diversidade de “elementos materiais” aparentemente “dados” que faziam parte da vida cotidiana dos envolvidos na exploração de diamantes por conta da Real Extração. Usamos a expressão “elementos materiais” por estarmos de acordo com José Newton Coelho Meneses sobre as discussões a respeito da dificuldade conceitual relacionada à separação entre cultura material e imaterial. Para o autor,

Podemos distinguir a materialidade da cultura das representações mentais e do pensamento religioso, político, filosófico, artístico, da construção linguística etc, mas não podemos separá-los, tratá-los na individualidade reduzida. Advém dessa premissa, evitarmos a expressão cultura material e adotarmos elementos materiais da cultura, do mesmo modo que estranhemos acima a ideia de uma cultura material e de uma cultura imaterial, separadas em didatismo simplificador. No processo de vivência, ou de outra forma, na dinâmica das experiências humanas ao viver, tudo é cultura, intrinsecamente compondo repertórios de construções de realidades. Nesses termos, a pesquisa histórica objetiva, não apenas a descrição dos objetos e das técnicas em um processo temporal de mudanças e de permanências, mas a interpretação de realidades sociais que os usam, distintas no tempo.¹¹

Sob essa perspectiva, ao descrevermos as mercadorias utilizadas no dia a dia dos serviços de mineração, por vezes, interpretaremos fatos sociais, conflitos e relações de força próprios do cotidiano daquela realidade. A maioria dos “elementos materiais” da cultura da produção diamantífera será novidade para o leitor, posto serem raramente referidos nos

⁸ SILVA. *Dicionário da língua portuguesa...*, v. 2, 1789, p. 522.

⁹ MILLER. *Trechos, troços e coisas...*, 2013, p. 78.

¹⁰ MILLER. *Trechos, troços e coisas...*, 2013, p. 79.

¹¹ MENESES. Apresentação. Dossiê: Elementos materiais da cultura e patrimônio, 2011, p. 400.

estudos sobre o período colonial mineiro. Contudo, lá estavam eles. A sua circulação não era obra do acaso, mas proporcionada, sobretudo, por demanda da Real Extração. Segundo Arjun Appadurai, “a demanda é, pois, a expressão econômica da lógica da política de consumo”.¹² Este, por sua vez, “é eminentemente social, relacional e ativo, em vez de privado, atômico ou passivo.”¹³ Ela, ainda de acordo com o antropólogo indiano, “é determinada por forças sociais e econômicas”. De modo inverso, entretanto, “pode manipular, dentro de certos limites, estas forças econômicas e sociais.”¹⁴ A demanda, então, “envia” mensagens, pois é capaz de moldar a produção, de influenciar no gosto. Por outro lado, “recebe” mensagens, porque se relaciona constantemente com pessoas, estilos e produtos estrangeiros.¹⁵ Ela, em resumo, “intermedeia padrões de circulação de mercadorias”.¹⁶ Destarte, perscrutar o abastecimento do Distrito Diamantino é, também, estudar as dinâmicas socioeconômicas, os circuitos mercantis e as “interações entre o Império Ultramarino português e o Antigo Sistema Colonial”.¹⁷ A Real Extração era, assim, a responsável por proporcionar a circulação de grande fluxo de mercadorias. Por ser a força que as demandava, ela tentava controlar e definir seu movimento. No entanto, a análise da demanda não pode se limitar à regulação do mercado. Como lembra Daniel Roche, além daquilo, devemos incluir “a estruturação das necessidades, a classificação dos consumidores, os circuitos de distribuição e a organização espacial da oferta”.¹⁸

Devido à prodigalidade dos “elementos materiais” que circulavam e eram consumidos nos serviços de mineração, optamos pelo estabelecimento de quadros com suas denominações, quantidades (peso ou medida) e frequência de chegada ao Distrito Diamantino. Pelo mesmo motivo, a análise deles ficou condicionada à amostragem. Certos das lacunas, esperamos que sejam pontos de partida para novos estudos. Ainda por opção metodológica, direcionamos nossa interpretação para uma perspectiva mais qualitativa, embora o quantitativo esteja de alguma forma presente. Na maioria das vezes, optamos por não apresentar os preços das mercadorias listadas nos quadros, mesmo sabendo que eles poderiam contribuir para o nosso trabalho no sentido de comprovarmos como eram altos os custos relativos ao abastecimento da Real Extração, ou mesmo para avaliarmos o desempenho da economia dos diamantes, a evolução das produções e o funcionamento dos mercados correlatos. Ainda a partir deles, poderíamos ter observado as flutuações ao longo do período

¹² APPADURAI. Introdução: mercadorias e a política de valor, 2008, p. 48.

¹³ APPADURAI. Introdução: mercadorias e a política de valor, 2008, p. 48.

¹⁴ APPADURAI. Introdução: mercadorias e a política de valor, 2008, p. 48-49.

¹⁵ APPADURAI. Introdução: mercadorias e a política de valor, 2008, p. 49.

¹⁶ APPADURAI. Introdução: mercadorias e a política de valor, 2008, p. 60.

¹⁷ BOSCHI; QUINTÃO. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*, 2015, p. 9-10.

¹⁸ ROCHE. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*, 2000, p. 29.

compreendido por nossa investigação, o que seria possível dada a natureza serial de nossas fontes. Enfim, são possibilidades para pesquisas futuras e aos interessados na história dos preços.¹⁹

A base documental deste trabalho é manuscrita. Contamos com as fontes do fundo do *Erário Régio*, pertencente ao já citado Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. Também utilizamos documentos da *Coleção Pombalina*, da Biblioteca Nacional de Portugal. Por meio dos CD-ROMs do *Projeto Resgate*, consultamos os avulsos relativos à Capitania de Minas Gerais, do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. No Arquivo Público Mineiro, além dos impressos na RAPM²⁰, pesquisamos na chamada *Seção Colonial* e no acervo da *Casa dos Contos*. Valemo-nos, ainda, da cartografia e da iconografia. Da primeira, usamos um conhecido mapa da Demarcação Diamantina, preservado pelo Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, e reproduzido em diversos livros citados em nossas referências. Com o objetivo de breve análise da representação de um serviço diamantífero, dispomos de detalhe de fonte iconográfica existente no Museu do Ouro, em Sabará. Esta, porém, foi digitalizada e editada a partir de reprodução encontrada no livro *Cartografia da conquista do território das Minas*.²¹ Outras imagens utilizadas são as famosas pranchas de autoria de Carlos Julião, publicadas em 1960 pela Biblioteca Nacional do Brasil. As fontes impressas complementam nosso arcabouço documental. São diversos relatos de viajantes, memórias de contemporâneos e tratados medicinais.

Até a divulgação do inventário de fontes do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal,²² a historiografia sobre a Real Extração e o Distrito Diamantino tinha como última referência *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*²³, de Júnia Ferreira Furtado, resultado de dissertação de mestrado defendida em 1991 e publicado pela primeira vez em 1996. Essa obra foi responsável por reinterpretar importantes questões acerca da região e período em pauta, contrariando as análises de autores como Joaquim Felício dos Santos²⁴, João Pandiá

¹⁹ Essas ponderações foram extraídas a partir das reflexões de: CARRARA. Para uma história dos preços do período colonial: questões de método, 2008.

²⁰ Revista do Arquivo Público Mineiro.

²¹ COSTA. *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004, p. 103. Agradecemos à Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado pela indicação.

²² BOSCHI; QUINTÃO. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*, 2015. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/centrodememoria/_assets/tribunal-contas-portugal/01-intro.pdf>. Acesso: 3 jan. 2017.

²³ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996. Há edições mais recentes de 2008 e 2012.

²⁴ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino da comarca do Serro do Frio*, 1976. Originalmente publicado em 1868.

Calógeras²⁵, Caio Prado Júnior²⁶, Augusto de Lima Júnior²⁷, Aires da Mata Machado Filho²⁸ e Sílvio de Vasconcelos.²⁹

Embora pouco conhecido, não podemos deixar de referenciar o trabalho de David Rabello de Almeida, que investigou o estanco dos diamantes durante a regência de Dom João. Seu objetivo era compreender os meandros diplomáticos e as relações comerciais de Portugal com Londres e Amsterdam em fins do século XVIII e início do XIX. De alguma forma, tal como os últimos autores citados, ele reforça as teses do atraso português e da desordem social, apesar da “rigidíssima administração do Distrito Diamantino”.³⁰ Nesse sentido, segundo o autor, na capitania mineira, “afloram as contradições internas, agudizam-se as tensões, e os colonos percebem, embora nem sempre de forma muito clara, que a natureza dos interesses metropolitanos e brasileiros são caracterizados pelo antagonismo.”³¹ Diferente da perspectiva de Júnia Furtado no aludido texto, para Rabello, a “omnipresença do Estado nas atividades produtivas” era a causadora dos conflitos.³² É bem verdade que Furtado havia antes apontado para as dificuldades de reger e manter sob controle a população da área demarcada. No entanto, cerca de três anos após a publicação de *O livro da capa verde*, para ela, as relações de poder no Distrito eram complexas e “ao contrário do discurso recorrente ‘de que nas Minas, tudo parecia fora do lugar’, era essa mesma indistinção entre o público e o privado que estendia até o menor dos súditos a presença e a proximidade do poder real, e constituía sua base de sustentação na longínqua América portuguesa.”³³

Ainda sobre a discussão acerca do ordenamento do espaço colonial, José Newton Meneses pontuou algumas considerações. Para o autor, duas questões devem ser levadas em conta a respeito da visão das Minas setecentistas como um território desordenado, fluido ou conflituoso:

em primeiro lugar, se não estariam os historiadores olhando para essa construção social de forma equivocada, tentando nela perceber estruturas sociais dadas *a priori* e, não as encontrando, se não ficariam tentados a adjetivá-las de forma negativa, por não atenderem ao modelo dado; em segundo, se não seria comum às sociedades de espaços fronteiriços, em seu início de formação, uma conformação social que, na

²⁵ CALÓGERAS. *As Minas do Brasil e sua legislação*, 1904.

²⁶ PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, 2011. Primeiramente publicado em 1942.

²⁷ LIMA JÚNIOR. *História dos diamantes nas Minas Gerais*, 1945.

²⁸ MACHADO FILHO. *Arraial do Tejuco: cidade Diamantina*, 1980. A primeira edição é de 1945.

²⁹ VASCONCELOS. *A formação urbana do arraial do Tejuco*, 1959.

³⁰ RABELLO. *Os diamantes do Brasil: na regência de Dom João, 1792-1816: um estudo de dependência externa*, 1997, p. 70.

³¹ RABELLO. *Os diamantes do Brasil...*, 1997, p. 62.

³² RABELLO. *Os diamantes do Brasil...*, 1997, p. 65.

³³ FURTADO. *Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos*, 1999b, p. 11.

busca de estabilidade e enraizamento, comportassem um certo nível de conflito e desordem.³⁴

Para os dois casos, ele questiona se não seria necessário buscar “uma compreensão mais aderida a uma realidade passada, em que a construção social seria vista como um sistema complexo e configurado por fatores diversos em associação intercambiante?”³⁵ Dessa forma, “se perceberia as Minas Gerais do século XVIII em sua distinção e, ao mesmo tempo, em sua inserção no mundo colonial português.”³⁶ No período da Real Extração, a sociedade diamantina não estava no começo de sua formação, mesmo assim havia conflitos. Eles não seriam próprios de qualquer sociedade? Seja como for, certamente eles tinham relação com as mudanças ocorridas a partir da monopolização régia. Muitas vezes, junto com os conflitos estavam as cooperações e as colaborações das partes interessadas. Por isso, nesta dissertação, tendo o abastecimento como objeto, compreendemos o Distrito Diamantino como um espaço com algumas especificidades, no qual as relações ali estabelecidas se inserem perfeitamente nos meandros da política colonizadora da segunda metade do XVIII. Havia exercício do poder real, mas também dos súditos. O “espírito das leis” estava tão presente quanto à desobediência a elas.

Estruturamos nosso estudo em três capítulos. No primeiro, procuramos situar o estabelecimento da Real Extração no conjunto das mudanças políticas e econômicas ocorridas na segunda metade da centúria setecentista no Reino de Portugal. A partir do diálogo com a vasta historiografia sobre o assunto, apontamos as principais características das reformas pombalinas, com o objetivo de mostrar sua singularidade e, ao mesmo tempo, as aproximações com as monarquias europeias do período. Com base nas proposições acerca das intervenções do Estado português na economia, discutimos os possíveis motivos de encerramento do sexto contrato dos diamantes, a decretação do monopólio régio e criação da Real Extração. Nesta última seção, a intenção foi desvelar aspectos pouco conhecidos sobre o cotidiano da nova Administração e suas dificuldades em seguir as ordens enviadas de Lisboa. Além disso, tentamos indicar como o Distrito Diamantino tornou-se mais dinâmico economicamente a partir de 1772.

No capítulo seguinte, começamos por indicar a ausência de dados mais completos relativos às importações nos estudos sobre abastecimento da Capitania de Minas Gerais. O objetivo central desta parte é apresentar as mercadorias importadas desde começo da

³⁴ MENESES. *Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das vilas de Minas Gerais (1750-1808)*, 2013a, p. 186.

³⁵ MENESES. *Artes fabris e ofícios banais...*, 2013a, p. 186.

³⁶ MENESES. *Artes fabris e ofícios banais...*, 2013a, p. 186.

monopolização régia sobre os diamantes até 1789, bem como os locais de origem, seus possíveis usos nos serviços de mineração, seu controle e obstáculos enfrentados pela Real Extração. A maior parte delas é desconhecida porque a Administração Diamantina era isenta de tributos. Por isso, elas não eram descritas nos registros de entrada da zona diamantífera. No total, são cinco seções divididas por assuntos e quadros: materiais para mineração, drogas de botica, vestuário, materiais de escritório e artigos diversos.

O abastecimento alimentar é o assunto do último capítulo. Ao percebermos que a Real Extração praticamente não importava alimentos no período estudado, ocupamo-nos em desvelar sua relação com o mercado local. Assim como as câmaras municipais da capitania, os diretores e os administradores, com base nas disposições do Regimento Diamantino, empenharam-se no controle das atividades ligadas ao comércio, à produção e à possibilidade de carestia de mantimentos. Numa relação bilateral, a Real Extração abastecia e era abastecida, nem que para isso ela mesma cultivasse os víveres os quais necessitava. O objetivo era garantir a ordem e o bem-estar social, uma administração eficaz e, obviamente, a continuidade dos trabalhos de mineração.

2 “Por conta da Real Fazenda”: a Demarcação Diamantina e a administração pombalina

“[...] podem ocorrer circunstâncias em que seja muito conveniente recorrer-se ao meio da administração por conta da Real Fazenda [...]” Instruções do Erário Régio ao governador de Minas Gerais, 1775.

A extração dos diamantes por conta da Real Fazenda, isto é, administrada por órgãos e empregados régios e não mais pelas mãos de particulares, estabeleceu um novo sistema com a finalidade de controlar e aumentar a produção diamantífera, minimizando, por outro lado, os custos do processo. “A este novo sistema e à administração deu-se o nome de Real Extração, ou simplesmente de Extração.”³⁷ Criada em 1771, no contexto da reestruturação da administração portuguesa empreendida pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e, depois, marquês de Pombal,³⁸ durante o reinado de D. José (1750-1777), a instituição baseava suas ações em princípios que visavam a uma eficiente organização fazendária, com métodos contábeis capazes de assegurar maior domínio sobre as contas e as arrecadações dos direitos e das rendas reais, além de tentar combater fraudes e contrabandos.

O abastecimento da Real Extração no Distrito Diamantino será analisado após situarmos o lugar dessa Instituição no conjunto das reformas pombalinas. Compreender esse momento histórico auxilia-nos a entender como e por que motivo a Real Extração controlou seu abastecimento, sobretudo a partir de quais parâmetros seus diretores e administradores lidaram com as finanças. As reformas do período, concordamos com a bibliografia à frente referida, inserem-se num processo mais amplo de racionalização administrativa já em curso não somente em Portugal, como também em outros países europeus. Por outro lado, neste capítulo, a decisão pela monopolização régia sobre as pedras preciosas e o estabelecimento da Real Extração, resultados da atuação direta do marquês de Pombal, são entendidos como parte de uma tradição portuguesa de intervenção na economia. A “sombra tutelar do Estado”³⁹, assim chamada por José Luís Cardoso, sempre diligente ao amparo de suas estruturas em momentos de desequilíbrios e ameaças à estabilidade financeira, não poupou esforços para garantir o êxito da exploração diamantina desde o descobrimento na década de 1720.

³⁷ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino...*, 1976, p. 131.

³⁸ Sebastião José de Carvalho e Melo foi condecorado com os títulos de conde de Oeiras, em 1759, e de marquês de Pombal, em 1769.

³⁹ CARDOSO. *História do pensamento económico português*, 2001, p. 75.

Houve interferências até mesmo durante o período do sistema de contratos, iniciado em 1740, no qual a extração era realizada através de arrematações por indivíduos com ou sem sócios.⁴⁰ A Intendência dos Diamantes, criada em 1734, era a responsável por evitar contrabandos e fiscalizar a execução dos contratos comumente renovados de quatro em quatro anos. O método garantia os rendimentos devidos à Coroa sem a necessidade de regulação direta e, ao mesmo tempo, possibilitava relativo controle sobre comércio e evitava a queda brusca do preço dos diamantes no mercado mundial. Ingerências substanciais, no entanto, só ocorreram ao final do sexto e último contrato, em 1771, quando o governo josefino retomou o comando sobre as atividades ligadas à produção diamantífera, visando controlar sua exploração de modo mais efetivo. O estabelecimento da Real Extração dos Diamantes evidencia o tradicional recurso do Estado português enquanto agente econômico ativo, atitude recorrente no contexto reformista.

2.1 As reformas pombalinas

As reformas políticas e as transformações econômicas ocorridas no Setecentos não podem ser vistas simplesmente como uma solução para “recuperar o atraso” português num período específico de crise em que os fundos do Estado, a produção e o comércio encontravam-se em situação desastrosa. Na ocasião da reconstrução urbana de Lisboa após o terremoto de novembro de 1755, a também necessária reorganização administrativa teve início antes mesmo da destruição causada pelo sismo. Desde o começo do reinado de D. José, em 1750, estava em curso, segundo Alexandre Mendes Cunha, “uma série de medidas no sentido de melhorar a arrecadação dos direitos e das rendas reais que se marcavam em particular pela dispersão em muitas repartições, pelos abusos dos oficiais do fisco e pelos vários atrasos nos depósitos desses direitos e rendas.”⁴¹ Em grande medida, a efetiva

⁴⁰ Entre 1740 e 1771, foram celebrados seis contratos, sendo alguns mais longos e outros renovados. O primeiro contrato, de 1740 a 1743, foi arrematado pelo sargento-mor João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva. Em 1744, o sargento-mor renovou o contrato, que durou até 1747. No ano seguinte, Felisberto Caldeira Brant arrematou o terceiro contrato, com vigência até 1752. O quarto contrato, entre 1753 e 1758, e o quinto, de 1759 a 1761, foram arrematados novamente por João Fernandes de Oliveira, em sociedade com Antônio dos Santos Pinto e Domingos de Basto Viana. O sexto e último contrato estendeu-se de 1762 a 1771, e foi celebrado com sargento-mor João Fernandes de Oliveira e seu filho de mesmo nome. Para mais informações sobre o sistema de contratos, ver, entre outros: FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, 2003; FERREIRA. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*, 2009.

⁴¹ CUNHA. *A Junta da Real Fazenda em Minas Gerais em seu diálogo com o Erário Régio*, 2015, p. 19.

reestruturação administrativa aconteceu no pós-terremoto, mas o ideário que culminou na criação de órgãos que fossem capazes de centralizar as finanças é um pouco anterior.

Para Mônica da Silva Ribeiro, pelo menos desde 1720⁴² havia um programa mais amplo de racionalidade administrativa na governação portuguesa. Com a noção de “razão de Estado”, muito em voga no contexto da criação da Academia Real de História, encontrava-se a preocupação com a centralidade da Corte e com a política administrativa como prática no Império português. A partir das décadas de 1720 e 1730, para a autora, a dinâmica governativa, com o objetivo de exercer maior controle fiscal e econômico nos territórios sob a jurisdição lusitana, foi, aos poucos, modificando as estruturas administrativas e se desenvolveu com mais destaque a partir segunda metade do século no governo josefino.⁴³

As mudanças do período, entretanto, não eram exclusividades do país ao Sudoeste da Europa. De acordo com Francisco José Calazans Falcon, o esforço de racionalização e as reformas de Pombal seguiam as “tendências mais típicas dos governos ilustrados de então, desejosos de aumentarem o rendimento e reduzirem os desperdícios, diminuindo os gastos inúteis do aparelho administrativo.”⁴⁴ Esse autor, inclusive, observou na atuação no ministro do rei a presença de ideias e práticas de caráter mercantilista ao lado de noções ilustradas, constituindo, para ele, a característica mais geral da governação pombalina.

Para José Luís Cardoso e Alexandre Mendes Cunha, essa particularidade na política econômica promovida pelo marquês de Pombal, apontada por Falcon, não se caracterizou como uma simples extensão do mercantilismo tradicional do século XVII. Reforçando a tese de Falcon, Cardoso e Cunha afirmam que, além da visão mercantilista vigente na segunda metade do século XVIII, combinada com projetos típicos de um governo ilustrado do período, o governo de Pombal mesclava mercantilismo, cameralismo e ciências da administração do Estado. Nesse sentido, segundo os autores,

a leitura do conteúdo mercantilista das iniciativas pombalinas, por exemplo, não é conflituosa com essa atribuição de caráter ilustrado a suas reformas, uma vez que o próprio mercantilismo é um termo volátil que dá conta de uma base de conhecimentos que foi se recompondo ao longo de três séculos e que àquele

⁴² Embora tenhamos nos limitado ao século XVIII, importantes escritos a respeito da economia portuguesa remontam ao século XVII. Em coletânea de textos, Antônio Sérgio lembra de homens que escreveram sobre a necessidade de modernização de Portugal naquela centúria. Luís Mendes de Vasconcelos, nos seus “Diálogos do Sítio de Lisboa” (1608), apontava um caminho baseado no aperfeiçoamento da agricultura, no desenvolvimento da indústria e do comércio ultramarino, com o objetivo de melhorar a economia do Reino. Outro texto selecionado por Sérgio é “Dos Remédios para a falta de gente” (1655), de autoria de Manuel Severim de Faria. Para ele, o crescimento econômico de Portugal deveria partir do incremento industrial e das artes mecânicas. Por fim, Duarte Ribeiro de Macedo, no seu discurso “Sobre a introdução das artes no Reino” (1675), repete a ideia de ampliação da agricultura e a indústria, mas, também, aponta para alguns problemas relacionados à balança comercial. Vide: SÉRGIO. *Antologia dos economistas portugueses* (século XVII), 1974.

⁴³ RIBEIRO. “Razão de Estado” e o pombalismo, 2015, p. 91-124.

⁴⁴ FALCON. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, 1982, p. 133.

momento incorporava uma série de autores influenciados diretamente pelas ideias ilustradas, como bem é o caso de Johann Heinrich Gottlob von Justi e de outros nomes do cameralismo tardio no mundo germânico.⁴⁵

Assim, o processo de centralização das finanças do Estado português não era puramente reativo a uma conjuntura específica. Ao apropriar e mesclar matrizes de ideias econômicas diversas, estava em conformidade com os movimentos da política econômica europeia encampados por outras monarquias absolutistas. Segundo Antonio Carlos Jucá de Sampaio, “a política pombalina, portanto, insere-se num contexto de profunda transformação das estruturas do Antigo Regime, transformação esta que não se limitava a Portugal mas, pelo contrário, atingia toda a Europa.”⁴⁶ Do mesmo modo, Luciano Figueiredo completa que as razões para as mudanças ocorridas no período residem na “urgência de se escapar da desordem financeira que ameaçava riscar algumas monarquias do mapa.”⁴⁷

A despeito dessas importantes considerações, é certo, porém, que algumas mudanças daquele tempo estivessem relacionadas a uma situação mais particular de Portugal, demandando, nas palavras de José Vicente Serrão, “um programa mais alargado que tinha por objetivos estratégicos de médio-longo prazo tornar o país menos dependente das importações, reforçar a articulação (exclusiva) entre a economia metropolitana e a economia colonial.”⁴⁸ Isso é admissível quando se observa o lugar de destaque que as questões relacionadas ao comércio ocuparam nas formulações de Sebastião José de Carvalho e Melo muito antes de se tornar ministro do rei. Os estratagemas colocados em prática nas posteriores reformas, sobretudo os referentes ao fomento do comércio nacional, incluindo a garantia de mercados, rotas e privilégios, já vinham sendo pensados pelo menos desde 1738 por Carvalho e Melo, quando se encontrava atuando como embaixador na Corte de Jorge II, em Londres. Assim, como lembrou Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, em referência ao professor português José Sebastião da Silva Dias, “parece não haver dúvida de que a gestão do ‘projeto político pombalino’ começou na Inglaterra.”⁴⁹ Essa interpretação, contudo, não é unânime. Pesquisas ainda no século XIX questionavam a importância dada à pessoa do marquês.

⁴⁵ CARDOSO; CUNHA. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro, 2011, p. 68-69.

⁴⁶ SAMPAIO. A economia do império português no período pombalino, 2015, p. 32-33.

⁴⁷ FIGUEIREDO. Pombal cordial. Reformas, fiscalidade e distensão política no Brasil: 1750-1777, 2015b, p. 133.

⁴⁸ SERRÃO. O quadro econômico, 1993, p. 92.

⁴⁹ MIRANDA. “*Ervas de Ruim Qualidade*”. A expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa, 1991, p. 50.

Para Camilo Castelo Branco⁵⁰, por exemplo, em livro publicado pela primeira vez em 1882, as reformas pombalinas não foram resultado de um projeto de longo prazo, mas definidas pelo acaso e elaboradas por outras pessoas que não o próprio marquês. O texto de Castelo Branco, considerado por Francisco Falcon como conservador e hostil, tinha o intuito de desfazer a então imagem positiva e mitificada do marquês de Pombal, questionando sua atuação como ministro do rei. Escrito em tom bastante pessoal, deve-se lê-lo com cuidado. É interessante, no entanto, a ideia de mostrar que Pombal não trabalhava sozinho. A esse respeito, assinalou Falcon, a ênfase no caráter unicamente pombalino das reformas é reminiscência de uma historiografia positivista, centrada nos grandes homens. Ao estudar a “época pombalina”, não podemos deixar de lado “os aspectos econômicos e sociais, estruturais e conjunturais; ou seja, o contexto histórico propriamente dito.”⁵¹ É preciso, como sugere esse autor, reconhecer a importância das ideias e iniciativas de Pombal sem transformá-lo em agente histórico único. Dessa forma, as reformas pombalinas inserem-se num programa mais alargado, numa “razão de Estado” existente nas estruturas econômicas do Reino, mas também se relacionam com conjunturas, como a do pós-terremoto e a da situação comercial do Estado. Sobre esta última, vejamos algumas considerações de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Ao observar os estadistas e negociantes ingleses, o então diplomata português registrou nos seus *Escritos Econômicos* que se o comércio realizado com os estrangeiros era de grande interesse financeiro, o comércio entre metrópole e colônias próprias, por ser “mais útil” e “menos arriscado”, renderia lucros ainda maiores. No entanto, o futuro marquês de Pombal reconheceu que Portugal, à época, não era capaz de produzir “as manufaturas necessárias para o consumo dos vastos domínios do Brasil, por consequência as haveremos de tomar das mãos dos estrangeiros.”⁵² Para ele, além disso, “não há coisa que seja de maior importância para qualquer nação do que um bem regulado comércio.” O tráfico realizado pelos estrangeiros era fonte de riqueza de uns e abismo de outros, pois acabava por absorver “todo o poder e substância de um Estado.”⁵³ Esses pensamentos econômicos foram melhor desenvolvidos na segunda metade do século XVIII e progressivamente colocados em prática desde os primeiros anos de sua atuação como ministro do rei D. José I, demonstrando certo prazo entre a teoria e a prática, um tempo suficiente, no caso de Portugal, para se adaptar às

⁵⁰ CASTELO BRANCO. *O perfil do marquês de Pombal*, 1982. A obra foi publicada originalmente por ocasião das comemorações do “Centenário de Pombal”, em 1882.

⁵¹ FALCON. *Antigos e novos estudos sobre a Época pombalina*, 2015, p. 8.

⁵² MELO. *Escritos Econômicos de Londres (1741-1742)*, 1986, p. 91.

⁵³ MELO. *Escritos Econômicos de Londres...*, 1986, p. 33.

mudanças das novas demandas. As reformas, então, não parecem ser fruto da casualidade, do imprevisto, como quis Castelo Branco. A esse respeito, podemos afirmar, nas palavras de Caio Boschi,

[...] que a administração pombalina tinha lógica própria, na qual a aleatoriedade e a inorganicidade, por certo, não eram características vincadas. Ao contrário. Se não há um explícito projeto político para a administração das possessões ultramarinas, nem por isto ela deixa de apresentar claras evidências de uma lógica interna, com racionalidade e com não desprezível coerência de ações.⁵⁴

Em 1755, Carvalho e Melo criou a Junta do Comércio, com o objetivo de favorecer a circulação comercial, definindo os fretes e lotações de cargas de navios, controlando as navegações estrangeiras, reprimindo os contrabandos e melhorando a arrecadação fiscal do Estado. Ademais, para estimular o comércio e fomentar a indústria, também tentou assegurar aos comerciantes portugueses o monopólio comercial com a criação de companhias, como são exemplos a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755), a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759).

Antônio Carlos Jucá de Sampaio esclarece que a razão para o estabelecimento de companhias “foi fundamentalmente a necessidade de união de esforços entre a Coroa e particulares e de concentração de capitais, para fazer frente à crescente disputa verificada no comércio atlântico, além da própria dinamização da produção agrícola na América portuguesa.”⁵⁵ O autor completa: “a criação de monopólios mercantis sobre áreas específicas evitava os inconvenientes da livre concorrência, além de facilitar a cobrança de tributos por parte da Coroa.”⁵⁶ Essa será uma tendência na economia do Estado português em suas práticas mercantis, sempre fortemente marcadas “por situações de extração de rendas de caráter monopolista”, conforme escreveu José Luís Cardoso.⁵⁷ Em suma, os monopólios constituíam uma valiosa fonte de receitas para o Estado.

Ainda para atender às novas necessidade impostas pela conjuntura, Carvalho e Melo instituiu a Aula do Comércio (1759) para formação adequada aos comerciantes, com as modernas técnicas administrativas e contábeis, pois a instrução mercantil, nas palavras de Francisco António Lourenço Vaz, era “encarada no discurso oficial como indispensável não só para evitar a falência dos comerciantes, mas também para os habilitar a concorrer em pé de

⁵⁴ BOSCHI. *Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais*, 2002, p. 82.

⁵⁵ SAMPAIO. *A economia do império português no período pombalino*, 2015, p. 43.

⁵⁶ SAMPAIO. *A economia do império português no período pombalino*, 2015, p. 43.

⁵⁷ CARDOSO. *História do pensamento económico português*, 2001, p. 81. Ver, também: FAORO. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 2008.

igualdade com as nações estrangeiras e, deste modo, alcançar a prosperidade nacional nesta actividade económica.”⁵⁸

Além da criação de sistemas monopolistas e da educação para o comércio, o ministro, com o propósito de afirmar e consolidar o poder régio e o papel do Estado como entidades institucionais e políticas dotadas de poderes absolutos e supremos capazes de dirigir, intervir e reformar a realidade nacional, não poupou esforços para o estabelecimento de um sistema de centralização das receitas e despesas do Estado. No cerne da reorganização económico-administrativa, todas as medidas pombalinas visavam, conforme bem assinalou José Vicente Serrão, “evitar desperdícios financeiros, eliminando cargos desnecessários; conseguir uma maior racionalização e uma maior eficácia; estabelecer uma maior competência de organismos e cargos”.⁵⁹

Foram criados, portanto, novos órgãos oficiais com atribuições específicas, entre os quais se destacam a Intendência Geral da Polícia (1760), inicialmente criada para a consecução da segurança pública e para a coordenação das atribuições de polícia exercidas pelos magistrados judiciais⁶⁰; a Real Mesa Censória (1768), que transferiu para o Estado a fiscalização das obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino; a Junta das Confirmações Gerais (1769), encarregada de confirmar “doações e mercês de terras, jurisdições, datas de ofícios, dízimos, padroados de igrejas, alcaidarias-mores, reguengos, rendas e foros, direitos, privilégios, graças, liberdades, tenças e ofícios de Justiça e Fazenda que tivessem sido concedidos anteriormente”⁶¹; e a Junta de Providência Literária (1770), cuja tarefa era o estudo da situação do ensino no Reino e a redação de novos estatutos para a Universidade de Coimbra, após o rompimento com os jesuítas, como está registrado, segundo Ivan Teixeira, no início do *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra*, de 1771.⁶²

A mais importante criação do ministro de D. José I, no entanto, foi o Erário Régio, o principal instrumento de monopólio fiscal do Estado. Para Kenneth Maxwell, o Tesouro Público representa “o elemento chave no esforço global de Pombal com vistas à

⁵⁸ VAZ. *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746-1820)*, 2002, p. 76.

⁵⁹ SERRÃO. *Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo*, 1989, p. 16-17.

⁶⁰ De acordo com Fátima Sá e Melo Ferreira, “as funções desse organismo [Intendência Geral da Polícia] seriam alargadas nos finais do século XVIII e princípios do século XIX pelo célebre intendente Pina Manique, sob cuja direcção a referida Intendência se ocupou do combate ao crime, do abastecimento regular das populações, da salubridade e da organização do espaço urbano e do estado da opinião pública vigiando os espaços de encontro e sociabilidade e evitando a circulação de papéis sediciosos.” Vide: FERREIRA. *O conceito de ordem em Portugal*, 2011, p. 29. Ver, também: SUBTIL. *Os poderes do centro*, 1993, p. 174-176.

⁶¹ JUNTA das Confirmações Gerais. *Instituições do Antigo Regime*. Associação dos Amigos da Torre do Tombo. Disponível em: <<http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=223>>. Acesso em: 15 set. 2016.

⁶² TEIXEIRA. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*, 1999.

racionalização e à centralização” dos assuntos da Real Fazenda no Continente e Domínios Ultramarinos.⁶³ Foi criado em 22 de dezembro de 1761, após a extinção da Casa dos Contos, e inaugurou profundas alterações nos métodos de arrecadação e contabilidade das rendas régias, concentrando receita e despesa num só lugar. Para isso, segundo Luciano Figueiredo, o Erário Régio sistematizou um “novo método de escrituração, mais operacional e eficiente que a de partidas simples, prestação de contas usada pela Casa dos Contos, para permitir a avaliação de equilíbrio ou desequilíbrio entre débito e crédito; mais transparente também.”⁶⁴ Tratava-se do método das “partidas dobradas” no qual toda operação possuía registros de débito e de crédito. Com isso, “passa-se a escrever nos livros Diário (em que eram registrados os assentos) e Mestre (em que se escreviam as receitas e despesas a cargo dessa repartição), que pertenciam a cada uma das contadorias.”⁶⁵

A fim de aumentar o controle financeiro, Figueiredo salienta o surgimento, nesse momento, de um novo tipo de comunicação administrativa, as chamadas “representações”. Elas tinham o objetivo de “estreitar o diálogo entre as partes distantes e o centro”.⁶⁶ As “representações” eram “um canal exclusivo em que se escreve das capitâneas à Contadoria-Geral para muitas vezes se criticar as autoridades locais, os contratadores e sugerir novas iniciativas relacionadas à administração fiscal.”⁶⁷ A interlocução entre as autoridades era obrigatória e os assuntos coloniais eram avaliados nos pareceres da Contadoria, manifestando claramente o desejo de centralização das decisões fazendárias.

Da mesma forma que a administração pombalina não se restringe ao econômico, ela, como é sabido, também não se limita às fronteiras ibéricas. O vasto império português, de modo geral, seria alcançado pelas reformas, sobretudo a América portuguesa e nela, mais precisamente, a capitania mineira. Nesse sentido, como assinala Caio Boschi, “muito dificilmente se poderá desdenhar o lugar nuclear que a Capitania de Minas Gerais ocupava”⁶⁸ no contexto em pauta. De acordo com o autor,

Para o caso de Minas Gerais, tendo em vista as preocupações geopolíticas dominantes na administração pombalina, no que tange ao alargamento e à consolidação do território e ao crescimento populacional, procurou-se implementar uma política de ocupação de terras devolutas, com a concessão de sesmarias, empregando-as, para tanto, parte da mão-de-obra ociosa existente nos aglomerados urbanos, ou utilizando-se, incorporando-a aos desígnios estatais, a considerável massa de excluídos sociais, em particular os denominados vadios.⁶⁹

⁶³ MAXWELL. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, 1996, p. 98.

⁶⁴ FIGUEIREDO. *O Erário Régio: uma breve introdução*, 2015a, p. 14.

⁶⁵ FIGUEIREDO. *O Erário Régio...*, 2015a, p. 14.

⁶⁶ FIGUEIREDO. *O Erário Régio...*, 2015a, p. 16.

⁶⁷ FIGUEIREDO. *O Erário Régio...*, 2015a, p. 16.

⁶⁸ BOSCHI. *Administração e administradores no Brasil pombalino...*, 2002, p. 79.

⁶⁹ BOSCHI. *Administração e administradores no Brasil pombalino...*, 2002, p. 79.

Podemos ainda acrescentar as ingerências relacionadas às riquezas minerais. A esta pesquisa interessa particularmente aquelas que culminaram na criação de outra grande instituição pelo marquês de Pombal dez anos depois do Erário Régio. Com a extinção do sistema de contrato de extração de diamantes, em vigor desde 1740, por alvará de 12 de julho de 1771, foi instituída a Real Extração dos Diamantes. Com sedes em Lisboa e no Arraial do Tejuco, além de dependente do Erário Régio, ela passou a controlar diretamente a produção e a venda das pedras preciosas, bem como todas as atividades ligadas ao processo. Reforçava-se, assim, o controle sobre os monopólios régios no momento em que se buscava cada vez mais transformar o aparelho burocrático e aprimorar o sistema fiscal existente.

2.2 O fim do sexto contrato e a monopolização dos diamantes

Francisco Falcon considera que, além dos “insucessos sucessivos de vários contratos”, o estabelecimento da Real Extração seria “a única resposta possível às prejudiciais e pérfidas manobras que, há muitos anos, vinham levando a cabo os ingleses, mancomunados aos judeus de Amsterdão, contra os diamantes do Brasil.”⁷⁰ Apesar dos aludidos motivos, há outras justificativas no famoso Regimento Diamantino, isto é, uma compilação de legislação já existente, mas editada especialmente para a nova administração. No Alvará de 8 de agosto de 1771, estampado nas primeiras folhas do Livro da Capa Verde, consta que o motivo da monopolização da extração e do comércio dos diamantes deveu-se aos

[...] lesivos e intoleráveis abusos que, na mineração das referidas pedras, se tinham introduzido; principalmente pela desordem com que se lavravam as terras e entulhavam os corgos; e pelo exorbitante e supérfluo número de escravos, por contemplações, coações e outras semelhantes causas, empregados no serviço das Minas e suas dependências; crescendo de ano em ano estes males cada vez mais, até o ponto de que, não cabendo já os remédios deles nas forças dos particulares, vieram a fazer indispensavelmente necessárias as do Meu Régio braço: Querendo obviar aos graves prejuízos, que dos sobreditos abusos tem resultado aos interesses da Minha Coroa; à cultura das referidas Minas; ao Comércio Geral dos Meus Vassallos; e ao bem comum dos Reinos e Senhorios [...].⁷¹

A preocupação de Pombal com o tráfico e com o comércio irregular de diamantes residia, segundo Falcon, no fato de ser uma “mercadoria de uma categoria especial, dotada de um valor elevadíssimo em termos de troca comercial, valendo portanto, em si como autêntica

⁷⁰ FALCON. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, 1982, p. 473-474.

⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Regimento Diamantino. Registros de portarias, regimentos, ordens, bandos, editais, instruções e assuntos. 1735-1776. SC. 50, p. 157.

fortuna, dos diamantes, misto de artigo de luxo e riqueza estocada, tiveram nesse período uma importância muito acima do normal.”⁷² No entanto, as preocupações com o diamante não são exclusivas do governo de D. José I e de Pombal. Desde o descobrimento oficial, em 1729⁷³, houve tentativas de controlar sua exploração.

De acordo com Júnia Furtado⁷⁴, depois de demarcado o território diamantino, em 1731, tentou-se dificultar o acesso às lavras por meio de altas taxas de capitação; entre 1734 e 1739, a exploração foi proibida e criou-se a Intendência dos Diamantes, com objetivo de fiscalizar a exploração dos diamantes em toda a área demarcada; a partir de 1739, as lavras foram reabertas e passaram a ser arrematadas por contratadores particulares. Neste momento, apesar de extração ser feita por meio de contratos, a Coroa portuguesa nunca ficou ausente e continuava colaborando na empreitada. Segundo Angelo Alves Carrara, de 1742 até 1771, a Real Fazenda de Minas Gerais custeava muitos gastos com a Demarcação Diamantina, principalmente “empréstimo aos contratadores e despesas com o destacamento de soldados dragões”.⁷⁵

Novamente, em 1745, a Coroa decidiu impedir o livre acesso às terras diamantinas e nelas se entravam apenas pelos registros Caeté-Mirim, Rabelo, Palheiro, Pé-do-Morro, Inhacica e Paraúna, com licença do intendente. Em 11 de agosto de 1753, editou-se o alvará que determinava “a proteção real ao diamante com o monopólio do seu comércio.”⁷⁶ Esta “era a primeira tentativa de Pombal de organizar o caos em que se encontrava a exploração do diamante e consolidar a extensa legislação dispersa em inúmeros bandos.”⁷⁷ Assim, podemos concluir: a preocupação com os diamantes, um dos temas prediletos de Pombal, segundo Falcon⁷⁸, não era nova e não se iniciou somente com os contrabandos ou irregularidades nos contratos, muito menos no que se refere ao sexto e último contrato arrematado pelo desembargador João Fernandes de Oliveira.

⁷² FALCON. *A época pombalina...*, 1982, p. 474.

⁷³ Segundo Júnia Furtado, apesar de haver relatos sobre a existência de diamantes na América portuguesa nos séculos XVI e XVII, é somente a partir do século XVIII que eles são encontrados em profusão na região do Serro do Frio. Ainda cercado de mistérios e mal entendidos, a historiadora afirma que o início da exploração possivelmente ocorreu por volta de 1720, mas somente em 1729 “o governador D. Lourenço de Almeida enviou o comunicado oficial da descoberta, aparentemente pressionado pela notoriedade da mineração clandestina, da qual ele próprio era um dos suspeitos de tirar proveito.” Vide: FURTADO. *O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas*, 2007, p. 306.

⁷⁴ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996.

⁷⁵ CARRARA. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco*, 2009, p. 26.

⁷⁶ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 69.

⁷⁷ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 69-70.

⁷⁸ FALCON. *A época pombalina...*, 1982, p. 474.

O fim do sexto contrato, em 31 de dezembro de 1771, foi visto principalmente por Joaquim Felício dos Santos⁷⁹ como resposta às infrações das condições do contrato que João Fernandes de Oliveira teria cometido, tal como sucedera anos antes com o antigo contratador Felisberto Caldeira Brant.⁸⁰ No entanto, em livro sobre a vida de Chica da Silva e do sobredito contratador, Júnia Furtado esclarece “que a decisão de monopolizar os diamantes fora motivada pelo fato de Pombal não poder mais contar com João Fernandes de Oliveira no Brasil, retido em Portugal devido aos litígios da herança.”⁸¹ Este seria o motivo pelo qual o desembargador regressou ao Reino entre o final de 1770 e início de 1771, enquanto a decisão referente ao monopólio régio se deu entre julho (resolução do fim do contrato) e agosto (criação da Real Extração) de 1771, quando João Fernandes de Oliveira se viu impossibilitado de voltar às Minas por conta de seus interesses financeiros relativos às mudanças testamentárias de seu pai, o também João Fernandes de Oliveira, que ameaçavam seu patrimônio.

Certamente, a falta dos dois João Fernandes de Oliveira, considerados peças vitais na condução do contrato dos diamantes, influenciou a tomada de decisão do marquês de Pombal referente à decretação do estanco régio. Contudo, consideramos que o encerramento do sexto contrato e a criação da Real Extração, além da “circunstância específica e de difícil resolução”⁸², só poderiam ter ocorrido em função da experiência portuguesa em estabelecer sistemas monopolistas. São exemplos: o pau-brasil, a pesca de baleia, o tabaco, o sal e as já citadas companhias comerciais. Naquela altura, não era tarefa difícil estabelecer mais um monopólio, até porque os administradores públicos estavam sendo capacitados durante o período de reorganização administrativa e fazendária.⁸³ Como dito, a nova instituição ficou subordinada ao Erário Régio, dirigido pelo próprio marquês de Pombal, e compartilhou o mesmo aparato administrativo-fiscal. Assim, a monopolização dos diamantes não foi uma decisão repentina. Ela aconteceu graças às últimas reformas experimentadas no Reino.

Antes do término do sexto contrato foi confeccionado um mapa dedicado ao marquês de Pombal, intitulado *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os*

⁷⁹ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976.

⁸⁰ Para Júnia Furtado, o terceiro contrato (1749-1753), arrematado por Felisberto Caldeira Brant, junto com seu irmão Conrado e seu sócio Alberto Luís Pereira, foi marcado pela desordem e pelo desrespeito às condições contratuais, principalmente referente à extração ilegal e ao contrabando de diamantes. Por isso, ele e seus sócios foram presos e transferidos para o Reino. Vide: FURTADO. *Labirinto da fortuna: ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes*, 1999c.

⁸¹ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*, 2003, p. 220.

⁸² FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes...*, 2003, p. 224.

⁸³ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes...*, 2003, p. 224.

rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém.⁸⁴ De autoria desconhecida, com dimensões de 48,1 por 64,7 cm, foi desenhado entre 1770 e 1771, ou seja, no mesmo período em que o desembargador João Fernandes de Oliveira deixou o Arraial do Tejuco. Como o próprio título faz referência, o mapa indica os serviços diamantíferos já explorados ou em exploração, informações fundamentais para a monopolização das pedras preciosas, denotando, como bem considerou Carmem Marques Rodrigues, o “caráter pragmático e instrumental da carta para dar a ver ao ministro a área representada e, dessa forma, auxiliar na conformação da sua política para a área.”⁸⁵

Figura 1 - Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém



Fonte: AHEx. N° 06.01.1132, CEHB 3189; COSTA, 2004, p. 209; RODRIGUES, 2014, p. 142.

⁸⁴ AHEx. N° 06.01.1132, CEHB 3189. Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém. c.1770, aquarela, 48,1 x 64,7 cm.

⁸⁵ RODRIGUES. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*, 2014, p. 143.

Ainda segundo Carmem Rodrigues, a aquarela descreve o território da Demarcação Diamantina, com seus rios, ribeirões e córregos, nos quais encontravam-se as lavras de diamantes e as barras dos rios. Além da representação dos arraiais Rio Manso, São Gonçalo, Milho Verde, Gouveia, Andrequicé e Paraúna, também há referência a pontes e quartéis. O principal núcleo urbano, o Arraial do Tejuco, onde será a sede administrativa da Real Extração, não poderia estar fora e, na carta topográfica, “está localizado entre o córrego da Pururuca e o ribeirão de São Francisco, este um tributário da margem esquerda do ribeirão do Inferno, que desagua no Jequitinhonha.”⁸⁶ A bacia do ribeirão, por sua vez, possui diversos córregos e ribeirões diamantíferos.

Apesar de serem os mapas representações seletivas da realidade⁸⁷, praticamente todos os serviços diamantinos de então foram indicados na carta topográfica feita para o marquês de Pombal, indicando a necessidade de se conhecer todo território diamantífero. São alguns deles: Acaba Saco, Angu Duro, Bom Sucesso, Borbas, Cachoeira, Caldeirões, Canjica, Capivari, Carrapato, Córrego das Almas, Curralinho, Datas, Galvão, Inhaí de Cima e de Baixo, Itaipaba, Macacos, Macaúbas, Massangano, Mata-Mata, Mato, Mendanha, Mosquito, Ó, Pinheiro, Santa Maria, Paraúna, Passagem, Passão, Pousos Altos, Samambaia, Santa Maria, São Bartolomeu, Simão Vieira e Sumidouro das Almas. Outro aspecto que confirma a hipótese acerca do caráter pragmático da aludida representação está relacionado à ausência de referências sobre os caminhos para se alcançar as importantes lavras, como enfatizou Antônio Gilberto Costa.⁸⁸ Seja como for, essas lavras continuaram sendo exploradas no período da Real Extração.

De fundamental importância para a segurança na região, também consta no mapa a existência de quartéis de soldados tanto nos arraiais do Tejuco e do Rio Manso, quanto ao longo do curso do rio Caeté-Mirim. Para Rodrigues, mesmo a extração sendo feita por contratadores, a grande quantidade de quartéis de soldados “era resultante da preocupação da Coroa em controlar os contrabandos e descaminhos de diamantes”.⁸⁹ Por isso, eles estavam localizados em pontos estratégicos, como perto dos principais rios mineradores e próximos aos limites do Distrito Diamantino, onde as patrulhas faziam as frequentes rondas. Apesar da grande vigilância, Rodrigo de Almeida Ferreira destaca a dificuldade das autoridades na

⁸⁶ RODRIGUES. *Os mapas das pedras brilhantes...*, 2014, p. 140-141.

⁸⁷ Para Júnia Furtado, os mapas não são passivos nem meros reflexos da realidade. “Um mapa pode organizar o mundo de acordo com quase todos os princípios de ordem. Ele oferece um retrato instantâneo do todo, que frequentemente aparece mais como natural e objetivo do que como expressão de uma ideologia.” Vide: FURTADO. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*, 2012a, p. 23.

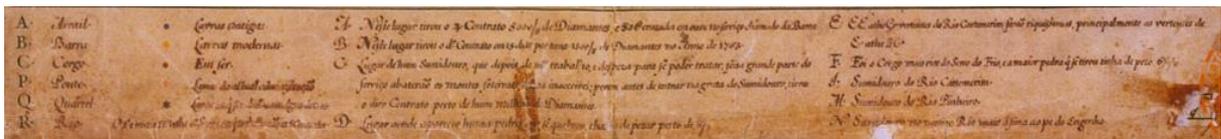
⁸⁸ COSTA. *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004, p. 56.

⁸⁹ RODRIGUES. *Os mapas das pedras brilhantes...*, 2014, p. 141.

contenção do extravio de diamantes no período dos contratos (1740-1771). O resultado, em sua perspectiva, era uma sociedade marcada por desordens sociais e econômicas.⁹⁰ Em todo caso, as tropas continuaram desempenhando o mesmo papel após o estabelecimento da Junta da Administração Diamantina.

Como a função do mapa em tela é representar um conjunto de informações sobre a mineração dos diamantes, Carmem Rodrigues chama atenção para os pequenos pontos coloridos existentes na carta topográfica, que indicavam a localização de algumas minas do Distrito Diamantino. De acordo com a historiadora, tais pontos assinalavam os locais mais notáveis para a exploração e eram classificados como “lavras antigas, modernas, em ser, do atual contrato e as trabalhadas nas águas de rios.”⁹¹ Essas informações aparecem na legenda do mapa, como podemos observar no detalhe trabalhado por Carmem Rodrigues em sua dissertação de mestrado:

Figura 2 - Detalhe da legenda da *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém*



Fonte: AHEx. N° 06.01.1132; CEHB 3189; COSTA, 2004, p. 209; RODRIGUES, 2014, p. 142.

A legenda da carta topográfica contém algumas informações sobre as localidades mineradas pelos últimos contratos dos diamantes, ficando evidente a importância do conhecimento do estado em que se encontrava a exploração das pedras preciosas no momento anterior a decretação do monopólio régio sobre elas.⁹² Considerando o documento

⁹⁰ FERREIRA. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na Demarcação Diamantina no período dos contratos (1740-1771)*, 2009.

⁹¹ RODRIGUES. *Os mapas das pedras brilhantes...*, 2014, p. 141.

⁹² Transcrição da legenda do mapa (RODRIGUES, 2014, p. 141-142):

A Arraial Lavras antigas. **B** Barra Lavras modernas. **C** Córrego Em ser. **P** Ponte Lavras da atual administração.

Q Quartel Lavras em q se trabalha nas Águas de rios.

R Rio O 1° e mais números até 6° Sítios em que trabalham os 6 contratos.

A Neste lugar tirou o 4° contrato 5000 oitavas de Diamantes, e 50 mil cruzados em ouro, no Serviço chamado de Barca.

B Neste lugar tirou o dito contrato em 15 dias 1500 oitavas de Diamantes no Ano de 1763.

C Lugar de um Sumidouro que depois de muito trabalho e despesa para se poder tratar, feita grande parte do serviço abateram os montes subterráis, e ficou inacessível, porém antes de se entrar na gruta do sumidouro, tirou o dito contrato, perto de um milhão de Diamantes.

D Lugar aonde apareceu uma pedra que se quebrou e havia de pesar 8 oitavas.

E **EE** até **G** vertentes do Rio Caeté-mirim foram riquíssimas, principalmente as vertentes de **E** até **H**.

F Foi o Córrego mais rico do Serro do Frio, e a maior pedra, que ali se tirou tinha peso de 6 oitavas e um quarto

J Sumidouro do Rio Caeté-mirim.

M Sumidouro do Rio Pinheiro.

N Sumidouro no mesmo Rio mais acima ao pé do Engenho.

cartográfico como um projeto político futuro, Rodrigues reitera o cunho prático da representação do espaço por conter “uma série de informações que eram atuais e também históricas sobre a extração das pedras, o que demonstra o seu objetivo de proporcionar uma visão completa sobre a situação presente e pretérita da mineração dos diamantes, com vistas a instrumentalização das ações futuras.”⁹³ Assim, a carta topográfica das terras diamantinas serviu claramente aos propósitos da Coroa portuguesa, sobretudo de Pombal, de conhecer melhor a área onde seria estabelecida a Real Extração dos Diamantes.⁹⁴

2.3 A Real Extração

A exploração de diamantes por conta da Real Fazenda passou a ocorrer a partir de 1º de janeiro de 1772. A nova administração contava com duas sedes. Em Lisboa, a Diretoria da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil era composta pelo inspetor-geral do Erário Régio, o marquês de Pombal, além de três diretores.⁹⁵ Em Minas Gerais, subordinada à Diretoria localizada no Reino, estava a Junta da Administração Diamantina, situada no Arraial do Tejuco, na Comarca do Serro do Frio. Esta contava com o tradicional cargo do intendente, além de três caixas administradores, à frente listados, um fiscal, um tesoureiro, um guarda-livros da Contadoria da Administração e outros oficiais. Para os lugares de fiscal e de guarda-livros foram nomeados o desembargador João da Rocha Dantas e Mendonça e João Antônio Maria Versiani, respectivamente. Este último, posteriormente, tornou-se um dos caixas-administradores.

A Real Extração, entretanto, iniciou suas atividades somente com um caixa-administrador no Tejuco, qual seja, Caetano José de Sousa, conservado no mesmo lugar que ocupava na gestão do sexto contrato do desembargador João Fernandes de Oliveira. A nomeação de Caetano José de Sousa para o lugar de primeiro caixa, pelo marquês de Pombal, foi justificada pela confiança na sua administração:

Confiamos da atividade e zelo com que até agora VM^{ce} se empregou no serviço do contrato, que daqui em diante procurará com igual, ou maior cuidado, corresponder à distinta mercê com que S. Majestade se dignou honrado nesta nomeação, aplicando-se a procurar quanto estiver da sua parte, que sejam pontualmente executadas todas as ordens e providências que o dito senhor tem dado, e for servido

⁹³ RODRIGUES. *Os mapas das pedras brilhantes...*, 2014, p. 142.

⁹⁴ Para análise mais detalhada dos aspectos intertextuais, sinais, símbolos e retórica do mapa, consultar a dissertação já mencionada de autoria de Carmem Marques Rodrigues, 2014.

⁹⁵ Na documentação do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, foi possível identificar apenas um dos diretores, qual seja, Joaquim Inácio da Cruz Sobral, também tesoureiro-mor do Erário Régio.

dar assim para a conservação do importante tesouro dos diamantes como para a utilidade da sua Real Fazenda, e bem do comércio dos seus vassallos [...].⁹⁶

A nomeação de uma pessoa do extinto contrato mostra a inexistência de “indicativos de suspeita de contrabando ou de irregularidades”⁹⁷. Por outro lado, há um aparente paradoxo diante das repetidas menções de Pombal ao “escandaloso e excessivo extravio dos diamantes, assim como a grande desordem da ilimitada quantidade de negros alugados, e os mais abusos que existem nos diferentes ramos dessa Administração.”⁹⁸ Sabemos, porém, que o descaminho de diamantes não era característica existente somente nos contratos. Desde seu descobrimento, conforme tentamos mostrar, havia dificuldade em controlar sua produção e comércio. No período da Real Extração, a contínua referência às desordens desta natureza era uma maneira de reafirmar e colocar em prática as novas concepções fiscais e administrativas. Assim sendo, podemos considerá-las como uma forma de aumentar o empenho das autoridades no controle de tudo que dissesse respeito às pedras preciosas. Essas são atitudes representativas do próprio ideário reformista, cuja centralidade assentava no eficaz controle sobre os direitos e rendas, como consta nas instruções enviadas ao governador da Capitania de Minas Gerais em fevereiro de 1775.

Apesar de datar quatro anos após o início da Real Extração, o documento apresenta as mesmas aspirações do início das reformas. De acordo com as instruções, um honrado governo deveria ter atenção especial quanto à “administração das rendas reais de que tanto depende a segurança pública por serem as conquistas a fonte de que emanam as riquezas que fazem respeitado, e opulento o Estado”.⁹⁹ A boa arrecadação das rendas e direitos da Real Fazenda dependia de um bom administrador que fosse capaz de coibir descaminhos e de aumentar os rendimentos, incluindo os relativos aos diamantes do “distrito do Serro do Frio”. Nas instruções, entretanto, outros pontos dialogam mais diretamente com o assunto aqui analisado: a alusão à conveniência dos monopólios e à categórica crítica feita aos arrematadores de contratos diversos, não ficando, porém, clara a inclusão dos contratos diamantinos:

Ainda que as Administrações por Conta da Real Fazenda sejam geralmente falando prejudiciais nos rendimentos de arrecadação difícil, e sujeitas a extravios, pois nunca

⁹⁶ ARQUIVO HISTÓRICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 1-2, 1-8-1771. Doravante referido na forma abreviada: AHTCP.

⁹⁷ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes...*, 2003, p. 221.

⁹⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 1-2, 1-8-1771.

⁹⁹ AHTCP. *Erário Régio*. “Instruções que se deram pelo Real Erário ao governador e capitão-general de Minas Gerais”. Livro 4070, p. 1-17, 7-2-1775.

um Administrador por mais fiel, e diligente que seja, faz tantos esforços como um contratador, que multiplica as vigias e faz as despesas a seu arbítrio trabalhando em cousa própria impellido pelo desejo do lucro, e reais da perda: contudo podem ocorrer circunstâncias em que seja muito conveniente recorrer-se ao meio da Administração por conta da Real Fazenda [...].¹⁰⁰

Esse posicionamento do inspetor do Erário Régio evidencia bem os motivos pelos quais muitas vezes optou-se pela criação de monopólios, como a Real Extração. A administração podia-se fazer por conta da Real Fazenda, mas eram necessários bons administradores. Caetano José de Sousa, homem de estimada reputação, zeloso e honrado, como vimos na carta de sua nomeação, parecia possuir as características desejadas pela Coroa. Assim, baseado na confiança, houve uma espécie de pacto colaborativo entre a velha administração, conhecedora do espaço e do trabalho a ser feito, da qual não se poderia abrir mão imediatamente, e a nova, fundamentada em tendências de eficiência fiscal e regulação produtiva, por meio dos quais se poderia alcançar o objetivo maior de racionalidade administrativa e melhor controle econômico. Nesse sentido, referindo-se à cooptação das elites locais na América portuguesa pela administração pombalina, Caio Boschi lembra que, para atenuar “conflitos que pudessem aflorar pela contraposição entre interesses públicos (ou do Estado) e interesses privados”, “buscava-se, assim, integrar tais interesses, evitando-se tomá-los como realidades contraditórias.”¹⁰¹

A esse respeito, para Angelo Carrara, “o Estado moderno se caracterizaria pela busca de cooperação e colaboração das partes interessadas em termos políticos, sociais e econômicos; repousaria na negociação, mais do que na coerção ou na autoridade intimidadora.”¹⁰² Essa característica do Estado moderno está em consonância com aquela afirmativa sobre a governação pombalina combinar a visão mercantilista vigente com projetos ilustrados do período. Na interpretação de Cardoso e Cunha, tal combinação mudava a relação entre o legislador e seus súditos, estabelecendo outra “baseada no princípio do interesse mútuo”. A partir de então, “os direitos exigidos dos indivíduos deviam pautar-se por um senso de responsabilidade pública e de serviço ao bem comum, e não ser apenas uma simples questão de obediência.”¹⁰³ Assim, a Coroa retomava o controle sobre o “importante tesouro dos diamantes” e evitava um processo demasiado desgastante. Caetano José de Sousa não era um contratador, mas um funcionário do extinto sexto contrato. Ao assumir o cargo de primeiro administrador e caixa da Real Extração, teria ele se comportado como um

¹⁰⁰ AHTCP. *Erário Régio*. “Instruções que se deram pelo Real Erário ao governador e capitão-general de Minas Gerais”. Livro 4070, p. 1-17, 7-2-1775.

¹⁰¹ BOSCHI. *Administração e administradores no Brasil pombalino...*, 2002, p. 81-82.

¹⁰² CARRARA. *Fiscalidade e finanças do Estado brasileiro, 1808-1889*, 2016a, p. 19.

¹⁰³ CARDOSO; Cunha. *Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro...*, 2011, p. 80.

contratador atuando em causa própria e ávido de lucro? Ou foi, apesar de fiel e diligente, pouco esforçado, como o típico administrador citado na instrução acima, no cumprimento da tarefa de aumento das rendas reais? Observemos, previamente, seus primeiros meses de trabalho.

Para começar imediatamente o novo sistema de extração, a pedido do então administrador Caetano José de Sousa, os diretores passaram a enviar toda sorte de mercadorias necessárias para a produção diamantífera, bem como para o sustento dos empregados nos serviços de mineração. Esse abastecimento, porém, será melhor analisado nos capítulos seguintes. Antes das primeiras carregações de mercadorias chegarem ao Arraial do Tejuco, logo na primeira quinzena de janeiro de 1772, a Real Extração estava utilizando os bens remanescentes do sexto contrato, por ela comprados. Em 3 de agosto de 1771, D. José I, em carta a Francisco José Pinto de Mendonça, desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação e intendente geral da Extração dos Diamantes, havia solicitado a feitura de um inventário dos escravos, fábricas e utensílios pertencentes ao sexto contrato:

Os escravos próprios do atual contrato, que se acharem existentes no último dia do presente ano, e forem capazes de algum serviço, assim como as casas, roças, armazéns, bens de raiz, instrumentos de minerar, mantimentos, e outros quaisquer gêneros destinados para o custeamento do contrato, e extração dos diamantes, serão avaliados debaixo de juramento por quatro louvados; dois dos quais serão por vós nomeados por parte da Minha Real Fazenda; e os outros dois serão nomeados pelo procurador do contratador existente; e destes efeitos e suas avaliações, se fará um exato inventário, assinado por vós, pelo primeiro caixa administrador, e pelos quatro louvados. A cópia do dito inventário será por vós remetida ao marquês de Pombal, inspetor geral do Meu Real Erário, que se acha encarregado da geral inspeção deste negócio. Outra cópia será entregue aos caixas administradores, para que estes remetam aos diretores da cidade de Lisboa, a fim de que a importância dos ditos efeitos inventariados seja levada em conta ao contratador no pagamento do que restar a dever do preço do seu contrato, e das assistências, que lhe tenho mandado fazer para o custear.¹⁰⁴

Como podemos notar, ainda que João Fernandes de Oliveira fosse considerado amigo e homem de confiança do marquês de Pombal, antes mesmo do término do contrato já havia cobrança das dívidas relativas à sua administração. Outra constatação importante diz respeito à existência de escravos próprios do sexto contrato, os quais trabalhavam juntamente com os alugados. Como veremos logo abaixo, eles foram comprados pela Real Extração. A Junta Diamantina, portanto, ao contrário do afirmado por Caio Prado Júnior, dispunha de escravos

¹⁰⁴ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. “Carta régia (D. José I) ao Dr. Francisco José Pinto de Mendonça, desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação e intendente geral da extração dos diamantes, acerca do regimento estabelecido para exploração e administração das minas de diamantes do Brasil.” Nossa Senhora da Ajuda, 3 de agosto de 1771. Ref.: Col. Pomb. Cód. 691, fls. 70-73v. De agora em diante, referida na forma abreviada: BNP.

próprios.¹⁰⁵ Nos anos iniciais da monopolização régia, os administradores registraram no livro-mestre a quantia de 843\$600 réis, equivalente a 12 “escravos próprios da dita Administração que faleceram no ano de 1774”.¹⁰⁶ No lançamento das despesas relativas a 1775 fica evidente a separação entre negros alugados e próprios. Para os primeiros, os gastos referem-se basicamente ao pagamento de jornais.¹⁰⁷ Os custos com os últimos eram mais amplos. No diário foram anotadas as somas das fazendas gerais adquiridas para o “vestuário dos escravos próprios da Administração”¹⁰⁸ e as correspondentes aos “medicamentos que se consumiram no dito ano no curativo dos escravos próprios da Administração, enfermos no seu hospital.”¹⁰⁹

Voltemos ao arrolamento das propriedades do contrato de João Fernandes de Oliveira. Na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal, provavelmente a mesma utilizada por Joaquim Felício dos Santos¹¹⁰ quando constatou a existência do referido inventário, não consta pormenores dos bens do sexto contrato, mas em cotejo com a documentação do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal¹¹¹ foi possível desvelar alguns detalhes do necessário para viver e extrair diamantes no Distrito Diamantino.

A cópia do inventário existente no primeiro borrador diário do livro mestre da Diretoria Geral da Real Extração, no entanto, não especifica muito bem os gêneros e artefatos agrupados em tópicos de acordo com seus respectivos valores. No primeiro consta apenas a expressão “fazendas gerais” que se encontravam “nas dispensas das lavras e cortes, no paiol das bicas e nos armazéns da Administração. O tópico “mantimentos” incluiu os gêneros das dispensas das lavras, da chácara para a convalescença da escravatura, dos moinhos, paióis e cortes, das roças de Caeté-Mirim e Araçuaí e dos armazéns da Administração. Em terceiro estão as drogas, tintas e móveis utilizados na “botica” do sexto contrato. “Propriedades” também foram avaliadas: a “Casa da Administração, sita no Arraial do Tejuco, com sua horta, armazéns e hospital”, 14:400\$000; e casas sitas nas bicas com horta, paióis assoalhados, armazéns para a pólvora, currais para o gado e mais outro curral com sua casa de telha no dito Arraial”, 16:000\$000. Em “fábrica e massame”, listou-se os valores, embora sem

¹⁰⁵ PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil Contemporâneo...*, 2011, p. 192.

¹⁰⁶ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 59, 6-11-1786.

¹⁰⁷ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 65, 2-12-1786.

¹⁰⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 65, 2-12-1786.

¹⁰⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 76, 2-12-1786.

¹¹⁰ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976.

¹¹¹ BOSCHI; QUINTÃO. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*, 2015.

especificações, das ferramentas existentes nas diversas oficinas das lavras diamantinas, nas cortes, moinhos e paióis, “no poder de vários pedreiros, ferreiros e carapinas para o exercício dos seus ofícios” e “no poder dos condutores das tropas de bestas e carreiros”. Comprou-se os móveis dos mesmos locais e em poderes das pessoas acima referidas, além dos existentes no Hospital do Contrato e nas capelas estabelecidas nas lavras. Respeitante à mão-de-obra negra a ser adquirida pela Real Extração, 581 escravos ficaram “avaliados em diversos preços”, totalizando 52:510\$000. As “cavalgadas”, também, foram quantificadas, somando 65 cavalos e 270 bestas muares. A “abegoaria” da Administração contava com “171 bois de carro com seus pertences e ranchos para os mesmos”. Por fim, listou-se as “diversas lavras” que “existiam para se continuarem a minerar”. São elas: Mato, São Pedro, Paraúna, Massangano, Acaba Saco, Ponte de São Gonçalo, Cachoeira, Pombal, Rio Pardo, Caldeirões, Córrego de São João, Capela Velha, Inhaí de Cima, Inhaí de Baixo e Canjica.¹¹²

O inventário não serviu somente para incluir os valores dos bens na dívida do antigo contratador, como podemos ler ao final do trecho transcrito da carta de D. José. Complementar às informações contidas na carta topográfica das terras diamantinas, o inventário do último contrato também serviu para se conhecer melhor o estado dos serviços de mineração no Distrito Diamantino. Além disso, podemos inferir que foi um instrumento para autoridades saberem se era possível iniciar os trabalhos imediatamente após o término do sexto contrato com os materiais e mantimentos existentes nas fábricas, armazéns, botica e hospital, os quais passariam à responsabilidade da Real Extração. Sabemos que as ocupações comerciais, apesar de importantes fontes de arrecadação tributária, muitas vezes estavam ligadas ao descaminho das pedras preciosas. Comerciantes e/ou traficantes entravam na Capitania de Minas Gerais e, posteriormente, na Demarcação como condutores de “fazendas” e a partir daí se envolviam com o extravio de diamantes. Assim, a Real Extração ao tomar para si a responsabilidade do abastecimento evitava ou pelo menos tentava diminuir a entrada de pessoas que pudessem se enveredar em atividades ilícitas na área demarcada. É, ainda, admissível considerá-lo como fundamental na identificação das mercadorias mais elementares para a exploração diamantífera. Dessa forma, a nova Administração podia organizar seu abastecimento a partir de 1772.

Como sabemos, inventariar as posses e os rendimentos nos momentos de transição entre uma administração e outra era prática comum na governação portuguesa. Um exemplo conhecido remonta à expulsão dos jesuítas, quando foi confeccionado o “inventário das

¹¹² AHTCP. *Erário Régio*. Borrador 1º do Diário do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4085, p. 5-8, 16-6-1773.

Fazendas” e engenhos do Rio de Janeiro.¹¹³ Com base no cabedal descrito, essa tipologia documental possibilita a avaliação da estrutura organizacional das propriedades e todo o necessário para sua manutenção. O inventário permite, ainda, conhecer a situação econômica da instituição em determinado momento. Por ser, então, uma forma de controle financeiro, o arrolamento de bens foi recorrente durante o período da Real Extração. Eles foram feitos todas as vezes em que um administrador falecia ou era demitido. Quando morreu o segundo caixa, Luís Lopes da Costa, em 12 de dezembro de 1775, as “fazendas gerais” somaram 16:813\$308; os gêneros comestíveis, 17:493\$020; as “fábricas, ferramentas e instrumentos de mineração”, 25:614\$321; os móveis da administração, 3:126\$632; as drogas de botica, 744\$652; os 497 escravos, 34:895\$287; as 28 cavalgaduras cavaleares e os 262 muares, 10:944\$600; os 103 bois, 959\$425. Além disso, eram anotadas a quantidade de diamante existente no cofre da Intendência, os valores dos jornais a serem pagos aos escravos e as dívidas de roceiros e outros devedores.¹¹⁴

Da mesma maneira que a Coroa portuguesa auxiliava os contratadores no custeamento das despesas relativas à produção de diamantes, com razão, por agora tratar-se de uma instituição régia, as assistências continuaram no período da Real Extração, mas com importantes diferenças. Segundo Carrara, o auxílio de duzentos contos de réis “correspondia ao valor recebido da Casa de Fundição para se suprir as despesas correntes da Real Extração, tais como jornais e alimentação dos escravos alugados e os salários dos feitores”.¹¹⁵ Segundo o autor, o recurso era remetido pela Provedoria de Vila Rica e entregue diretamente à Administração Diamantina, no Tejuco, “onde os administradores emitiam uma letra de câmbio para ser sacada em Lisboa pelo Real Erário.”¹¹⁶ Em resumo, a Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais transferia o valor à Real Extração, mas os responsáveis pelo pagamento ao Erário Régio eram os diretores, em Lisboa. A nova forma de repassar a ajuda de custo à Administração tinha o objetivo de evitar prejuízos financeiros, como a falta ou atraso de pagamentos. Os riscos tenderiam a diminuir na medida em que os recursos eram pagos diretamente no Reino. Logo, para Carrara, “a Demarcação nunca ressarcia a Real

¹¹³ MENESES. Se perpetue a Companhia nessas partes: materialidade da Fazenda Santa Cruz no tempo da expulsão dos jesuítas, 2013b. Referência do inventário: *Auto de inventário das Fazendas de Engenho Novo, Velho, São Cristóvão, Papucaia, São Francisco Xavier do Saco, de Santa Cruz e do Colégio do Rio de Janeiro*, 1759. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Catálogo Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Extremadura e Ilhas, 1759-1760, maço 2.038, c. 1.978.

¹¹⁴ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 72-78, 2-12-1786.

¹¹⁵ CARRARA. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil*, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, 2009, p. 27.

¹¹⁶ CARRARA. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil...*, 2009, p. 28.

Fazenda de Minas Gerais pelos recursos enviados. Ou seja, no final das contas a Coroa portuguesa não gastava nada com a extração dos diamantes.”¹¹⁷ É necessário esclarecer que o historiador está considerando apenas o gasto relativo à assistência à Real Extração, o qual, de acordo com as remessas líquidas, teria sido mínimo: “7.330:293\$408 réis entre 1772 e 1808”.¹¹⁸

A Coroa, indubitavelmente, nunca deixava de receber de volta o valor das assistências, pagas diretamente em Lisboa. A Real Extração não reembolsava a Real Fazenda, mas o Erário Régio. Ao final, tudo era do rei, a Fazenda, a Extração e até o Erário que, apesar de público, era régio, e a ajuda de custo era sempre paga. Por outro lado, não é verdade que a Coroa não despendia nada com a produção de diamantes. Basta lembrarmos que “a Real Extração, multiplicando o número de cargos e funções, criou ao seu redor uma ‘corte’ de privilegiados e garantiu também o sustento de uma grande parcela da população, mesmo em seus escalões inferiores, tornando a vida da Demarcação intimamente ligada à sua própria existência.”¹¹⁹ Além disso, os gastos com o abastecimento eram altos, como veremos no próximo capítulo, e os administradores eram constantemente advertidos quanto às excessivas despesas para além das previstas pelo montante anual de 200:000\$000 réis.

A extensão dos serviços diamantinos e a grande quantidade de pessoas empregadas, sobretudo escravos, auxilia-nos na confirmação da hipótese. A respeito da escravaria lembremos que, segundo Joaquim Felício dos Santos, a Real Extração, em 1772, teria iniciado seus trabalhos com 3.610 escravos, distribuídos entre as lavras.¹²⁰ Esse número oscilava de acordo com a retração da produção e queda ou aumento do preço do diamante, mas até 1795 a média teria sido de 4 a 5 mil negros.¹²¹ As fontes iconográficas respeitantes aos serviços de extração corroboram tais afirmações. Tomemos como exemplo a “vista do serviço diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha”, de 1803, pertencente ao Museu do Ouro, em Sabará, Minas Gerais. De autoria do cartógrafo Caetano Luís de Miranda, a representação da referida lavra de diamantes, com dimensões de 78 x 151cm, foi oferecida pelo intendente Modesto Antônio Maier ao governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo logo no início de seu governo. Apesar de não serem reproduções da realidade, as imagens, carregadas de intencionalidades, nos permitem observar características do espaço estudado, as quais nem sempre a documentação escrita pode nos fornecer. Em toda análise empreendida a partir das

¹¹⁷ CARRARA. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil...*, 2009, p. 33.

¹¹⁸ CARRARA. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil...*, 2009, p. 54.

¹¹⁹ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 64.

¹²⁰ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 138.

¹²¹ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 170.

fontes visuais, devemos lembrar, segundo Peter Burke, que elas “dão acesso não ao mundo social diretamente, mas sim a visões contemporâneas daquele mundo.”¹²² No entanto, se colocadas no contexto de produção e no contexto representado, e em cotejo com os documentos escritos, elas podem enriquecer as análises historiográficas, pois servem como importante instrumento de conhecimento de pessoas, objetos e lugares.

Figura 3 - Detalhe da *Vista do serviço diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha*



Fonte: Costa, 2004, p. 102.¹²³

¹²² BURKE. *Testemunha ocular: História e imagem*, 2004. p. 237-238.

¹²³ Imagem digitalizada e editada a partir de: COSTA. *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004, p. 102. Referência completa: *Vista do serviço Diamantino do Monteiro no rio Gequitinhonha. Para ser presente ao Ilmo. E Exmo. Sr. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Fidalgo da Casa de S. A R. e do Concelho do mesmo Senhor, Governador e Capitão Geral de Minas Geraes. Offerecido por Modesto Antonio Maier, Inten.de dos Diamantes. Tejuco, 1803. Miranda fes. Caetano Luís de Miranda* (Escala: [não determinada]. -1803. -1 Desenho: ms, color.; 78 x 151cm. MO - Museu do Ouro, Sabará, MG).

A “vista do serviço diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha” nos apresenta preciosas informações a respeito daquela realidade histórica. A representação desse universo físico pode subsidiar na identificação de uma série de costumes, relações sociais, conflitos e organização simbólica do espaço em tela, além de possibilitar a visualização de indivíduos e de muitos artefatos empregados na extração de diamantes. De acordo com Eduardo França Paiva, “essa imagem explicita muito do que aparece descrito na documentação manuscrita e impressa, mas vai além.”¹²⁴ Para o historiador, “trata-se de registro detalhado e um tanto raro do dia-a-dia de um serviço de mineração”.¹²⁵

A partir da representação do serviço diamantino do Monteiro, podemos ter certa noção de como se distribuía no espaço as construções e propriedades necessárias no processo de mineração, como as oficinas, fábricas e senzalas mencionadas no inventário do sexto contrato dos diamantes. Uma importante característica levantada por Paiva diz respeito aos uniformes de escravos, feitores e guardas. Embora não seja objetivo deste estudo realizar análises e comparações iconográficas, o que ficará para trabalhos futuros, não podemos deixar de explicitar as semelhanças entre a representação acima e as conhecidas pranchas de Carlos Julião (1740-1811), nas quais as vestimentas dos escravos alocados nas áreas diamantinas do Serro do Frio foram também desenhadas predominantemente nas cores azul e vermelho. A importação de tecidos e artigos relacionados ao vestuário, cores, qualidade dos panos e sua distribuição pela Real Extração serão assuntos melhores discutidos no próximo capítulo. No entanto, podemos adiantar que, considerando a quantidade de pessoas empregadas no processo de extração diamantífera, como representado no serviço diamantífero do Monteiro, os gastos com essa matéria eram altos para a Administração, reforçando nossa proposição acerca das grandes despesas com o abastecimento.

¹²⁴ PAIVA. Iconografia Colonial das Minas Gerais e do Peru: para uma história comparada, 2010, p. 68.

¹²⁵ PAIVA. Iconografia Colonial das Minas Gerais e do Peru..., 2010, p. 68.

Figura 4 - Detalhes dos riscos iluminados de Carlos Julião referentes ao Serro do Frio



Fonte: JULIÃO, 1960, p. XL-XLII.¹²⁶

No livro de razão e balanço da Real Extração dos Diamantes (1803-1815), no qual constam as despesas com lavras da Demarcação Diamantina, apenas a contabilidade da lavra do sítio do Monteiro, datada de 31 de dezembro de 1803, somou 6.658\$433 réis. O valor é relativo ao custeamento dos mantimentos consumidos no referido serviço por escravos, “negros condutores”, feitores e carreiros. Também foram lançadas as despesas atinentes à alimentação dos bois, das bestas e das cavalgaduras de feitores.¹²⁷ Não por acaso, naquele ano, despesas da Administração eram superiores à sua receita. Por isso, “a própria Coroa admitia a falência da Real Extração e sua incapacidade em impedir os extravios, ao editar um alvará, posteriormente revogado, que reabria a exploração dos diamantes às empresas particulares, mantendo o monopólio apenas do comércio.”¹²⁸ As dívidas continuaram aumentando e, em 1816, com o objetivo de cessar o problema, um decreto “determinou que se

¹²⁶ JULIÃO. *Riscos illuminados de figurinhos de brancos e negros dos uzos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*, 1960, p. XL-XLII.

¹²⁷ Fonte reproduzida em: COSTA. *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004, p. 103. Documento pertencente ao Museu do Ouro, Sabará, MG. Cód. 06, f.9v.

¹²⁸ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 29.

fizessem à boca do cofre no fim de cada semestre, com dinheiro à vista, todas as despesas da Extração, cessando absolutamente a faculdade da emissão de bilhetes.”¹²⁹

No entanto, as reclamações das autoridades da administração sediada em Lisboa começaram ainda nos primeiros anos do monopólio régio. Caetano José de Sousa, anteriormente tido por homem zeloso com a administração, foi o primeiro a ser repreendido pelos elevados gastos e por outras falhas, perdendo em pouco tempo toda sua credibilidade perante os diretores. Um dos primeiros deslizes do caixa-administrador foi depositar diamantes na conta do sexto contrato, quando a extração já se fazia à cargo da Real Fazenda, em 1773. O problema teria acontecido por suposto equívoco de Caetano José de Sousa que, ao receber 35 oitavas de diamantes, pensou serem rendimentos do antigo contrato, sendo apenas 16 oitavas e 4 vinténs pertencentes de fato ao sexto contrato.¹³⁰ Mesmo após o término do contrato de João Fernandes de Oliveira, ainda havia recolhimento de diamantes relativos à sua administração, provavelmente encontrados nas lavagens dos cascalhos depositados junto aos serviços de mineração. Demorou algum tempo até que a Real Extração se desvencilhasse dos embaraços causados pela mistura de rendimentos e dívidas da velha e da nova administração. Pelo menos até 1775, a Real Extração, no Tejuco, recebeu pagamento de bilhetes impressos passados durante a antiga gestão, lançados, porém, somente em 1786 nos livros mestres da Diretoria Geral.¹³¹

A administração de Caetano José de Sousa foi marcada por uma sucessão de contratemplos relacionados à sua maneira de conduzir os negócios diamantinos. Ainda no primeiro ano da monopolização régia, isto é, em 1772, os diretores, em Lisboa, já se queixavam do aumento de despesas e abusos. Na mesma carta, pediram que o administrador desse parecer sobre a possível abolição do sustento por conta da Real Fazenda, mas não obtiveram resposta.¹³² Como dito, somente por ordem régia, de 3 de março de 1795, a Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes conseguiu reduzir o valor da assistência anual de duzentos contos de réis para cento e vinte contos de réis. A ordem, porém, passou a ser aplicada apenas a partir de 1796 pela Junta da Real Fazenda de Vila Rica.¹³³

¹²⁹ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 232.

¹³⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 42, 23-08-1786.

¹³¹ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 66, 2-12-1786.

¹³² AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 15-17, 21-8-1772.

¹³³ CARRARA. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil...*, 2009, p. 60.

Com a centralização das receitas e despesas do Estado, a partir da criação do Erário Régio, e estando a Real Extração, como ressaltamos diversas vezes, a ele subordinada, a preocupação central era evitar desperdícios financeiros e gastos desnecessários, aumentando, por outro lado, as arrecadações. Os administradores deveriam utilizar na escrituração contabilística o método das partidas dobradas e remeter balanços anuais para os diretores em Lisboa. Estes são os principais assuntos das dezenas de cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração a Caetano José de Sousa, entre 1772 e 1773. A princípio, as tentativas de estabelecer maior controle sobre os gastos com a produção diamantífera mostraram-se ineficazes. Essa interpretação pode ser sustentada a partir de discussões empreendidas por Angelo Carrara. Em dois artigos recentes, ambos de 2016, o historiador analisa a eficácia dos sistemas de arrecadação da Real Fazenda antes e depois das reformas econômicas promovidas pelo marquês de Pombal. No primeiro texto¹³⁴, referindo-se principalmente ao método de capitação sobre os escravos e sobre o comércio, o autor afirma que os sistemas de cobrança dos quintos reais, entre 1736 e 1751, eram de grande eficácia tributária, ao contrário do ocorrido no período pombalino, após as reformas fiscais, assunto do seu segundo artigo. Nesta publicação, para Carrara, “o período em que o marquês de Pombal esteve à frente do governo corresponderia, assim, a uma conjuntura de inflexão no sentido da maior eficiência do aparato do Estado responsável pela fiscalidade.”¹³⁵ Em resumo, a estrutura administrativa instituída a partir de 1761, com o objetivo de melhorar a arrecadação das rendas reais, apresentou bastante dificuldade para conter o crescente aumento das despesas do Estado.

É possível declararmos que a Real Extração certamente contribuiu para a elevação dos gastos, ainda que a todo momento funcionários fossem demitidos ou tivessem nomeação cancelada sob a justificativa de contenção de gastos, devendo-se manter somente o pessoal necessário. Em carta dos diretores gerais aos administradores, de 11 de novembro de 1774, há reclamações relativas ao assunto. Para eles, era inadmissível nomear mais cinco pessoas, pois “o expediente do escritório dessa Administração não necessita[va] de tanta gente”. Na mesma correspondência, a demissão de um caixeiro chamado Domingos Ribeiro da Assunção foi aprovada sem qualquer objeção.¹³⁶

Problemas dessa natureza continuaram no reinado de D. Maria I, sob as gestões de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A maneira de lidar com eles

¹³⁴ CARRARA. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais: a segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751, 2016b.

¹³⁵ CARRARA. O reformismo fiscal pombalino no Brasil, 2016c, p. 86.

¹³⁶ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 104, 11-11-1774.

também. Nesse sentido, podemos observar, como lembrou José Subtil, certa “manutenção da linha reformista josefina-pombalina”.¹³⁷ Em 1789, por exemplo, as autoridades portuguesas queixaram-se dos “abusos” na Administração Diamantina. As causas das arbitrariedades se assentavam nos “luxos e vícios” dos empregados inúteis e infiéis. Segundo elas, somado ao grande número de empregados, a falta de zelo introduzida nos costumes dos administradores, feitores e escravos teria ocorrido pela “escolha de homens conaturalizados no país para aqueles empregos”, sendo este o principal motivo da “desordem e corrupção”.¹³⁸ Em todo caso, as demissões não ocorriam com muita frequência e os alvos predominantes eram funcionários subalternos com poucos benefícios, como o caixeiro citado no parágrafo anterior. Dessa forma, “a Real Extração era uma grande fonte de empregos para a população local.”¹³⁹ Por conseguinte, o provimento de tantos cargos era uma enorme fonte de despesas, as quais tanto se queria evitar.

Como salientamos, o primeiro administrador, Caetano José de Sousa, foi quem mais enfrentou adversidades e teve de lidar com a pressão dos diretores gerais, descontentes com a indesejável ampliação dos custos da produção diamantífera. Constantemente, ele era acusado de não cumprir as ordens a respeito da diminuição das despesas e dos saques de letras.¹⁴⁰ Além disso, não estava se comunicando satisfatoriamente com as autoridades lisboetas, para as quais o envio mensal de cartas com notícias da administração dos diamantes era obrigatório.¹⁴¹ Todos esses fatores culminaram na sua demissão e no sequestro de seus bens. Com efeito, “ordenou-se lhe mais que saísse da Demarcação imediatamente, como pessoa aí supérflua.”¹⁴² Joaquim Felício dos Santos afirmou ser desconhecido o motivo da destituição do administrador por ser ele “hábil mineiro, que sempre tratava com inteligência e acerto os negócios de seu cargo”.¹⁴³ Para Felício dos Santos, teria havido “alguma denúncia contra ele à Diretoria de Lisboa”.¹⁴⁴ O autor sustenta sua hipótese por coincidir a demissão do administrador com a dispensa “de setenta e dois empregados da Extração e expulsão de

¹³⁷ SUBTIL. *Os poderes do centro*, 1993, p. 179.

¹³⁸ BNP. “Carta do visconde mordomo-mor para o visconde de Barbacena, remetendo-lhe cópia da carta escrita ao intendente geral dos Diamantes na comarca do Serro do Frio, sobre abusos naquela Administração.” Lisboa, 21 de outubro de 1789. Ref.: Col. Pomb. Cód. 697, fls. 154-158.

¹³⁹ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 99.

¹⁴⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 20, 7-9-1772.

¹⁴¹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 30, 15-10-1772.

¹⁴² SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 142.

¹⁴³ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 142.

¹⁴⁴ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 142.

cinquenta e quatro pessoas para fora da Comarca”.¹⁴⁵ Ora, a todo momento suspeitos de extravios eram expulsos do Distrito e as razões aqui apontadas são suficientes para inferir que Caetano José de Sousa estava longe de ser um empregado ideal. A decisão de demiti-lo não foi repentina nem estava associada à denúncia, mas antes pela crescente insatisfação dos diretores gerais e pela sua própria negligência nos assuntos já apontados. Nesse contexto, para a Diretoria Geral, ele já não era mais considerado um bom administrador. Talvez por isso a nomeação dos novos administradores, em julho de 1773, tenha ocorrido antes mesmo da demissão de Caetano José de Sousa, em agosto daquele ano, demonstrando que os diretores estavam cuidando da substituição do administrador antes de informá-lo da sua dispensa.

Poderíamos argumentar que os novos administradores não foram nomeados somente em função dos embaraços na administração de Caetano José de Sousa, pois o alvará de 2 de agosto de 1771, antes mencionando, previa três caixas para a Real Extração. Ademais, desde o segundo semestre de 1772, os diretores já tinham solicitado a Caetano José de Sousa a indicação de nomes a fim de completar o quadro de administradores, como podemos ler em carta de 27 de agosto:

Querendo nós tratar da referida nomeação de segundo e terceiro administrador, e representando-o assim ao Ex.^{mo} Sr. marquês inspetor geral do Erário Régio: o mesmo senhor foi servido declarar-nos: que sendo verossímil que nas comarcas de Minas haja pessoas de probidade e préstimo, que se façam dignas de ocuparem estes lugares, se devia por agora suspender as nomeações deles; examinando-se primeiro com efeito se acham as tais pessoas hábeis nas referidas comarcas: e no caso de se acharem se deviam propor a S. Maj.^{de} com as explicações dos seus estados e qualidades para o mesmo senhor resolver o que achar que é mais útil.¹⁴⁶ (grifo nosso).

De acordo com o trecho da carta, a proposta era nomear dois caixas administradores, o segundo e o terceiro. Caetano José de Sousa deveria continuar ocupando o lugar de primeiro administrador. Ele tinha sugerido nomes para os referidos cargos, mas, por algum motivo, e aqui acreditamos ser a má reputação por ele alcançada em pouco tempo, fez os diretores suspenderem as nomeações das pessoas apontadas, devendo-se primeiro verificar se eram realmente hábeis para comporem o quadro de funcionários da Real Extração. Não há como ter certeza se os mesmos homens indicados por Caetano José de Sousa foram os nomeados em julho de 1773, a saber, Manuel Batista Landim, Luís Lopes da Costa e José da Silva de Oliveira, escolhidos por seus “bons nomes, das suas capacidades, das suas experiências,

¹⁴⁵ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 142.

¹⁴⁶ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 18, 27-08-1772.

inteireza e zelo no que pertence ao Real Serviço.”¹⁴⁷ Há evidência mais de paciência que pressa na ação dos diretores em retirar o administrador do cargo, tentando escolher melhor os novos funcionários com o objetivo de cessar os abusos da administração anterior, talvez por isso tenham escolhido homens de carreira militar, mas com experiência na área de exploração de diamante. José da Silva de Oliveira era sargento-mor e Luís Lopes da Costa, tenente-coronel. Manuel Batista Landim, também sargento-mor, era homem conhecido no Distrito Diamantino. Ele havia ocupado o cargo de comprador de mantimentos e de caixa no quarto, quinto e sexto contrato dos diamantes.¹⁴⁸ A partir de então, todas as nomeações para tais cargos seguiram mais ou menos o mesmo parâmetro, considerando sempre a experiência como fator decisivo para o sucesso da administração pública.

Quadro 1 - Administradores da Real Extração dos Diamantes (1772-1805)

Período	Administrador
1772-1773	Caetano José de Sousa
1773-1788	Manuel Batista Landim
1773-1775	Luís Lopes da Costa
1773-1795	José da Silva de Oliveira
1780-1789	Miguel Ribeiro de Araújo
1789-1793/4	Filipe José Corrêa de Lacerda
1794/5-1796	João Antônio Maria Versiani (interino)
1794/5-	Caetano Miguel da Costa (interino)
1796-1805	Antônio Coelho Peres de França (interino)
1805-	João Antônio Maria Versiani

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*.

A administração de Manuel Batista Landim, Luís Lopes da Costa e José da Silva de Oliveira teve início em 1773. Aparentemente, eles empenharam-se mais no cumprimento das ordens vindas de Lisboa. Não houve total tranquilidade porque os referidos administradores repetiram alguns erros da gestão anterior, sobretudo no tocante aos saques de letras e ao aumento das despesas tidas pelos diretores como resultantes da falta de organização. Toda intenção de compra de qualquer mercadoria, por exemplo, deveria ser comunicada e justificada às autoridades da Direção Geral, o que nem sempre era feito pelos administradores. Ao contrário, porém, de Caetano José de Sousa, eles se correspondiam satisfatoriamente com

¹⁴⁷ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 53, 22-07-1773.

¹⁴⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 134, 17-06-1775.

os diretores, não havendo qualquer reclamação sobre o assunto. O desempenho do trio, inclusive, foi elogiado algumas vezes. Em 1774, foram parabenizados pela boa arrecadação de diamantes.¹⁴⁹ Depois, em 1778, por terem diminuído o preço dos jornais que se pagava por semana aos escravos alugados.¹⁵⁰ No ano seguinte, os diretores os felicitaram pelo sucesso na escolha dos serviços diamantíferos a serem minerados e pela conclusão da lavagem dos cascalhos.¹⁵¹

O único episódio em que os administradores, principalmente Manuel Batista Landim, foram seriamente repreendidos se deu nos idos de 1775 quando lançaram na lista de pagamento jornais indevidos a escravos que tinham sido admitidos somente com despesa de sustento. Landim teria tentado beneficiar “pessoas de sua filiação”, como sugere uma carta dos diretores em que, posteriormente, dão por equivocada a situação, considerando-a um engano, como se o administrador tivesse feito o lançamento de jornais sem querer.¹⁵² No entanto, sabemos que era corriqueiro o beneficiamento de parentes, amigos e protegidos pelos funcionários mais prestigiados da Real Extração. De acordo com Júnia Furtado, “praticamente todas as pessoas da Demarcação ou trabalhavam para ela, ou tinham pelo menos um parente próximo usufruindo de cargos e vantagens.”¹⁵³ Fazer parte dessa rede de favorecimentos facilitava ter escravos alugados à Administração, interesse de parte da população que os comprava com o único objetivo de alugá-los e viver de seus jornais. Dessa vez, contudo, Manuel Batista Landim foi descoberto. Foi advertido por sua conduta, mas mantido no cargo por ter tido sua integridade atestada pelo fiscal e desembargador João da Rocha Dantas e Mendonça.¹⁵⁴ José da Silva de Oliveira foi quem escreveu aos diretores relatando o ocorrido após ter observado, na Contadoria da Administração, um lançamento a mais nas despesas relativas ao aluguel de escravos. As pessoas beneficiadas com os jornais dos escravos também “eram pessoas do seu conhecimento e filiação”, mas as autoridades de Lisboa não o culpavam

¹⁴⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 97, 4-11-1774.

¹⁵⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 275, 26-10-1778.

¹⁵¹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 286, 4-6-1779.

¹⁵² AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 175, 13-7-1776.

¹⁵³ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 104.

¹⁵⁴ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 134, 17-6-1775.

pelo “abuso”. A ocorrência teve fim com a transferência da culpa para Luís Lopes da Costa, falecido no mesmo ano de 1775. Este, sim, segundo a carta, teria sido responsável pelos lançamentos indevidos de jornais.¹⁵⁵ Assim, encerrou-se o procedimento de averiguação e a Administração voltou à normalidade.

Exceto por esse acontecimento mais grave, quase não houve desentendimentos entre administradores e diretores. Pequenas discordâncias no que se refere exclusivamente ao abastecimento serão discutidas nos capítulos seguintes, mas elas dizem mais sobre negociação que conflito. Com isso, Manuel Batista Landim, Luís Lopes da Costa e José da Silva de Oliveira, assim como seus substitutos, só deixaram os cargos por motivo de falecimento. Foge à regra, não obstante, os administradores provisórios e o caso de Antônio Coelho Peres de França, que pediu demissão em 1805, tendo sido nomeado para seu lugar o guarda-livros João Antônio Maria Versiani. Este, por sua vez, já tinha servido interinamente como administrador e caixa.¹⁵⁶

2.4 O Distrito e o mundo

A terra onde a Real Extração se instalou nem sempre teve como atividade principal a extração diamantífera. Na verdade, a busca por minas de ouro culminou no desbravamento dos morros onde posteriormente se encontraram os diamantes que deram fama ao território. De acordo com Aires da Mata Machado Filho, a descoberta do ouro na Comarca do Serro do Frio, em fins do século XVII, pode ser entendida como resultado da ambição de bandeirantes e aventureiros. Para o autor, a ocupação da área central, mais tarde denominada Arraial do Tejuco, deu-se por volta de 1713, após o bandeirante Jerônimo Gouvêa, seguindo o curso do Rio Jequitinhonha, ter descoberto grande quantidade de ouro nas confluências do Rio Piruruca e do Rio Grande. A população vivia da exploração do ouro de aluvião, não se diferenciando das demais nos diversos povoados existentes na Capitania de Minas Gerais.¹⁵⁷ Aos poucos, a

¹⁵⁵ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 176, 13-7-1776.

¹⁵⁶ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (3º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]. Livro 4090, p. 64, 16-11-1805.

¹⁵⁷ MACHADO FILHO. *Arraial do Tejuco: cidade Diamantina*, 1980.

região foi ganhando importância e a população aumentando. Segundo Joaquim Felício dos Santos

Continuamente chegavam mais habitantes para o Tejuco, e se foram espalhando pelas terras ao redor em busca de novas lavras. Fizeram explorações, descobriram ricos serviços nos leitos do Jequitinhonha, do Ribeirão do Inferno, dos Caldeirões, nos Cristais, nas Datas, no Brumadinho e em outros lugares. Foram assim formando-se novas povoações nas circunvizinhanças do Tejuco, que era como o núcleo de que todas dependiam, não só por ser o mais importante, como por possuir a capela única, que então havia.¹⁵⁸

No entanto, foi a descoberta dos primeiros diamantes, na década de 1720, que transformou efetivamente a vida no Arraial do Tejuco. Nesse contexto, muitas pessoas saíam da região aurífera das Minas e iam para a região diamantina. “A febre dos diamantes era tal que se trocava uma casa por um freio de cavalo, ou vendiam-se todas as posses para comprar escravos para explorar as lavras das preciosas pedras”.¹⁵⁹ O brilho das pedras preciosas da maior lavra do mundo ocidental no século XVIII também refletiu no reinado de D. João V. Em tom exagerado, Felício dos Santos escreveu que desde de 1729, ano em que a mineração de diamantes tornou-se notória, “a Corte havia lançado olhos ávidos para o descoberto diamantino, como para um novo manancial de riquezas, que ia alimentar seu luxo e desregramentos, pouco lhe importando a condição do povo que o habitava: assim este nada favorável devia esperar dali.”¹⁶⁰ A região, igualmente, passou a ser destino de muitas pessoas atraídas pelas ricas minas, sobretudo após o terremoto de Lisboa. “O Distrito Diamantino de Minas Gerais era em Portugal muito conhecido por sua riqueza, e muitos desses emigrantes vieram aqui se estabelecer, na esperança de se enriquecerem depressa e sem trabalho”¹⁶¹, registrou o memorialista.

Em virtude de sua importância econômica, a Coroa demarcou a área e passou a legislar sobre ela, como vimos anteriormente. A partir daí, e sobretudo após o estabelecimento da Real Extração, nas palavras de Santos, a Demarcação Diamantina teria sido “regida por leis especiais e governada despoticamente por autoridades particulares.”¹⁶² Outros autores fizeram afirmações parecidas. Para Caio Prado Júnior, “verdadeiro corpo estranho enquistado na colônia, o Distrito vivia isolado do resto do país, e com uma organização *sui generis*; não havia governadores, câmaras municipais, juízes, repartições fiscais ou quaisquer outras autoridades ou órgãos administrativos.”¹⁶³ A respeito da administração, o autor escreveu:

¹⁵⁸ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 44.

¹⁵⁹ FURTADO. *Distrito Diamantino: uma terra de estrelas*, 2007, p. 305.

¹⁶⁰ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 52.

¹⁶¹ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 119.

¹⁶² SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 109.

¹⁶³ PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, 2011, p. 191.

“havia apenas o intendente e um corpo de auxiliares, que eram tudo aqui ao mesmo tempo, e que se guiavam unicamente por um Regimento que lhes dava a mais ampla e ilimitada competência.”¹⁶⁴ Charles Boxer, da mesma forma, se referiu à região como “artificialmente isolada”, de difícil acesso. Na mesma linha de interpretação anterior, o Distrito Diamantino era “uma colônia dentro de outra colônia, desligado do resto do Brasil por uma barreira legal e administrativa, mais eficaz naquela sua forma do que as pedras e tijolos da Grande Muralha da China.”¹⁶⁵ Posteriormente, essas e outras interpretações foram colocadas em xeque.¹⁶⁶

Para Júnia Furtado, a tão falada barreira administrativa não era tão eficaz. Para ela, a Demarcação não era um lugar rigorosamente governado e apartado do restante da Capitania de Minas Gerais. Para a historiadora, as autoridades que comandavam a região nem sempre conseguiram conter efetivamente a crescente população, assim como as diversas atividades econômicas ali realizadas. O Regimento Diamantino de 1771 pouco trouxe de novo. Os bandos e instruções compilados nos 54 parágrafos já estavam em vigor e valiam, inclusive, para áreas auríferas. Além disso, tal legislação nunca foi capaz de impor severo controle sobre a população a ponto de sufocar suas forças e cercear seu convívio entre si e com as regiões vizinhas. Assim, foram constantes as disputas de autoridade entre moradores e funcionários da Coroa, além das redes de poder envolvendo toda sorte de pessoas, como autoridades metropolitanas, elites locais, comerciantes e contrabandistas.¹⁶⁷

Após a monopolização régia sobre os diamantes, portanto, não houve empobrecimento nem controle excessivo dos habitantes do Distrito. O ouro ainda podia ser extraído por particulares, desde que as lavras fossem exclusivamente auríferas. De acordo com Júnia Furtado, “outras atividades, além das relacionadas diretamente à mineração, continuaram existindo e forneceram importantes fontes de sobrevivência, como o comércio, a agricultura e a pecuária”.¹⁶⁸ A esse respeito, José Newton Coelho Meneses, ao estudar a produção de gêneros alimentícios e o comércio realizado a partir dos excedentes, desvelou a importância da dinâmica de abastecimento para os moradores da Comarca do Serro do Frio.¹⁶⁹ Esse assunto, entretanto, será retomado no terceiro capítulo da dissertação.

Por esses e outros motivos, “o próprio crescimento constante da população, da produção de diamantes e o dinamismo da economia local demonstravam que a Administração

¹⁶⁴ PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, 2011, p. 191.

¹⁶⁵ BOXER. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, 2000, p. 242.

¹⁶⁶ Com poucas diferenças, autores como Augusto de Lima Júnior (1945), Sílvio de Vasconcelos (1959), Aires da Mata Machado Filho (1980) partilhavam as mesmas perspectivas citadas.

¹⁶⁷ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996.

¹⁶⁸ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 97.

¹⁶⁹ MENESES. *O continente rústico...*, 2000.

diamantina não trazia nem a decadência, nem o despovoamento.”¹⁷⁰ O auge da produção diamantífera, entre 1775 e 1795, permitiu estabilidade econômica e enriquecimento de grande parcela de moradores. “Os gastos elevados da Administração neste período, referentes principalmente ao aluguel de escravos e soldos dos guardas da Intendência, reverteram-se em benefícios para a população local, seja por ganho direto de renda, seja indiretamente, por exemplo, pelo incentivo ao comércio”, completa a autora.¹⁷¹

Assim, apesar de não ser a única atividade realizada, a produção dos diamantes a cargo da Real Fazenda incentivou o comércio e criou circuitos mercantis que atravessavam o Atlântico para abastecer o Distrito Diamantino, assim como houve nos anos iniciais de exploração das zonas auríferas das Minas Gerais.¹⁷² Como lembrou Flávia Maria da Mata Reis, a extração do ouro, o desenvolvimento da agropecuária, a produção artesanal empreendida pelos oficiais mecânicos e o tráfico de escravos aperfeiçoaram-se simultaneamente, ao mesmo tempo em que intensificavam-se “os caminhos e as rotas capazes de colocar em contato e de articular as diferentes regiões produtoras em um comércio intracontinental e internacional”.¹⁷³ Para ela, nem tudo que era indispensável à mineração estava disponível na capitania, no restante da colônia ou mesmo no Reino. Dessa forma, a atividade mineradora dos séculos XVI ao XVIII favoreceu, segundo a autora, não somente a comunicação entre as diferentes partes do mundo “por meio do comércio voltado para o dinâmico mercado proporcionado pela exploração de ricas jazidas, mas também do trânsito de pessoas, de práticas, de conhecimentos, de técnicas especializadas e produtos que essa atividade requeria.”¹⁷⁴ Na interpretação de Isnara Pereira Ivo, numa rede intercontinental, o pujante trânsito material e cultural aproximava distantes regiões, redimensionando a relação do sertão com o resto do mundo.¹⁷⁵

O Distrito Diamantino fazia parte dessa mesma dinâmica econômica da capitania em que estava geograficamente inserido. O Distrito não estava deslocado de Minas Gerais, como quiseram os aludidos autores. A descoberta dos diamantes não afastou a região do restante da

¹⁷⁰ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 41.

¹⁷¹ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 56-57.

¹⁷² Caio Boschi considera que a extração de ouro não foi a principal atividade nas Minas Setecentistas. Para ele, as ocupações comerciais mostraram-se mais seguras e estáveis que a mineração. Assim, após o estabelecimento dos primeiros núcleos urbanos, o comércio ganhou status de atividade essencial e possibilitou uma interligação entre os comerciantes mineiros e o mercado metropolitano. Vide: BOSCHI. *Nem tudo que reluz vem do ouro*, 1996.

¹⁷³ REIS. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do Século XVIII (1702-1762)*, 2007, p. 25.

¹⁷⁴ REIS. *Entre faisqueiras, catas e galerias...*, 2007, p. 25.

¹⁷⁵ IVO. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*, 2012.

capitania nem bloqueou o alcance das intervenções dos governadores.¹⁷⁶ A sociedade estabelecida no Distrito Diamantino, segundo Furtado, “tinha os mesmos contornos da Capitania e era composta de expressiva camada de escravos, outra menor de homens e mulheres libertos, muitos deles pardos e uma pequena classe dominante branca.”¹⁷⁷ É, portanto, um local que compõe o conjunto dos diversos processos políticos, econômicos e sociais que se articulavam entre as comarcas mineiras.

Se, como escreveu José Newton Meneses, “as Minas não se apartam do restante do espaço colonial e nem se ligam exclusivamente à Metrópole”¹⁷⁸, o Distrito também não. Assim, a área diamantina não estava desconectada da capitania mineira e muito menos do resto da América portuguesa, pois mantinha relações comerciais com várias partes da colônia, sobretudo com o Rio de Janeiro. Ao serem carregados até os portos e embarcados nos navios, os diamantes permitiram que o mundo entrasse em contato com o Distrito. Desde o início, as pedras eram comercializadas e contrabandeadas nas longínquas Londres e Amsterdam. Escravos foram trazidos da África. Vigiados por feitores, eles trabalhavam arduamente sob o sol escaldante. Para a produção aurífera, eram necessários produtos específicos à fundição do metal, como, por exemplo, o solimão para a fabricação de barras e moedas. Da mesma forma, mercadorias imprescindíveis à exploração diamantífera vinham de praças europeias como Lisboa, Porto, Biscaia, Gênova, Veneza, Holanda, Suécia, França e Alemanha e circulavam nos espaçados serviços diamantinos, podiam ser compradas nas diversas lojas e vendas do Distrito, especialmente as da Real Extração.

Podemos considerar o Distrito Diamantino como um verdadeiro “espaço econômico”, conceito delineado e empregado por autores latino-americanos como Nelson Manique, Heraclio Bonilla, Carlos Sempat Assasourian, Enriquen Tandeter, Vilma Milletich e Roberto Schmit, e que Angelo Carrara sintetizou em seu livro “Minas e Currais”:

[...] o espaço econômico equivale ao âmbito da circulação de mercadorias, à extensão dos circuitos mercantis. É exatamente este seu conteúdo: a rede de circulação de mercadorias, o conjunto de lugares comercialmente articulados através de rotas determinadas. Se o mercado é um conjunto de relações mercantis, o espaço econômico é a expressão geográfica do mercado. [...] Saliente-se de início, uma obviedade: os espaços econômicos, por possuírem personalidade própria, recusam-se a corresponder a divisões políticas, administrativas, eclesiásticas ou fiscais. Portando, é com base no âmbito da circulação que aqui são nomeados.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Júnia Furtado analisa as ingerências dos governadores Conde de Valadares, Antônio de Noronha, Rodrigo José de Meneses e Luís da Cunha Meneses na Demarcação Diamantina. Vide: FURTADO. *As relações de poder. In: O livro da capa verde...*, 1996, p. 131-174.

¹⁷⁷ FURTADO. Distrito Diamantino: uma terra de estrelas, 2007, p. 318.

¹⁷⁸ MENESES. *Artes fabris e ofícios banais...*, 2013a, p. 185.

¹⁷⁹ CARRARA. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*, 2007a, p. 56.

A extração diamantífera, devemos repetir, não era a única atividade realizada na região, mas não é possível negar sua influência no estabelecimento de circuitos mercantis que concorriam para abastecer a Real Extração. As mercadorias e víveres importados, entregues aos administradores no Arraial do Tejuco, examinadas nos capítulos seguintes, como materiais para mineração, drogas de botica, vestimentas, artigos diversos e alimentos se destinavam apenas ao consumo da Real Extração. No entanto, o circuito mercantil dos diamantes, quase sem fronteiras, beneficiava muitos comerciantes europeus, mas também produtores mineiros na venda de seus produtos à Real Extração. No século XVIII - lembra Maria Odila Leite da Silva Dias - “viam-se os naturais do Brasil envoltos em uma dinâmica que transcendia os limites de sua terra.”¹⁸⁰ Por conta da Real Fazenda, a força de demanda da Administração Diamantina dinamizou culturas e economias ao colocar o Distrito ainda mais em contato com o mundo.

¹⁸⁰ DIAS. Aspectos da ilustração no Brasil, 2005, p. 74.

3 “Por conta e risco da Real Extração”: as remessas importadas

“[...] por conta e risco da mesma Real Extração, para o consumo das suas fábricas e laboração [...]” Junta de Direção Geral, 1778.

A organização espacial dos serviços diamantíferos não era nada simples e merece estudos mais aprofundados para além dos apontamentos aqui feitos. A partir das fontes manuscritas e da iconografia foi possível perceber algumas características mais elementares. Geralmente, as lavras diamantinas contavam com dispensas, “fábricas de mineração”, paióis, moinhos, currais, armazéns, oficinas, rancharias, chácaras, capelas e boticas. O hospital e a casa da Junta da Administração estavam estabelecidos no Tejuco. As mercadorias importadas pela Real Extração os abasteciam. As matérias-primas, os artefatos ou, mais genericamente, as fazendas secas e molhadas introduzidas no Distrito Diamantino circulavam nesses locais e faziam parte do cotidiano de escravos, feitores, ferreiros, carapinas, soldados, boticários, enfermeiros, administradores, entre outros. Eles consumiam os bens adquiridos. Eram medicados quando enfermos e vestidos uniformemente. Estavam todos envolvidos no complexo e dinâmico processo em torno da extração de diamantes nas “minas do Brasil”.

Figura 5 - Detalhe das edificações na *Vista do serviço Diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha*



Fonte: Costa, 2004, p. 102.¹⁸¹

O sucesso da produção diamantífera dependia do controle do abastecimento. Destarte, os diretores e administradores organizaram um sistemático fornecimento a fim de garantir o êxito da empresa mineradora recém-criada. Anteriormente, afirmamos que os princípios de

¹⁸¹ Imagem digitalizada e editada de: Costa. *Cartografia da conquista do território das Minas*, 2004, p. 102. Referência completa: *Vista do serviço Diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha. Para ser presente ao Ilmo. E Exmo. Sr. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Fidalgo da Casa de S. A R. e do Concelho do mesmo Senhor, Governador e Capitão Geral de Minas Geraes. Offerecido por Modesto Antonio Maier, Inten.de dos Diamantes. Tejuco, 1803. Miranda fes. Caetano Luís de Miranda* (Escala: [não determinada]. -1803. -1 Desenho: ms, color.; 78 x 151cm. MO - Museu do Ouro, Sabará, MG).

eficiência administrativa e fiscal do período recaíram sobre a Direção e a Junta Diamantina: combate às fraudes e contrabandos; despesas regularmente registradas nos livros de razão, enviados anualmente à Lisboa; balanços periódicos; exigência de comunicação constante; planos anuais para exploração dos diamantes; limitação quanto às nomeações de oficiais para a Administração; moderação na contratação de escravos alugados e diminuição no valor dos jornais; solicitação de autorização para gastos superiores ao valor da assistência fornecida pela Provedoria de Vila Rica; e, obviamente, maior domínio sobre questões ligadas ao abastecimento, sem o qual seria impossível dar continuidade à mineração.

Partimos do pressuposto de que a eficácia¹⁸² desses princípios foi relativamente alcançada, como já começamos a expor no capítulo anterior a partir do diálogo com a historiografia e com os achados documentais. Nem sempre a Real Extração obtinha o efeito desejado em sua administração, mas a atividade nuclear em nenhum momento foi prejudicada. Assim, houve aumento da produção diamantífera, mas também dificuldade em controlar os crescentes gastos, muitos deles referentes ao abastecimento. Além disso, neste capítulo, apresentamos considerável parte dos “elementos materiais” da cultura da produção de diamantes. O objetivo maior é identificar quais eram os produtos importados, de onde vinham e seus possíveis usos no Distrito Diamantino, além de analisar como as autoridades lidavam com a organização desse abastecimento.

3.1 Importações nas Minas

Antes de passarmos à análise das importações destinadas à Real Extração no Distrito Diamantino, façamos um breve levantamento bibliográfico sobre a temática. A entrada de mercadorias estrangeiras na Capitania de Minas Gerais é assunto recorrente na maioria dos estudos sobre abastecimento, embora as referências dediquem à sua circulação apenas breves apontamentos. Começemos por Mafalda Zemella, autora do mais conhecido estudo sobre o tema. Apesar de indicar os diversos mercados que concorriam para o abastecimento das Minas, ela faz sucintas menções aos artigos provenientes de além-mar. Vidros, espelhos,

¹⁸² Na administração contemporânea, eficiência é a capacidade de alcançar resultados através da utilização do mínimo de recursos possíveis, enquanto eficácia é a capacidade de alcançar os objetivos e resultados propostos. No século XVIII também é possível perceber diferenças entre os dois termos. Para Bluteau, eficiência é “a virtude, a atividade, a força, a ação de alguma causa, que produz algum efeito”. Já eficácia, como força, virtude e qualidade de eficaz, pode ser entendida como “coisa que produz seu efeito”. BLUTEAU. *Vocabulário Português & Latino...*, v. 3, 1728, p.16.

sedas, damascos, pelúcias, baixelas, vinhos, azeites, armas, sal e ferro seriam os principais. Ao elencar alguns problemas relacionados ao abastecimento, Zemella aponta para a dificuldade de importação de produtos estrangeiros, o que parece não se sustentar em sua própria pesquisa, que evidencia justamente como os mercados paulista, baiano, europeu, platino e africano abasteceram a população mineira na primeira metade do século XVIII.¹⁸³

Para Virgílio Noya Pinto, as principais importações oriundas da Metrópole eram constituídas de gêneros alimentícios e tecidos; dos primeiros destacavam-se os vinhos, as farinhas, os azeites e o bacalhau. Posteriormente, passaram-se a enviar à América portuguesa mercadorias de luxo como “veludos e sedas, brocados e tafetás, rendas e meias de seda, chapéus e fitas bordadas a ouro e prata.”¹⁸⁴ Também vinham outros tipos de tecidos, “sobretudo os panos baratos, para vestir o grosso da população brasileira, quer as de classe média e pobre, quer a escrava. São as baetas, os panos ordinários, as serafinas, as bretanhas e as camelas.”¹⁸⁵ O autor informa, no entanto, que “infelizmente, as referências sobre os carregamentos das frotas para o Brasil são de caráter geral, o que impede a utilização de quaisquer dados quantitativos.”¹⁸⁶

Com uma visão de conjunto sobre o império português, Russell-Wood destaca o movimento da cultura e do comércio entre os continentes. De acordo com os dados por ele coletados, a América portuguesa exportava à Metrópole pau-brasil, açúcar, ouro, diamantes, curtumes, madeiras, resina, óleos, algodão, tabaco, prata, bebidas. Já de Portugal ao Brasil enviavam-se mercadorias de origem lusa, mas também de outras partes da Europa. Foram elencados: azeite, farinha de trigo, bacalhau, vinhos, utensílios e bens manufaturados. Entre os tecidos, as baetas, as cambraias, as chitas de algodão e o linho são predominantes.¹⁸⁷

Do mesmo modo, não encontramos nas pesquisas específicas sobre Minas Gerais informações mais sistemáticas a respeito das importações. Cláudia Chaves limita-se a escrever que “o comércio de artigos importados dedicava-se, principalmente, aos artigos de luxo (prata, louças, sedas etc.), vestuário, ferramentas, mobiliário e alguns gêneros alimentícios como queijos, azeite, vinhos etc.”¹⁸⁸ Para Júnia Furtado, “a região mineradora importava todo tipo de produtos, entre secos, molhados e escravos; tecidos, alimentos,

¹⁸³ ZEMELLA. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, 1990. O livro publicado nessa data é resultado de sua tese de doutoramento defendida em 1950.

¹⁸⁴ PINTO. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*, 1979, p. 225.

¹⁸⁵ PINTO. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português...*, 1979, p. 225.

¹⁸⁶ PINTO. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português...*, 1979, p. 227.

¹⁸⁷ RUSSELL-WOOD. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, 2006.

¹⁸⁸ CHAVES. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*, 1999, p. 39-40.

utensílios, papel, pólvora, couro, imagens, etc.”¹⁸⁹ José Newton Coelho Meneses não descartou a possibilidade de chegada aos arraiais e vilas da Comarca do Serro do Frio de gêneros e mercadorias de outras capitanias, como São Paulo e Rio de Janeiro, tampouco rejeitou que pudessem vir “vários produtos importados da Metrópole, neles incluídos os alimentícios, como o ‘sal do Reino’, os embutidos ingleses e as bebidas.”¹⁹⁰ Igualmente, para Carlos Magno Guimarães e Flávia Maria da Mata Reis, um dos fluxos abastecedores dos núcleos urbanos mineradores, desde o início, correspondia “aos produtos importados de outras regiões, vizinhas à região mineradora, ou mesmo externas à Colônia”. Eles chegavam aos mineiros por meio de comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia, “que ofereciam todos os tipos de gênero, sobretudo artigos de luxo para a população abastada das Minas (fazendas, secos e molhados).”¹⁹¹ Flávio Marcus da Silva, sem especificar quantidades, enfatizou: “é certo que há indícios de uma entrada frequente de gêneros importados, como aguardente do reino, azeite de oliva, queijos do reino, bacalhau, sardinhas, vinho tinto, vinagre, ovas de tainha, camarão, arenques defumados, farinha do reino, manteiga de Flandres, gengibre, figos, passas, ameixas, amêndoas, entre outros.”¹⁹²

Além da historiografia, podemos recorrer aos textos dos viajantes que estiveram no Brasil durante as primeiras décadas do século XIX. Eles registraram suas impressões sobre a circulação dos produtos importados. John Mawe, ao passar pelo Arraial do Tejuco, relatou: “as lojas estão abarrotadas de mercadorias de fábricas inglesas, assim como de presuntos, queijo, manteiga, cerveja e outros produtos de consumo.”¹⁹³ Saint-Hilaire descreveu situação semelhante quando percorreu a mesma localidade. Segundo ele:

[...] as lojas dessa aldeia são providas de toda sorte de panos, nelas se encontram também chapéus, comestíveis, quinquilharia, louças, vidros e mesmo grande quantidade de artigos de luxo, que causam admiração sejam procurados a uma tão grande distância do litoral. Essas mercadorias são quase todas de fabricação inglesa e são vendidas em geral por preços muito módicos, tendo-se em vista a distância e a dificuldade de transporte.¹⁹⁴

Em narrativa bem parecida com a de Saint-Hilaire, D’Orbigny, na sua *Viagem pitoresca através do Brasil*, referindo-se ao Distrito Diamantino, escreveu: “a localidade é bem sortida de mercadorias europeias, quase todas de fabricação inglesa. Tem lojas, onde

¹⁸⁹ FURTADO. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, 1999a, p. 19.

¹⁹⁰ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 176.

¹⁹¹ GUIMARÃES; Reis. *Agricultura e mineração no século XVIII*, 2007, p. 325.

¹⁹² SILVA. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*, 2008, p. 83.

¹⁹³ MAWE. *Viagens ao interior do Brasil*, 1978, p. 158.

¹⁹⁴ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, 1974, p. 29-30.

vendem chapéus, artigos de mercearia, quinquilharias, louças, vidros e mesmo uma multidão de artigos de luxo.”¹⁹⁵

No início do século XIX, era intensa a circulação de mercadorias estrangeiras em Minas Gerais, sobretudo na Demarcação Diamantina, como descreveram os viajantes. O vínculo da capitania com os mercados externos aponta para sua integração nos circuitos mercantis mundiais. Permanece, portanto, o quadro de complementariedade entre as mercadorias importadas e as produzidas localmente, o que Cláudia Chaves acreditava ter mudado ainda na segunda metade do século XVIII. Para ela, essa complementariedade teria prevalecido apenas até o meio do Dezoito:

Excetuando-se os artigos de luxo, podemos dizer que havia uma certa complementariedade entre as mercadorias importadas e as locais, no que se refere à satisfação das necessidades elementares dos mineiros. A partir do declínio da mineração, no entanto, podemos dizer que houve uma retração nas importações, sobretudo nos artigos de luxo, e uma gradativa substituição dos demais produtos com a produção de similares na própria colônia, beneficiando o desenvolvimento do comércio interno de Minas e das demais capitanias.¹⁹⁶

Posteriormente, ao estudar os mapas de importação e exportação do início do século XIX, a mesma autora afirma que, em termos de valores, as somas das exportações e importações, entre 1805 e 1832, eram praticamente equivalentes, as primeiras somavam 2:853.126\$000, enquanto as segundas 2:634.429\$000. Sendo assim, poderíamos inferir que as mercadorias europeias ou mesmo de outras capitanias não foram totalmente substituídas pela produção de similares no mercado interno das Minas. As importações consistiam em importantes e lucrativos negócios, pois eram essenciais para outras atividades realizadas na capitania, como sublinha a própria Cláudia Chaves:

As mercadorias importadas nos revelam o que era importante consumir para auxiliar nas atividades agropecuárias e manufatureiras da Capitania. A compra de escravos, ferramentas para a agricultura, animais de carga e o sal eram indispensáveis para manter as produções mineiras, assim como artigos requintados, bebidas e comestíveis finos ou exóticos precisavam ser fornecidos para os núcleos mais abastados.¹⁹⁷

A entrada de gêneros importados não pode ser vista como simples indicativo de dependência do mercado externo. Como mostrou Douglas Libby, apesar da predominância da produção agropecuária, a indústria mineira oitocentista representava “relevante papel na

¹⁹⁵ D'ORBIGNY. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1976, p. 135. Ele partiu da França em 1826. Sua visita ao Brasil é posterior às viagens de Saint-Hilaire. Muitas passagens do texto de D'Orbigny fazem referências aos relatos de Saint-Hilaire. Ele reconheceu que seu trabalho não era carregado de originalidade, mas tentou trazer novidades respeitantes às paisagens já percorridas.

¹⁹⁶ Chaves. *Perfeitos negociantes...*, 1999, p. 40.

¹⁹⁷ CHAVES. *Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do séc. XIX*, 2002, p. 7.

configuração do cenário social e econômico da província.”¹⁹⁸ Embora não seja objeto desta dissertação, certamente o papel alcançado pela indústria no século XIX tem relação com as atividades manufatureiras desenvolvidas no século XVIII. É em função do “grande número de fábricas e manufaturas”, difundidas “em diferentes Capitanias do Brasil”, que D. Maria I determina no famoso alvará de 1785 a proibição de teares de tecidos “de qualquer qualidade” em Minas Gerais, demonstrando a considerável importância dessa atividade de transformação para os mineiros.¹⁹⁹ Durante o século XVIII, segundo Libby, a indústria têxtil doméstica já tinha ultrapassado os “limites da simples produção para o consumo do lar e os panos mineiros começaram a ser comercializados abertamente dentro da capitania.”²⁰⁰ Havia, portanto, muitos produtos que poderiam ser adquiridos na Colônia. Por outro lado, sabemos que, a todo momento, frotas desembarcavam no Rio de Janeiro trazendo cargas diversas.

Uma explicação possível para o intenso movimento de importações pode ser arriscada a partir das proposições de Ângela Domingues. Para ela, no contexto dos governos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de D. José da Cunha de Azeredo Coutinho, sob o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos Estados, “procurava-se criar nas colônias uma dependência dos produtos manufaturados e agrícolas produzidos no reino e, em contrapartida, privilegiava-se as produções agrícolas das colônias como uma forma de dinamizar a economia nacional.”²⁰¹ Essas ideias não eram tão diferentes das propostas do marquês de Pombal, como vimos no primeiro capítulo. Em todo caso, talvez a palavra dependência não seja a melhor, pois esse tipo de relação comercial parece não muito baseada na exclusividade de uma espécie de “pacto colonial”, o que seria, de certa forma, incompatível com a proposta de dinamizar a economia colonial. Seja como for, não podemos excluir totalmente a possibilidade da primeira hipótese de Domingues, pois na relação metrópole-colônia há sempre em vista os ganhos que a primeira pode auferir a partir da exploração da segunda.

Nesse sentido, no final do século XVIII, o já referido secretário de Estado da Marinha dos Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, escreveu a Bernardo José de Lorena, governador da Capitania de Minas Gerais, ordenando que ele tomasse todas as providências a fim de aumentar as importações e o consumo dos produtos do Reino na capitania. Em 3 de outubro de 1798, o governador escreveu em sua resposta que “os vinhos que aqui se consomem, são todos desse Reino, assim o sal, azeite, vinagre, e assim panos,

¹⁹⁸ LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, 1988, p. 14.

¹⁹⁹ RAPM, v. 40, 1995, p. 155-159.

²⁰⁰ LIBBY. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, 1988, p. 187.

²⁰¹ DOMINGUES. *Para um conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais de Setecentos*, 2000, p. 29.

sedas e trastes de luxo.”²⁰² Ademais, o governador ainda se comprometeu a fazer tudo que estivesse a seu alcance para aumentar o consumo de gêneros naturais do Reino.

No entanto, os produtos importados pela Real Extração faziam parte de outra dinâmica. Ressaltamos: eles eram destinados ao processo de produção diamantífera por conta da Real Fazenda. Há, por conseguinte, uma especificidade fundamental: a isenção de imposto. De modo geral, sobre todo gênero importado ou procedente de outras partes da América portuguesa incidiam muitos tributos. Na maior parte do tempo, a arrecadação dos direitos de entrada era realizada por contratadores nos registros que davam acesso à capitania. Os produtos destinados ao Distrito Diamantino eram bitributados nos registros próprios do território: Caeté-Mirim, Rabelo, Palheiro, Pé-do-Morro, Inhacica e Paraúna, situados na entrada da zona diamantífera, pelos quais deveria passar quem se dirigisse ao Arraial do Tejuco com suas mercadorias. Entretanto, os produtos que se destinassem exclusivamente à Real Extração eram isentos de tributos desde sua saída de Portugal, conforme podemos ler em aviso expedido em Lisboa no dia 21 de setembro de 1778:

A Rainha Minha Senhora é servida que, na Mesa do Consulado da Saída, se dê despacho livre de todos e quaisquer direitos e contribuições aos gêneros contidos nas relações inclusas assinadas por Luís José de Brito, deputado da Junta da Real Extração dos Diamantes; os quais se remetem no navio N. Snr.^a do Loreto, de que é capitão Nicolau Rodrigues dos Santos, para o Rio de Janeiro, por conta e risco da mesma Real Extração, para o consumo das suas fábricas e laboração: o que V. Sri.^a fará executar sem embargo de quaisquer ordens em contrário.²⁰³

Por serem livres das taxas e diretamente encaminhadas à Real Extração, as fazendas importadas não eram conferidas nos registros localizados nos acessos ao Distrito. Além disso, não havia lançamento delas nos livros de registro de entradas. Desse modo, permanecia desconhecida a dinâmica das importações realizadas por conta da Real Fazenda. Todos os produtos comprados e/ou enviados de Lisboa eram remetidos aos comissários da Administração, no Rio de Janeiro. Dali, a cargo dos empregados de Francisco de Araújo Pereira e Companhia, as mercadorias seguiriam em lombo de burro até o Arraial do Tejuco, onde eram entregues aos administradores da Real Extração:

Neste navio Nossa Senhora do Loretho e S. José, capitão Nicolau Rodrigues dos Santos, remetemos por conta e risco da Real Extração dos Diamantes, à consignação de VM.^{ces} as fazendas declaradas no conhecimento e relação incluso, as quais serão VM.^{ces} servidos mandar receber, e dirigi-las aos administradores da mesma Real Extração no Tejuco: e para que a Junta da Fazenda dessa capitania mande dar

²⁰² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Conselho Ultramarino/Brasil. Cx.: 144, Doc.: 12, 3-10-1798.

²⁰³ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 279-280, 21-09-1778.

despacho as ditas fazendas, livre de quaisquer direitos, e contribuições, remetemos a provisão inclusa para que a referida Junta assim o ordene.²⁰⁴

A partir da documentação do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, elaboramos quadros com a relação das mercadorias importadas de 1772 a 1789, tendo como base o códice de número 4087, intitulado *Livro de Registo de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes*. Embora os registros do livro sejam interrompidos em 1789, até pelo menos o final de 1805 a Real Extração continuou a receber mercadorias importadas, como atesta uma carta de 3 de dezembro de 1805 em que os diretores da Real Extração respondem a Francisco de Araújo Pereira, comissário da mesma instituição, confirmando o recebimento das contas das despesas feitas com a compra de gêneros para o consumo das fábricas de mineração no Tejuco.²⁰⁵

3.2 Materiais para mineração

Para José Newton Meneses, os homens que não mineram, ou seja, os oficiais mecânicos, se envolviam em serviços diversificados no espaço histórico das Minas setecentistas.²⁰⁶ Não era diferente no espaço por nós estudado. Apesar de não minerarem, eles eram indispensáveis aos mineradores no Distrito Diamantino. Entre aqueles que viviam do ofício fabril, ferreiros, carapinas e pedreiros eram os mais presentes nos serviços da Real Extração. Embora não tenhamos encontrado muitas referências a eles, certamente eram os responsáveis por transformar praticamente toda matéria-prima importada, resultando no fabrico de ferramentas fundamentais como o almocafre, a alavanca, a enxada e a cavadeira, além da construção de bicames, fábricas de mineração, arrimos, paióis e rancharias espalhadas pela área demarcada. Nessa “relação dos homens com as coisas e os objetos”,²⁰⁷ podemos conhecer mais a respeito da sociedade diamantina, bem como da economia responsável por

²⁰⁴ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 65-66, 19-12-1780.

²⁰⁵ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (3º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4090, p. 68, 3-12-1805.

²⁰⁶ MENESES. Homens que não mineram: ofícios mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas, 2007b.

²⁰⁷ ROCHE. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*, 2000, p. 17.

uma enorme demanda de produtos importados. Assim, aqui o objetivo é antes dar a conhecer os produtos semimanufaturados importados pela Real Extração e, posteriormente, utilizados na extração diamantífera.

Como o abastecimento da Real Extração tinha por foco a produção dos diamantes, seria natural que os produtos mais demandados fossem os destinados à mineração. No entanto, em termos de volume, as drogas de botica, analisadas na próxima seção, compõem o maior grupo de gêneros adquiridos de fora dos limites da Demarcação Diamantina. Escolhemos, porém, refletir primeiro sobre os objetos mais ligados à materialidade da produção para a qual a Real Extração existia.

Os materiais para mineração constituem o segundo maior volume de produtos comprados pela Real Extração. Cotidianamente usados nos tabuleiros, grupiarias, córregos e rios, o aço e o ferro estavam entre as mercadorias mais importadas. Desse modo, podemos observar no quadro 2 que 555 arrobas, 151 quintais e 29 libras de aço fino foram enviadas ao Arraial do Tejuco pelos diretores gerais da Real Extração, sendo originário da região da Lombardia, mais precisamente de Milão. O ferro importado por Portugal antes de ser remetido ao Distrito Diamantino tinha três origens: Biscaia, Suécia e Alemanha. Da atual província espanhola, entre 1779 e 1780, foram compradas 131 barras de ferro, sendo as medidas de massa 1 arroba, 60 quintais e 54 libras. Já em 1782, 188 barras (103 quintais e 18 libras) foram trazidas da Suécia. A maior parte do ferro, no entanto, vinha da Alemanha: 1587 barras de ferro comum chegaram ao Distrito em 1780, 1784 e 1785; em 1783, 14 barras de “ferro estreito”, 110 barras de “ferro meio largo” e 85 de “ferro largo”; no mesmo ano também vieram da Alemanha 219 barras de ferro tipo vergalhão. Uma das explicações para grande quantidade de ferro importado é a sua utilização na construção das fábricas de mineração, que, feitas desse mineral, se desgastavam facilmente pelo uso excessivo e pelo constante contato com a água. Além disso, o ferro servia à confecção de ferramentas como as citadas acima e outras como a verruma e a marreta, ambas utilizadas no dia a dia nos serviços diamantíferos. Algumas delas podem ser observadas nas aquarelas de Carlos Julião, reproduzidas no capítulo antecedente.

Quadro 2 - Materiais para mineração importados de Lisboa

Período de registos	Produto	Quantidade
1784, 1785	Aço fino de Milão	555 arrobas, 151 quintais e 29 libras
1779	Balanças de quarta e seus pesos	12 [unidades]
1773	Bomba d'água	1 [unidade]
1782	Chumbo	4 arrobas
1780, 1784, 1785	Ferro de Alemanha	3 arrobas, 720 quintais e 19 libras (1587 barras)
1779, 1780	Ferro de Biscaia	1 arroba, 60 quintais e 54 libras (131 barras)
1782	Ferro de Suécia	103 quintais e 18 libras (188 barras)
1783	Ferro estreito de Alemanha	2 arrobas, 6 quintais e 16 libras (14 barras)
1779	Ferro largo	67 barras
1783	Ferro largo de Alemanha	2 arrobas, 47 quintais e 16 libras (85 Barras)
1779	Ferro meio largo	40 quintais e 29 libras (81 barras)
1783	Ferro meio largo de Alemanha	1 arroba, 46 quintais e 28 libras (110 barras)
1783	Ferro vergalhão de Alemanha	2 arrobas, 106 quintais e 28 libras (219 barras)
1779	Lacre da nossa fábrica	8 libras
1782, 1783	Pólvora de guerra	40 quintais e 80 barris
1774, 1784	Pólvora fina	42 quintais e 4 barris
1774, 1784	Pólvora grossa	90 quintais e 50 barris
1774	Pregos cabeça de pipa	50 milheiros
1782	Pregos de taxas de bomba	90 milheiros
1774	Pregos pau a pique da 1ª sorte	58.300 [unidades]
1774	Pregos pau a pique da 2ª sorte	47.400 [unidades]
1774	Pregos pau a pique da 3ª sorte	94.500 [unidades]
1776	Pregos ripares de cabeça	20 milheiros
1774	Taxa de bomba espiga comprida	50 milheiros
1774	Taxa de bomba espiga comprida à inglesa	100 milheiros
1774	Taxa de bomba reforçada	50 milheiros
1782	Verrumas nº 1	4 dúzias
1782	Verrumas nº 2	4 dúzias
1782	Verrumas nº 3	4 dúzias
1782	Verrumas nº 4	4 dúzias
1785	Verrumas sortidas	100 dúzias

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Matéria-prima fundamental para a exploração das pedras preciosas, a pólvora, tida para o naturalista Joaquim Veloso de Miranda como “gênero tão caro, como raro, nesta capitania”,²⁰⁸ era importada do Reino, onde, segundo o engenheiro-mor e coronel Manoel Azevedo Fortes, se fabricava a melhor pólvora “de toda a Europa, pela Real Providência de Sua Majestade”.²⁰⁹ Assim, entre 1774 e 1784, dos reais armazéns de Portugal foram enviados ao Distrito Diamantino 90 quintais e 50 barris de pólvora grossa, 42 quintais e 4 barris de pólvora fina e 40 quintais e 80 barris de “pólvora de guerra”. Utilizada de forma semelhante tanto na produção de ouro quanto de diamante, de acordo com Flávia Maria da Mata Reis, a pólvora servia

[...] não apenas para fragmentar rochas mais duras encontradas na abertura das galerias ou nos desmontes de talho aberto, mas também nas explorações dos aluviões, onde era usada para desobstruir o leito dos cursos d’água, romper cachoeiras, ou ainda, para quebrar grandes blocos de pedra que muitas vezes impediam o percurso dos canais de adução pelas encostas.²¹⁰

Para a mesma autora, a pólvora, por ser de elevado custo, não era empregada em grande escala em Minas Gerais, ficando seu uso restrito aos mineradores mais abastados.²¹¹ A Real Extração, porém, usufruiu desse gênero sem qualquer problema. Justamente por ser produzida em Portugal, não observamos na documentação pesquisada nenhum relato sobre dificuldades relativas ao comércio ou falta de pólvora. Se houvesse insuficiência dessa substância na Administração Diamantina, certamente ela poderia ser adquirida nas lojas de comerciantes estabelecidos no Distrito, como a do João Carneiro da Silva, de quem falaremos posteriormente. Também poderia ser encontrada em outras partes da capitania mineira, onde era fabricada às escondidas, ou mesmo em outras localidades da América portuguesa.²¹² Em 1º de dezembro de 1801, em ofício a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o “hábil naturalista” Joaquim Veloso de Miranda, neste momento secretário do governo da capitania e estudioso dos recursos naturais, em especial o salitre²¹³, escreveu que em Vila Rica havia

“[...] umas pequenas Sociedades de particulares, que nas vizinhanças desta Capital, tinham recolhido algumas arrobas de Salitre, e se aprontavam a reduzi-lo a pólvora para a venderem; e nos subúrbios mesmo desta Vila, igualmente [o general de Miranda] procedeu contra outro; em cuja casa se achou já pólvora por ele fabricada. Sabe se que em outras muitas partes da Capitania o Povo miúdo debaixo de mão se tem alvoraçado para fabricar, e contratar neste gênero de contrabando; o que espero

²⁰⁸ RAPM, 1898, vol. 3, p. 273-274.

²⁰⁹ FORTES. *O Engenheiro Português*, 1728, vol. 2, p. 451-452.

²¹⁰ REIS. *Entre faisqueiras, catas e galerias...*, 2007, p. 127.

²¹¹ REIS. *Entre faisqueiras, catas e galerias...*, 2007, p. 127.

²¹² A esse respeito ver: Piva; Filgueiras. *O fabrico e uso da pólvora no Brasil colonial: o papel de Alpoim na primeira metade do século XVIII*, 2008.

²¹³ BOSCHI. “Um hábil naturalista”, Joaquim Veloso de Miranda, 2011.

ver impelido pelo mau sucesso dos primeiros, que foram descobertos; e pelas ultteriores diligências a este respeito.”²¹⁴

Ao contrário da pólvora, a escassez e o aumento no valor do ferro dificultaram sua aquisição, conforme notamos em carta expedida pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa. Em 12 de outubro de 1790, os diretores gerais escreveram ao comissário do Rio de Janeiro, Francisco de Araújo Pereira, para agradecer-lhe o trabalho de envio das remessas de gêneros ao Tejuco. Além disso, justificaram o motivo pelo qual não puderam enviar as cargas de ferro pedidas pelos administradores do Serro do Frio, pois, segundo eles, assim como no Rio de Janeiro, em Lisboa também se experimentava a falta de ferro e que “os seus exorbitantes preços têm sido aqui tanto maiores, e por esta razão suspendemos na remessa deste gênero”.²¹⁵

Segundo Crislayne Alfagali, “havia proibições à exploração do minério de ferro e ao comércio de ferro em obras (já transformado em instrumentos), bem como restrições ao estabelecimento de fundições na colônia, o que aumentava a taxação sobre esse produto.”²¹⁶ Por isso, conforme a mesma autora, “um quintal de ferro ‘manufaturado nas referidas obras e instrumentos’ valia no Rio de Janeiro ‘entre 4\$800 réis e 6\$000 réis e do tributo da entrada se costumava pagar em Minas Gerais 4\$500 réis’.”²¹⁷ Assim, “o valor do quintal de ferro em Minas era praticamente três vezes mais do que se pagava no Rio de Janeiro.”²¹⁸ Da mesma forma que o ferro estava entre as mercadorias mais importadas pela Real Extração, possivelmente, como afirmou Virgílio Pinto, em função do seu alto preço, desde o início do século XVIII, o ferro também se encontrava entre as mercadorias mais contrabandeadas para a América portuguesa.²¹⁹ Embora anos antes o governador D. Rodrigo José de Meneses e Castro tivesse proposto à Coroa o estabelecimento de fábricas de ferro, foi somente em 1795, por meio de ordem régia, que os mineiros foram autorizados a explorar o referido metal, o que certamente ocorria na capitania anteriormente à permissão.²²⁰ Seja como for, no início do Dezenove, as fábricas de ferro surgiam com menos dificuldade em Minas Gerais.²²¹

²¹⁴ RAPM, v. 3, 1898, p. 273-274.

²¹⁵ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (3º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4090, p. 31, 12-10-1790.

²¹⁶ ALFAGALI. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*, 2012, p. 69.

²¹⁷ ALFAGALI. *Em casa de ferreiro pior apeiro...*, 2012, p. 81.

²¹⁸ ALFAGALI. *Em casa de ferreiro pior apeiro...*, 2012, p. 81.

²¹⁹ Pinto. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português...*, 1979.

²²⁰ ZEMELLA. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais*, 1990, p. 227.

²²¹ Um exemplo é o ofício datado de 23 de janeiro de 1801, no qual a Junta da Real Fazenda da Capitania de Minas Gerais comunica à Contadoria do Rio de Janeiro acerca do descobrimento de ferro e estabelecimento de uma fábrica. Vide: AHTCP. Livro, 4067, p. 27, 23-01-1801.

Apesar da importação de muitos outros materiais, o ferro, o aço e a pólvora compunham um trio fundamental para os serviços diamantinos, sem os quais os trabalhos poderiam ser prejudicados. Muitas vezes, no entanto, a carência desses e de outros materiais, principalmente do ferro, devia-se, de acordo com os diretores, à falta de organização dos próprios administradores, que deixavam os produtos acabarem para fazer novos pedidos de remessas. Há cartas na documentação do Erário Régio relativamente à Real Extração em que os diretores alertam para a necessidade de se fazerem os pedidos com certo tempo de antecedência, para que assim não falem materiais e muito menos se comprem no Rio de Janeiro, onde os preços eram muito mais altos.²²² Se em algumas vezes a falta de determinadas mercadorias acontecia por simples falta de atenção por parte das autoridades diamantinas, outras vezes tinha relação com os elevados preços, como ocorreu com o ferro no último decênio do século XVIII.

Quadro 3 - Materiais para mineração importados de Lisboa e do Rio de Janeiro

Período de registros	Produto	Quantidade
1776, 1779, 1780	Aço	328 arrobas, 48 libras, 20 quintais e 40 cargas (sic)
1778, 1783	Aço de Milão	103 quintais e 8 libras
1772, 1775, 1778, 1779, 1780, 1782, 1789	Pólvora	2 arrobas, 10 quintais e 563 barris
1780, 1782, 1784	Pregos caibrais	38 milheiros
1774, 1780, 1785	Pregos caixares	189 milheiros
1774, 1776, 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1785	Pregos pau a pique	731 milheiros e 20 dúzias
1780, 1782, 1785	Pregos ripares	102 milheiros
1774, 1782	Rosários de pau	70 dúzias
1780, 1785	Taxas de bomba	230 milheiros

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Outro instrumento extremamente necessário nos serviços de mineração era o rosário, “também chamado de ‘bomba’ ou ‘roda de minerar’ pelos mineradores setecentistas. Na realidade, corresponde à antiga nora, um tipo de máquina para a elevação de água de poços e cisternas, conhecida há tempos por portugueses e espanhóis.”²²³ Além de 70 dúzias deles, a Real Extração importou com muita frequência as taxas de bomba, possivelmente utilizadas juntamente com o rosário, pois, *grosso modo*, elas desempenhavam o mesmo papel: esgotar a

²²² AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 232-233, 31-10-1783.

²²³ REIS. *Entre faisqueiras, catas e galerias...*, 2007, p. 157.

água do local a ser minerado. No dicionário de Antonio Moraes Silva, de 1789, entre outras acepções, a palavra bomba é definida como “máquina, que consiste em um tubo vasado polo meio, em cujo vão anda um embolo, a que está pegada uma manga de pau, e levantando-se o embolo, ou zonchando, sobre polo vazio que ele deixa água de algum poço, e vasa-se por um orifício, que está ao lado da bomba”. Outro significado é: “canudo, ou sifão curvo, que serve de vasar os líquidos contidos nas pipas, e outros vasos, metendo-se o ar, então o líquido sai pela outra ponta, que fica fora.”²²⁴ Flávia Reis afirmou em nota de rodapé de sua dissertação que, “até onde foi possível investigar, os mineradores das Minas não utilizaram de bombas de sucção nas suas lavras.”²²⁵ A autora, obviamente, estava se referindo às lavras de particulares. Talvez a dificuldade de importação e o alto custo, em média seiscentas oitavas de ouro²²⁶, justifiquem a ausência de bombas entre os mineiros. As bombas e as taxas compradas pela Administração Diamantina vieram principalmente de Lisboa, sendo algumas de origem inglesa.

As verrumas, ou seja, instrumentos de ferro utilizados para fazer furos na madeira²²⁷, foram enviadas aos milhares de Lisboa ou do Rio de Janeiro. Uma explicação possível para esse grande número reside na complexidade dos moldes para a fundição de verrumas. Por isso, talvez fosse mais difícil produzi-las em Minas Gerais. Pelos variados usos, os pregos também eram adquiridos em grandes quantidades, conforme podemos observar nos quadros desta seção. Esses e outros materiais deviam ser utilizados na construção de praticamente todo aparato necessário nos serviços de mineração, especialmente nos recintos de madeira, como os paióis, “onde se guardavam os cascalhos extraídos para se evitarem os furtos.”²²⁸ Além de servir para sustentar a estrutura das lavras e servir para a construção de bicames e arrimos, a madeira também estava presente na edificação dos armazéns da Administração, nas lojas de botica, na senzala para a “convalescença” dos escravos, locais nos quais a sociabilidade da vida cotidiana era tecida sob o brilho dos diamantes. Uma reflexão mais ligada aos artefatos, suas técnicas de produção e suas faturas fugiria aos nossos objetivos neste momento. Em vista disso, optamos por deixá-la para estudos futuros.

²²⁴ SILVA. *Dicionário da língua portuguesa...*, v. 1, 1789, p. 289-290.

²²⁵ REIS. *Entre faisqueiras, catas e galerias...*, 2007, p. 160.

²²⁶ REIS. *Entre faisqueiras, catas e galerias...*, 2007, p. 161.

²²⁷ SILVA. *Dicionário da língua portuguesa...*, v. 2, 1789, p. 846.

²²⁸ LIMA JÚNIOR. *A Capitania de Minas Gerais*, 1978, p. 69.

Quadro 4 - Materiais para mineração importados do Rio de Janeiro

Período de registros	Produto	Quantidade
1774	Berimbaus de ferro	10 dúzias
1774	Bomba	1 [unidade]
1772	Braço de balança	1 [unidade]
1772	Braço de balança à imitação das inglesas	1 [unidade]
1772	Corda para couxas	12 braços
1772	Corda de enlear	2 peças
1772	Corda grosseira ordinária	4 peças
1775	Foles de ferreiro	4 [unidades]
1772	Pastas de cobre com peso	50 [unidades]
1772	Tachos de cobre grandes	6 [unidades]
1772	Tachos pequenos	50 [unidades]
1772	Taxas de bomba de Braga	50 milheiros
1772, 1774	Taxas de bomba Inglesa	100 milheiros
1781	Taxas grandes	60 dúzias

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Listamos no quadro acima alguns materiais obtidos do Rio de Janeiro nos primeiros anos da Administração Diamantina. Possivelmente, tivessem sido eles imediatamente comprados daquela localidade em função da necessidade que se fizeram de muitos utensílios após o término do sexto contrato dos diamantes. Aqui, há menção à compra de foles de ferreiro, evidenciando a existência desse tipo de ofício nos serviços de mineração da Real Extração, conforme escrevemos no início deste tópico. Ademais, foram adquiridos outros importantes itens como os braços de balança para facilitar a pesagem dos diamantes e diversos tachos de cobre, que, embora também pudessem ser empregados no uso doméstico, poderiam ser usados na apuração dos cascalhos realizada pelos escravos debaixo dos olhares dos feitores.

3.3 As drogas de botica

No período anterior à instalação da Junta Diamantina, a assistência à saúde dos escravos, dos militares e dos diversos empregados nas lavras diamantíferas era responsabilidade dos contratadores. Assim, logo no início da exploração fora estabelecido o

Hospital do Contrato Diamantino, no Arraial do Tejuco. A data exata de abertura do hospital não é conhecida, mas é certo que estivesse funcionando ao final da década de 1740, quando José Gomes Ferreira, sobrinho de Luís Gomes Ferreira, autor do *Erário Mineral*, chegou à região. Ele teria sido o primeiro cirurgião do referido hospital. Além dele, José Antônio Mendes e José Vieira Couto atuaram ali como cirurgião e médico, respectivamente.²²⁹ Para a produção de medicamentos também havia uma botica equipada com “drogas, tintas e móveis”, conforme vimos no primeiro capítulo na transcrição do inventário do sexto contrato dos diamantes. Após a monopolização da exploração das pedras preciosas, a Real Extração passou a arcar com todos os custos relativos ao hospital e ao abastecimento da botica. É especialmente sobre o último que trataremos a seguir.

A origem da palavra botica não é muito precisa. De acordo Furtado, botica “pode estar relacionada ao termo castelhano bote, que era um vaso de barro, redondo e alto em que os boticários conservavam as drogas, unguentos ou xaropes.”²³⁰ Em Portugal e nas Minas, um recipiente parecido era chamado de caixa de botica - uma espécie de arca de madeira onde os boticários guardavam os medicamentos. Além disso, a autora esclarece que a expressão “também pode ser derivada da palavra francesa boutique, que era nome ‘geral de todas as lojas, em que estão mercancias em venda, como as drogas preparadas para a conservação da saúde’.”²³¹ Do mesmo modo, nas Minas setecentistas, as boticas eram estabelecimentos onde se preparavam e/ou se vendiam medicamentos diversos.

As boticas também podiam ser particulares, isto é, mantidas em casa pelas pessoas que se interessavam em cuidar da própria saúde, da família ou dos escravos. Neste caso, segundo José Antonio Mendes²³², o aludido cirurgião do Hospital do Contrato Diamantino e do Hospital dos Dragões da Guarnição do Serro, seriam indispensáveis para a botica de “qualquer curioso” as seguintes drogas: jalapa em pó, sene em rama, maná ordinário, salsaparrilha, raiz da China, resina de jalapa, calomelanos turquescos, tártaro emético, quintílio em pó, cremor tartari, bezoartico do curvo, quinaquina, triaga magna, confeição de jacintos, cristal mineral, alcanfor, olhos de carangueijos, coral rubro, flores de papoulas e de violas, antimônio diaforético, bálsamo de aparício e católico, pedra-ume queimada e pós de joanes. Os emplastros, utilizados para curar problemas como inflamações cutâneas, também

²²⁹ GUSMÃO; MAGNANI; RAMOS JÚNIOR. Hospital do contrato Diamantino, Santa Casa de Diamantina e Hospício da Diamantina, 2013; FURTADO. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens, 2002.

²³⁰ FURTADO. Boticários e boticas nas Minas do ouro, 2005b, p. 32.

²³¹ FURTADO. Boticários e boticas nas Minas do ouro, 2005b, p. 32.

²³² A primeira publicação é de 1770. Em 2012, o original que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi transcrito e publicado pelo Arquivo Público Mineiro: MENDES. *Governo de mineiros...* 2012.

seriam imprescindíveis para uma botica particular. Mendes recomenda alguns deles: diaquilão menor, diapalma de rãs simples e de rãs com mercúrio, unguento basilicão amarelo e preto, unguento branco, láudano líquido e opiado. De posse dessas drogas simples e compostas, os mais desassistidos poderiam remediar praticamente todos os males que acometiam a sociedade mineradora.

Aparentemente de uso comum, portanto, na Capitania de Minas Gerais, quase todas essas drogas aparecem entre as que a Real Extração importou entre 1772 e 1789 para comércio em sua botica e uso no hospital do Distrito Diamantino. De origem vegetal, animal ou mineral, a diversidade das drogas é grande, de modo que poderíamos parafrasear Antonil: cultura e opulência do Distrito por suas drogas e minas de diamantes. A maior parte das substâncias e ervas transformadas em medicamentos vinha de Lisboa. Outra parte, nada desprezível, era proveniente do Rio de Janeiro. Vejamos primeiro as drogas enviadas de Lisboa.

Quadro 5 - Drogas de botica importadas de Lisboa

(Continua)

Período de registros	Produto	Quantidade
1779	Acrimônia	2 libras
1779, 1780, 1785, 1789	Aipo raiz	24 libras
1779	Alecrim	35 libras
1779, 1782, 1785, 1789	Alfazema	203 libras
1782	Aljofre preparado	2 libras
1779	Almécega da Índia	6 libras
1782	Alvaiade	96 libras
1775, 1779, 1785, 1789	Alvaiade em pedra	23 arrobas e 80 libras
1785	Âmbar gris	4 onças
1789	Antimônio	2 vidros
1789	Antimônio cru	8 libras
1779	Antimônio diaforético marcial	8 libras
1785	Antimônio marcial	28 libras
1789	Aquilão gomado	6 libras
1780	Aristolóquia raiz	4 libras
1785	Assa-fétida goma	4 libras
1779	Azebar	8 libras
1789	Azebre Secutrino	4 libras
1780, 1785	Azogue	32 libras
1782, 1789	Bagas de zimbro	8 libras
1780	Bálsamo inf. (<i>sic</i>) terebintinado	16 libras
1775, 1782	Bardana	14 libras
1782	Benjoim	4 libras
1789	Betônica	2 libras
1779, 1785	Bezoártico de curvo	6 libras
1780	Bezoártico de curvo legítimo	4 libras
1782	Bistorta raiz	6 libras

(Continuação)

1782	Bolo armênio oriental	32 libras
1779	Cabeças de Dormideiras	10 libras
1780, 1789	Calamolanos	16 libras
1779, 1780, 1785, 1789	Cantaridas	14 libras
1779	Castóreo	4 libras
1779	Centáurea	6 libras
1782	Cinábrio	2 libras
1779	Coral vermelho em rama	12 libras
1780	Costo raiz	4 libras
1782	Cravo da Índia	2 libras
1782, 1789	Dormideiras	14 libras
1782, 1785, 1789	Douradinha	26 libras
1779	Elixir de Londres	16 dúzias
1775	Elixir estomacal	8 dúzias
1789	Emplastro Alforetico Manrique (<i>sic</i>)	6 libras
1780	Emplastro contra Cont.a De p.le (<i>sic</i>)	6 libras
1789	Emplastro contra rotura	6 libras
1779, 1789	Emplastro de Cicuta	12 libras
1789	Emplastro de galbano crocato	6 libras
1785	Ênula-campana raiz	4 libras
1789	Ercordio (<i>sic</i>)	2 libras
1785	Ernodátilos semente (<i>sic</i>)	6 libras
1785	Erva escabioza	6 libras
1789	Erva hepática	4 libras
1782, 1789	Escamônea fina	10 libras
1775	Escorcioneira verde raiz	8 libras
1785	Espargo	6 libras
1779, 1780	Espargo raiz	12 libras
1775	Espermacete	4 libras
1785	Espírito de Nitro doce	2 libras
1779	Espírito de vitriolo	6 libras
1782	Espírito volátil oleoso aromático	2 libras
1789	Esponja fina	2 libras
1789	Estoraque calamita	2 libras
1789	Estoraque líquido	2 libras
1779, 1785	Fezes de ouro	2 arrobas e 64 libras
1779, 1789	Flor de enxofre	8 libras
1779	Fulamolarios (<i>sic</i>)	12 libras
1789	Galanga	2 libras
1779, 1780, 1785	Gilbarbeiro raiz	18 libras
1789	Goma de Lubeque	4 libras
1785	Goma graxa	4 libras
1782	Goma mirra	4 libras
1789	Gral e mão de vidro	1 [unidade]
1775, 1779	Gramma	64 libras
1779, 1782	Guina	20 libras
1785	Heléboro negro raiz	4 libras
1780	Hepática	2 libras
1789	Hissopo	4 libras
1782	Jalapa nova	16 libras

(Continuação)

1785	Jalapa raiz	64 libras
1775	Lírio roxo raiz	8 libras
1779	Macela Galega	4 libras
1782, 1789	Madrepérola preparada	4 libras
1775, 1779, 1782	Malvaíско	70 libras
1775	Maná da 1ª sorte	3 arrobas
1775	Maná da 2ª sorte	3 arrobas
1775, 1782	Manteiga de antimônio	2 libras
1780, 1782, 1785, 1789	Mercúrio doce	44 libras
1789	Múmia	2 libras
1782	Noz moscada	2 libras
1789	Óleo alcaparras	6 libras
1779	Óleo de alambre	3 libras
1789	Óleo de amêndoas	16 libras
1779	Óleo de Macela	12 libras
1779	Óleo de Minhocas	12 libras
1780	Óleo de Murtinhos	16 libras
1775	Óleo de ouro	3 onças
1779, 1780	Olhos de caranguejos	20 libras
1785	Panaceia de São Vicente	1 libra
1780	Paparras	6 libras
1782	Parietaria	6 libras
1775	Pau santo limado	16 libras
1775	Pedra ematites (<i>sic</i>)	6 libras
1775, 1780, 1785	Pedra infernal	5 libras
1785	Pedra medicamentosa	2 libras
1782	Pedra pomes	8 libras
1789	Pelo de Mortinhos	6 libras
1789	Pepinos de São Gregório raiz	6 libras
1780	Pez	7 arrobas e 8 libras
1775, 1789	Pez louro	5 arrobas e 20 libras
1775, 1779	Pez negro	2 arrobas
1780	Pulmonária	5 libras
1789	Quina branca	8 libras
1789	Quina vermelha	8 libras
1779, 1789	Raiz da China	10 libras
1780	Raspas de C. Cervi (<i>sic</i>)	16 libras
1780, 1789	Raspas de pau santo	47 libras
1785	Resíduos de água forte	3 ½ libras
1789	Resina	1 arroba
1775	Ruibarbo bom	9 libras
1782	Sal amoníaco	6 libras
1785	Sal de chumbo	4 libras
1789	Sal gema	8 libras
1789	Sal Giesta	2 libras
1782	Sal policreste	3 libras
1779, 1780, 1782, 1789	Salitre refinado	4 arrobas e 128 libras
1779, 1780, 1785, 1789	Salsa	17 arrobas e 52 libras
1779	Salva	6 libras
1782	Sangue de drago	3 libras
1785	Sarro de vinho	32 libras
1779, 1789	Sarro de vinho branco	1 arroba e 32 libras
1789	Semente de alcaravia	1 libra
1789	Semente de alforvas	4 libras

(Conclusão)

1779	Semente de alquequenjes	4 libras
1779	Semente de cicuta	3 libras
1780	Semente de cuscuta	4 libras
1775, 1779, 1780, 1785, 1789	Sene	4 arrobas e 383 libras
1779	Sene bom	1 arroba e 3 libras
1782	Solimão	4 libras
1785	Sublimado	4 libras
1779	Sumo de Alcaçuz	2 libras
1775, 1785, 1789	Tamarindos	1 arroba e 32 libras
1789	Tártaro marcial solúvel	3 libras
1779, 1782, 1789	Tártaro vitriolado	16 libras
1789	Termentina fina	32 libras
1789	Tinta da China	1 libra
1785	Tormentila raiz	6 libras
1785	Tormentila fina	32 ¼ libras
1780	Triaga de Veneza	10 libras
1775, 1779	Triaga magna	19 libras
1789	Trincal	4 libras
1779	Trincal refinado	3 libras
1780, 1789	Trociscos de Alandroal	6 libras
1785	Trociscos do Curvos	4 libras
1780, 1789	Unguento nervino	12 libras
1789	Unguento populião	12 libras
1780	Untura forte	6 libras
1779	Vitríolo	2 libras
1789	Zarcão	8 libras
1785	Zedoária raiz	4 libras

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Nos idos do último quartel do Dezoito, os medicamentos do Reino já não eram raros nem chegavam deteriorados nas Minas, pelo menos não encontramos na documentação pesquisada nenhuma referência a problemas dessa natureza. Nesse sentido, no Distrito Diamantino, dificilmente alguém morria “em razão da falta de socorro e de medicamentos”.²³³ Até mesmo drogas menos utilizadas poderiam ser encontradas na botica da Real Extração: panaceia de São Vicente e a semente de alcarávia, acrimônia, betônica, cinábrio, cravo da Índia, escórdio, espírito de nitro doce, espírito volátil oleoso aromático, esponja fina, estoraque (tipo de bálsamo) calamita e líquido, galanga, hepática, noz moscada, pedra medicamentosa, sal giesta, sumo de alcaçuz e vitríolo. Não mais que duas libras²³⁴ de cada foram compradas no período compreendido entre 1779 e 1789.

Por outro lado, algumas drogas eram pedidas em grandes quantidades pelos administradores do Tejuco. O alvaiade (carbonato de chumbo), um dos componentes

²³³ ALGRANTI. Famílias e vida doméstica, 1997, p. 127.

²³⁴ A “libra portuguesa” também é conhecida como arrátel. Sua equivalência métrica corresponde a 0,459 kg. É, portanto, diferente da libra francesa ou da inglesa. Apêndice de medidas portuguesas. Vide: MENDES, 2012.

utilizados na mistura complementada com azeite doce, solimão e leite de peito para curar “chagas, cacoete e formigueiros”²³⁵, chegou ao Distrito nos anos de 1775, 1779, 1785 e 1789, totalizando 23 arrobas e 80 libras. Os emplastos eram muito utilizados, conforme havia sugerido José Antônio Mendes em suas receitas. Vieram de Lisboa dezenas de libras de vários tipos: emplastro alforético manrique, emplastro contra rotura, emplastro de cicuta e emplastro de galbano crocado. Entre 1775 e 1789, eles solicitaram 6 arrobas de maná de “primeira e segunda sorte”; 1 arroba e 32 libras de tamarindos; 4 arrobas e 128 libras de salitre refinado; 17 arrobas e 52 libras de salsa; 5 arrobas e 20 libras de pez louro; 2 arrobas de pez negro e; 2 arrobas e 64 libras de “fezes de ouro”. De nome curioso, este último é um tipo de unguento “que sendo bem feito é excelente em secar todas as defedações que provêm de humores falinos, e de ácidos exulcerantes”.²³⁶

O grande volume de drogas que chegava ao Distrito explica-se não somente pela necessidade delas no hospital e na botica do Tejuco. O comércio de medicamentos era visto como um rentável negócio, tanto é que praticamente toda droga de origem portuguesa era vendida pelos comerciantes e boticários cariocas, mas a preços bem maiores dos praticados na capital portuguesa. Desse modo, quase três anos após o estabelecimento da Real Extração, em 10 de novembro de 1774, os diretores da Junta de Direção, em Lisboa, escreveram aos administradores da Junta Diamantina sobre as despesas da botica:

[...] o gasto da botica, que chega a 700\$000 réis, parece exorbitante, principalmente servindo-se a mesma botica nas suas receitas, como pode e deve fazer, de tantos remédios do país, os quais são utilíssimos: de que se infere que o serem os remédios da Europa comprados nos droguistas do Rio de Janeiro é que faz ser tão excessivo o preço. Portanto, se devem mandar todos os anos uma relação das drogas de que se necessita, assim como se faz dos outros gêneros, para se comprarem com maior cômodo nesta corte.²³⁷

De acordo com o trecho da carta, os gastos da botica da Real Extração, chegando a 700\$000 réis, estariam altos porque os administradores insistiam em comprar as drogas de origem europeia no Rio de Janeiro, onde elas eram vendidas a preços exorbitantes. Logicamente, o problema residia no simples fato de não ser conveniente adquirir medicamentos mais caros quando poderiam ser obtidos por preços menores na Corte. A tributação desde a saída de Portugal e, depois, na alfândega do Rio de Janeiro certamente

²³⁵ MENDES. *Governo de mineiros...*, 2012, p. 116.

²³⁶ HENRIQUES. *Medicina lusitana: socorro delphico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males*, 1750, p. 166.

²³⁷ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 102-104, 10-11-1774.

umentava os custos das substâncias e remédios ali comercializados. Como dito, entretanto, as mercadorias enviadas à Real Extração, seja do Reino ou da América portuguesa, não eram taxadas nos referidos postos nem nos registros de entrada das Minas e do Distrito Diamantino.

Havia dificuldade por parte dos diretores em controlar as decisões tomadas na Junta da Administração. No excerto documental acima, as autoridades lisboetas incentivam o uso de “remédios do país”, a fim de diminuir as despesas. No próximo quadro, podemos observar que o estímulo era pouco considerado. A maioria das drogas listadas abaixo eram de origem portuguesa, mas aproximadamente a metade delas foi comprada no Rio de Janeiro. Os administradores da Real Extração, assim, pareciam não se preocupar com o crescente aumento dos gastos. Seja como for, é interessante sublinhar que os povos do Distrito Diamantino, assim como os das Minas e os da Colônia de modo geral, podiam ser facilmente abastecidos de remédios, ainda que os preços não fossem acessíveis a todos. As principais drogas adquiridas foram: água de rainha de Hungria, água de melissa, breu, capa rosa, cascas de romã, enxofre, erva doce, flor de violas, galha, jalapa, raiz de malvaíscio, papoulas, pedra-ume, salsaparrilha, terebintina fina e visco quercino.

Quadro 6 - Drogas de botica importadas de Lisboa e do Rio de Janeiro

(Continua)

Período de registros	Produto	Quantidade
1777, 1779, 1780, 1789	Açafrão	6 libras
1774, 1775, 1779, 1782, 1789	Água de Rainha de Hungria	60 dúzias e 48 vidros
1774, 1775, 1779	Água de Melissa	20 dúzias e 48 vidros
1774, 1775, 1785, 1789	Alcaçuz	40 libras
1774, 1775, 1779, 1780, 1782, 1789	Alcanfor	58 libras
1774, 1780	Azebre	10 libras
1774, 1785	Bálsamo Peruviano	16 libras
1774, 1776, 1782	Breu	17 arrobas e 54 libras
1777, 1785	Canela	12 libras
1774, 1779	Canela fina	16 libras
1778, 1781, 1782, 1789	Capa rosa	5 ½ arrobas e 106 libras
1774, 1782	Capa rosa verde	10 libras
1774, 1779, 1780	Casca de pau santo	18 libras
1772, 1774, 1776, 1779, 1781, 1782, 1789	Cascas de romã	½ arroba e 93 libras
1774, 1775, 1779, 1780, 1782, 1785, 1789	Cera amarela	5 arrobas e 192 libras
1774, 1775	Cera branca	1 arroba e 32 libras
1774, 1775, 1779, 1785, 1789	Cocleária	34 libras
1774, 1779, 1782, 1785	Conserva de borragens	24 libras
1774, 1779, 1782, 1785	Conserva de língua de vaca	24 libras

(Continuação)

1774, 1779, 1782, 1785	Conserva de violas	31 libras
1774, 1775, 1780	Coral vermelho	18 ½ libras
1774, 1779, 1785, 1789	Cremor tártaro	44 libras
1774, 1775, 1779, 1785, 1789	Emplastro de rãs com duplicado mercúrio	56 libras
1774, 1775, 1779, 1782, 1789	Enxofre	3 arrobas e 96 libras
1774, 1779, 1782, 1785, 1789	Erva doce	112 libras
1774, 1789	Erva gigante	10 libras
1774, 1779, 1782, 1789	Escabioza	24 libras
1774, 1775	Escamônea	12 libras
1774, 1777, 1789	Escorcioneira raiz	26 libras
1774, 1785	Espírito carminativo de Sílvio	3 libras
1777, 1779, 1785, 1789	Espírito de Cocleária	34 ½ libras
1777, 1779	Espírito de sal amoníaco	4 libras
1774, 1779, 1789	Farinhas preservativas	26 libras
1779, 1780, 1782, 1789	Flor de sabugo	36 libras
1774, 1775, 1779, 1780, 1782, 1785, 1789	Flor de violas	144 libras
1774, 1782, 1789	Flores cordiais	38 libras
1772, 1774, 1776, 1782, 1789	Galha	7 arrobas e 298 libras
1777, 1779, 1789	Genciana raiz	18 libras
1774, 1778, 1779 1780, 1781, 1782, 1785, 1789	Goma Arábia	1 arroba e 161 libras
1774, 1785, 1789	Gramma raiz	80 libras
1774, 1775, 1779, 1782, 1789	Jalapa	10 arrobas e 81 libras
1774, 1785	Malvaíscos raiz	1 arroba e 16 libras
1774, 1779, 1780, 1782, 1785, 1789	Maná	8 arrobas e 707 libras
1774, 1775, 1779	Mercúrio branco precipitado	34 libras
1777, 1779, 1782, 1785	Óleo de amêndoas doces	92 libras
1774, 1777, 1779	Óleo de Aparício	78 libras
1774, 1789	Óleo de canela	1 onça e 3 libras
1777, 1780	Óleo de Lacraos	12 libras
1774, 1777, 1779	Óleo de Terebentina	24 libras
1774, 1779, 1789	Óleo de violas	17 libras
1774, 1775, 1777, 1779, 1780	Papoulas	101 libras
1775, 1779, 1780, 1782, 1789	Pedra lipes	72 libras
1774, 1775, 1779, 1780, 1781, 1782, 1789	Pedra-ume	4 arrobas e 104 libras
1774, 1777, 1782	Ponta de veado queimada	2 arrobas e 32 libras
1774, 1779, 1780, 1785, 1789	Pós de Joanes	79 libras
1774, 1779, 1780,	Quintílio	24 libras
1774, 1779, 1782	Raspas de marfim	16 libras
1774, 1777, 1789	Resina de batata	26 libras
1777, 1782	Resina de jalapa	7 libras

(Conclusão)

1774, 1780, 1782, 1785	Resina de pinho	1 arroba e 118 libras
1774, 1779, 1780, 1789	Ruibarbo	40 libras
1774, 1779, 1780, 1785, 1789	Sal catártico	4 arrobas e 326 ½ libras
1774, 1779, 1782, 1789	Sal de losna	8 libras
1774, 1785	Sal de víboras	2 onças e 4 libras
1774, 1775	Salitre fino	2 arrobas
1774, 1775, 1779	Salsaparrilha	14 arrobas e 9 libras
1774, 1775, 1779, 1780, 1785, 1789	Tártaro emético	33 libras
1774, 1775, 1779, 1780	Terebentina fina	7 arrobas
1774, 1782, 1789	Tussilago	18 libras
1774, 1782, 1789	Visco Quercino	1 arroba e 16 libras

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Mesmo devendo evitar a compra de drogas no Rio de Janeiro, os administradores da Real Extração continuaram recebendo remessas daquela capitania, quase sempre com a justificativa da imediata necessidade, a qual não poderia esperar pelas frotas do Reino. Por isso, em 1776, a Junta de Direção Geral reclamava que os administradores não estavam agindo “na conformidade do nosso aviso [de] mandar ir desta Corte as drogas para os ditos remédios, isto de nenhuma sorte devem entender, a respeito daquelas que forem próprias desse continente, por ser certo que nele hão de custar muito menos que nesta Corte.”²³⁸. Mais uma vez, os diretores ordenavam que somente os remédios próprios da América deveriam ser nela adquiridos. Quanto as drogas provenientes do Reino, os diretores repetiam que estas deveriam ser pedidas com antecedência para evitar as compras no Rio de Janeiro “pelos exorbitantes preços pelos quais ali se vendem”.²³⁹

²³⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 152-154, 29-03-1776.

²³⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 243-245 30-12-1783.

Quadro 7 - Drogas de botica importadas do Rio de Janeiro

Período de registros	Produto	Quantidade
1774	Alfarrobas	8 libras
1774	Azougue vivo	16 libras
1774	Cabeças de dormideiras brancas	10 libras
1779	Cato	2 libras
1777	Centáurea menor	16 libras
1772	Cera de meia libra	8 arrobas
1774	Crocus Martis	2 libras
1774	Diaforético Aquilão Menor	6 libras
1774	Elixir estomacal do Dr. Stonghton	48 vidros
1774	Ermoclatitos (<i>sic</i>)	4 libras
1774	Espermacete sem ranço	4 libras
1779	Espírito de ferrugem	1 libra
1779	Flor de beijoim	1 onça e ½ libra
1774	Goma sagapeno	4 libras
1774, 1779, 1782	Incenso	36 libras
1774	Mirabolanos Índios	6 libras
1774	Mirra	4 libras
1774, 1777	Óleo de alambre claro	3 libras
1774, 1779	Óleo de amêndoas doces sem fogo	32 libras
1774	Óleo de noz moscada destilado	4 onças
1774	Óleo de ouro legítimo	2 onças
1774	Óleo de raposa	1 frasco com 6 libras
1774	Óleo humano	8 onças
1774	Ossos de siba	2 libras
1774	Panaceia mercurial	4 onças
1779	Peônia raiz	4 libras
1777	Poaia raiz	8 libras
1774, 1779	Ponta de veado	3 libras
1774	Sal tártaro	6 libras
1774	Semente de Alexandria	4 libras
1772	Seringas de couro	4 dúzias
1774	Tamarindos em rama	1 arroba
1774	Unguento Alleya	6 libras

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

As drogas listadas no quadro 7 foram enviadas somente do Rio de Janeiro. Em nenhum momento elas aparecem nas faturas de Lisboa. Isso não significa que todas elas fossem naturais da colônia, pois muitos produtos europeus eram revendidos na América portuguesa. Óleo de noz-moscada, óleo de amêndoas, unguento Alleya e sal tártaro eram itens tipicamente utilizados na Europa. Algumas substâncias, porém, são reconhecidamente naturais do Brasil. Destacaremos duas delas: o “espermacete sem ranço” e a poaia. Quanto ao

primeiro, singular no tratamento de asma e tosses²⁴⁰, não era extraído somente da baleia, mas sobretudo do cachalote ou cacharréu, grafado por José Bonifácio de Andrada e Silva no século XVIII como “cazelote”. Desse mamífero com dentes, parecido com a baleia, extraía-se o espermacete, uma substância branca e oleosa. Em suas *Memórias sobre a pesca das baleias*, ele afirma que o “cazelote” era encontrado desde o Paranaguá até o Rio Grande. O espermacete era extraído²⁴¹ em alto mar e, posteriormente, enviado em barris ao Rio de Janeiro e à Lisboa, pois a Coroa tinha monopólio da extração.²⁴²

A poaia ou poalha, segundo José Antonio Mendes, é um “cipó, que por outro nome se diz ipecacuanha, e em estas Minas poalha”.²⁴³ Na verdade, a poaia não é um cipó. Talvez tenha assim sido caracterizada porque suas raízes quando secas lembram pedaços de cipó. Devido à sua importância econômica, o vegetal nativo da Mata Atlântica, do cerrado e da Amazônia nomeia lugares. Em Minas Gerais, um dos quatro distritos do município de Santa Maria do Suaçuí é denominado Poaia. Hoje em dia, o Brasil, sobretudo o estado do Mato Grosso, onde há maior recorrência da espécie, é um dos principais exportadores dessa planta.²⁴⁴ A raiz é parte do vegetal na qual encontram-se as propriedades farmacológicas adstringentes, expectorantes e anti-inflamatórias, além do alcaloide emetina, usado atualmente no combate à disenteria amébrica.²⁴⁵ No século XVIII, esse medicamento descoberto pelos “gentios carijós”²⁴⁶ era usado para problemas relacionados aos “cursos de sangue”. Para esse mal, o preparo do purgativo consistia na mistura da poalha “em pó sutil meia oitava, tártaro

²⁴⁰ FERREIRA. *Erário Mineral*, 2002, p. 277.

²⁴¹ No segundo volume das *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1991, v. 2, p. 411-412), há uma descrição pormenorizada de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre a extração do espermacete: “O espermacete pois (ou blanc de baleine) é uma matéria oleosa, dura, e cristalina, que se extrai das cavidades do cérebro do cazelote, ou o gênero *Phyfeter de Linneo*. Tirada a membrana forte, que lhe cobre a cabeça, encontra-se uma gordura branca de 5 dedos de altura; e abaixo dessa outra membrana nervea (*sic*), que lhe serve de crâneo, a qual está dividida em duas câmaras, a primeira das quais contém o mais precioso espermacete; a segunda está situada em cima do paladar, e tem de altura 6 pés pouco mais ou menos, também cheia da mesma matéria. Ora estas câmaras se enchem de novo óleo, à proporção que se vão esvaziando, vindo outro de novo pelo canal da medula espinal: por onde, quando se retalha o cazelote, deve-se atentamente cuidar em não cortar este canal, aliás desperdiça-se todo o óleo, esvaziando-se a medula sem proveito. Purifica-se o espermacete com repetidas liquefações, ou fusões; nas quais separa-se um óleo inconcessível, o que impede o endurecer-se. O asseio, e conservação do espermacete depende portanto das bem dirigidas liquefações, e de se vedar toda a comunicação do ar, principalmente quente, que o altera, e o torna amarelo e rançoso. Nem do cazelote se pode somente aproveitar o espermacete; também o azeite, ainda que não em tanta quantidade, por ser comumente mais pequeno, que a baleia, e ter o toucinho filamentosos, e algum tanto cartilágineo: mas entre outros um que foi dar à costa em Bayona fundiu 17 pipas de azeite, e 15 barris de miolos, medida de França. Pode também a sua carne servir para o sustento das campanhas dos seus pescadores.”

²⁴² SILVA. *Memórias sobre a pesca das baleias*, 2002. A obra de 1790 também pode ser consultada nas *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* (1991, v. 2).

²⁴³ MENDES. *Governo de mineiros*, 2012, p. 101.

²⁴⁴ TEIXEIRA; COELHO; MING. Poaia [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stoves]: aspectos da memória cultural dos poaieiros de Cáceres, 2012.

²⁴⁵ KAPLAN; GOTIUEB. Busca racional de princípios ativos em plantas, 1990.

²⁴⁶ FERREIRA. *Erário Mineral*, 2002, p. 678.

emético grãos dois, que é um vintém de peso: misture-se bem quatro colheres de vinho, e duas de água à noite, e dê-se pela manhã.”²⁴⁷

Figura 6 - Raízes de poaia



Fonte: TEIXEIRA; COELHO; MING, 2012, s.p.

A maioria dos fármacos listados acima foi importada somente no ano de 1774, o mesmo ano em que as despesas da botica da Real Extração estavam altas, confirmando o teor das reclamações dos diretores sobre os preços. A partir de então as drogas passaram a vir com mais frequência de Portugal. Não obstante, é possível observar nos vários quadros e fragmentos documentais mencionados a continuidade das compras no Rio de Janeiro. Em 1777, foram compradas 16 libras de centáurea menor. Já em 1779, também em poucas quantidades, foram adquiridas apenas 1 libra de espírito de ferrugem, 1 onça e ½ libra de flor de beijoim e 4 libras de raiz de peônia.

Originários de Lisboa ou do Rio de Janeiro, as drogas, as receitas e os conhecimentos se misturavam e certamente podiam dar origem às práticas medicinais mestiças, como quis Carla Starling.²⁴⁸ Seja como for, todas essas substâncias eram distribuídas entre o hospital e as boticas, onde um boticário, às vezes negro, era responsável pela venda e produção das misturas medicamentosas. No ano de 1774, por exemplo, a soma da venda das “drogas de

²⁴⁷ MENDES. *Governo de mineiros*, 2012, p. 101.

²⁴⁸ STARLING. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*, 2010.

botica” foi de 2.532\$011 réis. No ano seguinte, de acordo com as anotações dos administradores Manuel Batista Landim, Luís Lopes da Costa e José da Silva de Oliveira²⁴⁹, o produto das vendas da botica da Administração Diamantina foi de 2.060\$362 réis.²⁵⁰

Os escravos que se encontravam doentes no hospital do Distrito Diamantino eram os principais beneficiários dos medicamentos produzidos pela botica da Real Extração. Spix e Martius relataram que os negros eram os que sofriam mais enfermidades naquela região:

Os muitos negros, que habitam o Distrito, mostram infelizmente o triste espetáculo da elefantíase, que afeta muitos indivíduos. Outra doença dos negros, cuja frequência tivemos ocasião de verificar aqui, é a chamada *arcus-senilis*, o endurecimento (em arco) da córnea em volta da pupila. Essa doença, para a qual aliás predispõe a fraqueza dos olhos dessa raça, tem a sua causa provavelmente na claridade ofuscante do sol, que os rochedos brancos refletem, no esforço dos olhos, na congestão do sangue para a cabeça, como necessária consequência da posição do negro ao lavar ouro e diamantes, no contínuo resfriamento das extremidades com o aquecimento simultâneo do resto do corpo, inclinado à transpiração, na alimentação grosseira de feijão preto, fubá de milho e toicinho, e, sobretudo, no consumo da cachaça nova.²⁵¹

Assim, para evitar a falta, os administradores deviam sempre estar atentos à regulação dos “preços dos remédios para curativo dos negros da [Real] Extração.”²⁵² Em 1774, o dispêndio com o curativo de cativos próprios da Administração foi de 468\$150 réis.²⁵³ Já no ano de 1775 o gasto com medicamentos usados para a cura dos escravos caiu quase que pela metade, foi de 288\$845 réis.²⁵⁴ No entanto, segundo os diretores gerais da Real Extração, mais que a medicação, o que aumentava a despesa com escravos enfermos era a alimentação especial recomendada pelos médicos. Estes, no século XVIII, se tornam os principais responsáveis pela organização hospitalar, quando esta já era concebida como instrumento de cura e terapêutica.²⁵⁵ Nesse sentido, para curar sobretudo os escravos adoecidos empregados nas lavras diamantíferas, o alimento mais indicado pelos médicos era a canja de galinha. Segundo Leila Mezan Algranti, o referido hábito era muito difundido no século XVII e relacionado a saberes médicos da Metrópole, como atesta o médico português Simão Pinheiro Morão:

²⁴⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 53, 6-11-1786.

²⁵⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 67-68, 2-12-1786.

²⁵¹ SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, 1981, p. 44.

²⁵² AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 152-154, 29-03-1776.

²⁵³ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 58, 6-11-1786.

²⁵⁴ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 76, 02-12-1786.

²⁵⁵ FOUCAULT. *O nascimento do hospital*, 1998.

dar-se galinha ou frango aos enfermos não é só por serem quentes, nem frios, senão por darem mais ou menos substância ao corpo e assim todas as vezes que queremos diminuir os humores damos alimento tênue qual é o frango que nos acrescenta também por ser fresco, e todas as vezes que queremos recuperar forças e acrescentar os humores naturais perdidos, damos alimento mais substancial que é a galinha ou franga, as quais têm as qualidades temperadas e são de fácil cozimento, que é o que os enfermos hão mister.²⁵⁶

“Comer na Idade Moderna era sempre uma maneira de se cuidar”, lembra Daniel Roche.²⁵⁷ O costume alimentar indicado pelo médico, claramente baseado no equilíbrio de humores e na farmacologia de Galeno,²⁵⁸ aumentava as despesas, de modo que os administradores deveriam proceder no intento de diminuir as avultadas compras de galinhas e fazer com que os escravos fossem “tratados com alimentos mais próprios às suas moléstias, e de mais substância.” Além disso, os diretores recomendavam “que tenham sempre debaixo de vista aos enfermeiros para que estes não demorem os escravos, que estiverem em estado de poderem trabalhar, e os remetam para o serviços em que estiverem empregados.”²⁵⁹ O hospital, assim, funcionava como um mecanismo de controle da mão-de-obra, ao curar os doentes por meio da dieta alimentar e da aplicação de medicamentos com o objetivo de acelerar a volta dos escravos ao trabalho de mineração. No século XVIII, como lembra Foucault, o Estado, tendo as autoridades médicas como subordinadas, tinha o papel “de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los.”²⁶⁰ O hospital do Distrito Diamantino, como podemos perceber nos fragmentos acima, cumpria bem seu papel enquanto instituição normatizadora, que tinha o propósito de controlar o estado de saúde e o bom funcionamento do corpo escravo e discipliná-lo para o trabalho. Assim, essa enorme quantidade de drogas servia às pessoas que compunham o mais expressivo contingente populacional, sem o qual não haveria produção de diamantes.

²⁵⁶ MORÃO *apud* ALGRANTI. Famílias e vida doméstica, 1997, p. 128.

²⁵⁷ ROCHE. *História das coisas banais...*, 2000, p. 326.

²⁵⁸ Segundo Leila Algranti, “na farmacologia de Galeno, baseada na fisiologia humoral, a vida era mantida pelo equilíbrio entre os quatro humores: sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra. Cada um desses humores tinha diferentes qualidades (o sangue era quente e úmido; a fleuma fria e úmida; a bÍlis amarela quente e seca; a bÍlis negra fria e seca). A doença seria decorrência do desequilíbrio de um desses humores. As alterações eram derivadas dos alimentos, os quais quando assimilados pelo organismo davam origem aos quatro humores. A terapêutica indicada seria corrigir o desequilíbrio com a ingestão de alimentos com qualidades contrárias, sendo que estas poderiam ser atingidas por meio da combinação de temperos.” Vide: ALGRANTI. Notas sobre a mesa da casa Real portuguesa no reinado de D. José, 2010, p. 111.

²⁵⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 152-154, 29-03-1776.

²⁶⁰ FOUCAULT. O nascimento do hospital, 1998, p. 61.

3.4 O vestuário diamantino

Vestidos quase de forma idêntica, os homens escravos da Real Extração seguravam almocafres e bateias, quebravam rochas, desviavam o curso natural das águas e construía**m** bicames para a lavagem dos cascalhos. A Administração controlava e vestia seus corpos. O vestir laboral hierarquizava, classificava e “impunha uma homogeneidade das práticas.”²⁶¹ Nos serviços diamantinos, o fardamento ou a uniformização era indispensável. Eles protegiam os indivíduos das intempéries climáticas, mas também refletiam as normas da realidade estudada. Neste tópico, a partir da identificação dos tecidos, aviamentos e acessórios importados pela Real Extração, discorreremos sobre a indumentária do trabalho diamantino. Sem a pretensão de fazermos uma história da indumentária, não podemos deixar de ressaltar, conforme pondera Daniel Roche, que o estudo das vestimentas não pode ser visto como um enunciado de trivialidades do cotidiano, não se limita à curiosidade. Por meio dele, alcançamos os fatos sociais nos quais podemos apreender, para além do processo de produção e consumo, “um repertório de modos de agir, uma pedagogia das maneiras, um catálogo de práticas simbólicas”.²⁶²

Beatriz Magalhães, quando estudou alguns inventários da Comarca de Ouro Preto, constatou a circulação de tecidos importados de localidades como Hamburgo, Cambrai, Irlanda, Rouen, Bretanha, França, Flandres e Índia. Esses tecidos caros e finos eram consumidos pela população mais abastada da comarca, para a qual não havia muitos empecilhos na manutenção do gosto pelo luxo. Além disso, a autora afirma que mais do que a quantidade, o que chamava a atenção era a variedade de tecidos ofertados naquela comarca, que, neste assunto, se assemelhava a “qualquer sociedade europeia contemporânea.”²⁶³

Na Comarca do Serro do Frio, mais precisamente no Distrito Diamantino, provavelmente não fora tão diferente. É certo que parte da população mais abastada consumisse tecidos finos e caros como os moradores de Ouro Preto. Mawe escreveu que, no Distrito, a despeito da má qualidade dos tecidos de algodão, “toda a gente vestia-se à inglesa e as vestes eram de tecidos de nossas manufaturas.”²⁶⁴ Na documentação por nós analisada, porém, as únicas referências à Inglaterra são os chamados “cobertores ingleses”. Em todo

²⁶¹ ROCHE. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*, 2000, p. 277.

²⁶² ROCHE. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII e XVIII)*, 2007, p. 32.

²⁶³ MAGALHÃES. *A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação*, 1987, p. 173.

²⁶⁴ MAWE. *Viagens ao interior do Brasil*, 1978, p. 158-159.

caso, na região dos diamantes, embora a diversidade não chame atenção como na comarca estudada por Magalhães, havia circulação de alguns tecidos finos. Como podemos observar no quadro 8, peças de panos finos de Holanda, “panos finos de diversas cores”, chamalotes de carmesim de seda, além das fitas de diversas cores foram importados entre 1772 e 1785.

Quadro 8 - Tecidos e afins importados de Lisboa

Período de registros	Produto	Quantidade
1774	Agulhas	10 milheiros
1776	Agulhas grossas	10 milheiros
1785	Baetins	6 peças
1776, 1782	Baeta	97 peças
1775, 1780, 1785	Baeta azul	31 peças e 38 meias peças
1775	Baeta encarnadas	12 peças
1780, 1782	Baeta fina azul	18 peças
1782	Baetão avinhado	1 peça
1780	Baetão azul ferrete da terra	3 peças
1774, 1782	Baetão carmesim	3 peças
1782	Baetão cor de rosa	1 peça
1774	Baetão ferrete	1 peça
1782	Baetão verde	1 peça
1774, 1780, 1785	Baetas [diversas cores]	17 peças
1774	Chamalote carmesim	13 peças
1780	Chamalote carmesim de seda	2 peças
1775	Cobertores ingleses	540 [unidades]
1775	Cobertores de nº1	60 [unidades]
1775	Cobertores de nº2	5 [unidades]
1782, 1785	Droguetes [cores diversas]	7 peças
1774	Fio de Holanda	6 arrobas
1774, 1782, 1785	Lenços [diversas cores e qualidades]	190 peças
1785	Linhagens	20 peças
1776	Linha para cozer pano de linho	6 maços
1782	Loyetas carmesins	3 peças
1774	Nastro branco e encarnado	8 maços
1780, 1782, 1785	Panos de linho	16 peças
1780, 1782, 1785	Panos finos [cores diversas]	14 peças
1785	Panos finos de Holanda	9 peças
1782, 1785	Torçal	4 libras e ½ arrátel

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

O abastecimento de vestuário, acessórios e aviamentos, no entanto, demonstra que as autoridades da Real Extração estavam mais preocupadas em importar tecidos tidos como mais rústicos. A baeta é um exemplo. Esta, segundo Marco Aurélio Drumond, “ocupou lugar de

destaque nas Minas setecentistas.”²⁶⁵ Diversos tipos de baetas foram os tecidos mais importados de Lisboa de 1774 até 1782: 6 peças de baetins; 97 de baeta; mais de 30 de baetas azuis; 12 de baetas encarnadas; 18 de baeta fina azul; 1 de baetão “avinhado”; 3 de baetão “azul ferrete da terra”; 3 de baetão carmesim e; 3 peças de baetão cor de rosa, ferrete e verde. Apesar de o azul e o vermelho serem mais comuns, como vimos na representação da “vista do serviço diamantino do Monteiro no rio Jequitinhonha” e nas aquarelas de Carlos Julião, reproduzidas no primeiro capítulo, havia aquisição de tecidos de outras cores. Estas, porém, apareceram com menos frequência nas referidas imagens. Talvez fossem utilizadas para outros fins que não a vestimenta de escravos e feitores. Seja como for, para Drumond, “o grande volume disponível deste pano é perfeitamente compreensível quando levamos em conta a sua versatilidade. Além das roupas, a baeta era o tecido mais usado para forrar determinadas peças, além de ser matéria-prima de outros artigos, como cobertores, colchas, etc.”²⁶⁶ Esse tecido era, também, utilizado na confecção dos arreios de animais, sobretudo as selas e selins. Dessa forma, a baeta era o tecido mais utilizado “pelas suas características que pelo seu custo, já que não era o tecido mais barato, custando em média 0\$560 (quinhentos e sessenta réis) o côvado”.²⁶⁷

Para dar forma de roupa aos tecidos, embora no período compreendido por esta pesquisa os administradores devessem, por questões discutidas anteriormente, sempre dar prioridade aos produtos do Reino, a maioria dos artigos e aviamentos necessários foram adquiridos de comerciantes cariocas por intermédio dos comissários da Real Extração, que, por sua vez, enviavam às autoridades no Tejuco. Assim, do Rio de Janeiro vieram mercadorias como agulhas, barbantes, botões, cravos. O comissário Francisco de Araújo Pereira também enviou algumas varas e peças de tecidos como a aniagem e a baeta, conforme listamos no quadro a seguir. Uma ressalva importante: os referidos itens foram obtidos principalmente no primeiro ano da Junta Diamantina, isto é, em 1772. Dessa forma, por não serem objetos importados com muita frequência, sobre tal matéria não houve qualquer reclamação por parte dos diretores lisboetas.

²⁶⁵ DRUMOND. *Indumentária e Cultura Material: Produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711-1750)*, 2008, p. 59.

²⁶⁶ DRUMOND. *Indumentária e Cultura Material...*, 2008, p. 59.

²⁶⁷ DRUMOND. *Indumentária e Cultura Material...*, 2008, p. 61.

Quadro 9 - Tecidos e afins importados do Rio de Janeiro

Período de registros	Produto	Quantidade
1772	Agulhas sortidas	10 milheiros
1781	Aniagem de envolta	8 varas
1772, 1781, 1782	Aniagem entre fina	18 peças
1772	Aniagem inferior	15 varas
1774	Baeta azul ferrete	60 peças
1780	Baeta da 1ª sorte	12 peças
1772	Barbante do Porto	2 arrobas
1772	Bigodinho amarelo	2 peças
1772	Botões de tambaque de casaca e véstia	9 grosas
1772	Botões de vestia	1 dúzia
1772	Cravo dourado baixo	10 milheiros
1772	Estopa	14 peças
1772	Fio de algodão	256 libras
1772	Lã amarela	4 peças
1775	Lacre fino	1 libra
1772	Toalhas de Guimarães marca maior	6 [unidades]

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Itens como a aniagem, as fitas e os cobertores de Castela foram comprados em quantidades semelhantes tanto do Rio de Janeiro quanto de Lisboa, como é possível observar nos quadros 9 e 10. Além desses artigos, o chapéu é um acessório que chama a atenção pelo número de unidades adquiridas. No espaço de tempo entre 1772 e 1785, quase 6 mil chapéus de diversos tipos foram enviados aos administradores no Arraial do Tejuco. Como dito, a Real Extração era responsável por vestir uma enorme quantidade de escravos próprios e alugados, militares de cavalgaduras ou pedestres, oficiais mecânicos, boticários e outros tantos empregados nos serviços diamantinos. No entanto, é certo que a maior parte dos chapéus e dos tecidos mais grosseiros fossem para uso e proteção dos primeiros, ou seja, da população escrava.

Uma evidência que corrobora nesse sentido é a solicitação que os administradores da Real Extração fizeram em 30 de dezembro de 1783. Na carta dirigida aos comissários do Rio de Janeiro, eles pediram que fossem enviados o quanto antes ao Tejuco “quinhentos côvados de baeta e trezentos e cinquenta chapéus do Porto para completarem o fardamento da escravatura”.²⁶⁸ De acordo com Rodrigo Ferreira, nos trabalhos diamantíferos, os escravos usavam um chapéu e uma calça de tecido grosseiro e um brinco de argola.²⁶⁹ Já para Drumond, os escravos usavam “apenas um calção “sungá” confeccionado com panos grossos,

²⁶⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 243-245 30-12-1783.

²⁶⁹ FERREIRA. *O descaminho de diamantes...*, 2009.

uns com um timão e chapéu também grosseiro, ou de palha, e outros sem camisa²⁷⁰, o que faz sentido já que muitos trabalhavam com as pernas mergulhadas enquanto lavavam os cascalhos. Os chapéus também eram usados pelos feitores que vigiavam os escravos nas lavagens de cascalhos. A rústica indumentária destes, porém, era mais completa, incluindo calção, véstia, casaca, chapéu e botas.

Quadro 10 - Tecidos e afins importados de Lisboa, do Porto e do Rio de Janeiro

Período de registros	Produto	Quantidade
1772, 1775, 1776, 1779, 1780, 1781, 1782	Aniagem	80 peças e 30 varas
1772, 1774	Baeta de cores	238 peças
1774, 1775	Barbante	18 arrobas
1782, 1785	Botões de estanho de vestia	110 grosas
1772, 1774, 1775, 1776, 1779, 1780, 1782, 1785	Chapéus [diversos]	5.964 [unidades]
1780, 1781, 1782	Cobertores de Castela	674 [unidades]
1772, 1774, 1775, 1776, 1782	Crês de envolta	65 ½ peças e 2 maços
1772, 1774, 1780, 1785	Durantes [cores diversas]	23 peças
1772, 1774, 1779, 1782, 1785,	Fitas [diversas cores]	44 peças
1772, 1774, 1775, 1782, 1785	Linha de Oeiras	518 maços
1772, 1774	Marroquins	3 dúzias
1772, 1774, 1780	Panos [cores diversas]	6 peças
1772, 1774, 1782, 1785	Panos ordinários [cores diversas]	13 peças
1772, 1774, 1780, 1782	Retros [diversas cores]	8 libras e 2 arráteis

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

A Real Extração era a responsável por mandar fazer o vestuário dos escravos com os tecidos como a baeta, o que parecia uma tarefa não muito fácil, como escreveu o mestre alfaiate e morador do Arraial do Tejuco, José de Lucena e Silva. Em 1790, ao solicitar o lugar de alfaiate da Real Extração dos Diamantes, para tomar conta do vestuário dos empregados da Administração, ele justificou o pedido dizendo que

[...] a Administração da Real Extração dos Diamantes está continuamente mandando fazer vestuário para os escravos e mais pessoas que se empregam na dita extração, e muitas vezes não é bem servida pela falta de oficiais [de] lugares mui distantes em que assistem, e por não haver um oficial a quem esteja encarregado o aprontar o vestuário preciso.²⁷¹

²⁷⁰ DRUMOND. *Indumentária e Cultura Material...*, 2008, p. 119-120.

²⁷¹ AHU. *Conselho Ultramarino/Brasil*. Cx.: 135, Doc.: 47, 16-10-1790.

Portanto, diferente da comarca do Rio das Velhas, estudada por Drumond, onde “as roupas destinadas aos escravos eram confeccionadas por eles mesmos, a partir da produção caseira de fios e tecidos grosseiros feitos de lã”²⁷², a Real Extração contava com alfaiates para “aprontar o vestuário” destinado à escravaria. Afinal, ali, os escravos eram empregados exclusivamente na mineração. Servirem-se deles em outras funções desviaria dos propósitos da Administração, para a qual a extração de diamantes era prioridade na utilização da mão de obra negra. O tecido mais utilizado para a vestimenta dos escravos não era a linhagem, “tecido de linho da pior qualidade”²⁷³, como pontuou o referido autor, mas, no caso do Distrito, a baeta. Assim, a maior parte dos tecidos importados pela Real Extração, que obviamente não são luxuosos, servia para vestir os escravos e funcionários subalternos nos serviços de mineração, tarefa assumida desde a monopolização régia dos diamantes. A preocupação com a mão de obra empregada na extração de diamantes mostra que os escravos não estavam tão desassistidos como escreveram Spix e Martius no início do século XIX.²⁷⁴ No entanto, é preciso reconhecer que essa preocupação tem mais relação com a preservação da saúde dos escravos para que eles não parassem nunca de trabalhar, como também acontecia com os escravos que se encontravam no hospital.

Nesse contexto, a demanda pela roupa estava ligada aos “múltiplos procedimentos de moldagem e de controle do corpo”²⁷⁵, sobretudo o do escravo. Nesses processos, os valores do imaginário e as normas da realidade vivida teciam as relações socioculturais neste mundo do trabalho propulsionado pela economia dos diamantes. Há, ainda, as dimensões simbólicas no campo da distinção social. Em Portugal no século XVIII, por exemplo, vestir-se bem “era uma das maneiras de ostentar publicamente a condição de cada um.”²⁷⁶ Nas cerimônias de formaturas da Universidade de Coimbra, os estudantes costumavam vestir “uma bem engomada batina de crepe com voltas e punhos de cambraia, e uma capa de baeta.”²⁷⁷ Assim, a baeta, o mesmo tecido usado por escravos no Distrito Diamantino, poderia fazer parte do vestuário de pessoas mais distintas, como as agraciadas com o grau universitário. Se do mesmo pano se faziam roupas para escravos e ricos estudantes, o que certamente diferia era o requinte na confecção, a utilidade do tecido e a própria condição social de quem vestia a baeta.

²⁷² DRUMOND. *Indumentária e Cultura Material...*, 2008, p. 69.

²⁷³ DRUMOND. *Indumentária e Cultura Material...*, 2008, p. 69.

²⁷⁴ SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*, 1981.

²⁷⁵ ROCHE. *História das coisas banais...*, 2000, p. 260.

²⁷⁶ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes...*, 2003, p. 95.

²⁷⁷ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes...*, 2003, p. 96.

Como acontecia com tudo que a Real Extração necessitasse para seu abastecimento no Distrito Diamantino, a solicitação da compra de tecidos também deveria ser feita com muito tempo de antecedência. Assim, quando os administradores pediram os quinhentos côvados de baeta e os trezentos e cinquenta chapéus do Porto, os diretores da Real Extração, quando foram realizar os pagamentos aos comissários do Rio de Janeiro, mais uma vez, ordenaram que nada deveria ser comprado nessa capitania pelo motivo já referido diversas vezes neste texto: o preço. Os diretores tentavam controlar esse processo, mas os administradores quase nunca levavam em consideração as ordens recebidas. Por isso, os diretores diziam que “apesar da repetição [d]esta ordem, e das suas obrigações de procurarem, e seguirem sempre o mais útil para a Real Fazenda, continuam nesta parte em praticar o contrário”.²⁷⁸

3.5 Materiais para escritório²⁷⁹

Ao longo deste texto salientamos algumas vezes que por ter sido criada sob a égide do marquês de Pombal e subordinada ao Erário Régio, a Real Extração compartilhou do mesmo aparato organizacional do período reformista. Com vistas à centralização financeira e, sobretudo, ao controle das receitas e despesas, a contabilidade tornava-se fundamental para o sucesso da nova instituição real. Assim, o mesmo método de escrituração das partidas dobradas foi adotado pela Junta Diamantina, com o objetivo de permitir maior avaliação dos possíveis equilíbrios ou desequilíbrios das operações de débito e crédito.

Na documentação pesquisada, constatamos que as autoridades da Real Extração utilizaram efetivamente os mencionados livros, não só porque aparecem entre os materiais importados, mas também por estarem preservados e fazerem parte do fundo *Erário Régio*, pertencente ao Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal. A partir de janeiro de 1772, portanto, os administradores passaram a registrar todas as operações comerciais nos livros Diários e Mestre. Neles constam registros de compra e venda de mercadorias, morte de animais e escravos, além do principal: a entrada e saída de diamantes dos cofres da Intendência. Neste tópico, identificamos a compra de tais livros, além de diversos materiais

²⁷⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 243-245 30-12-1783.

²⁷⁹A palavra “escritório” é usada na documentação com o mesmo sentido do atual.

necessários para o expediente do escritório da casa da Administração, localizada no Arraial do Tejuco.

Quadro 11 - Materiais de escritório importados do Rio de Janeiro

Período de registros	Produto	Quantidade
1772	Livro de caixa com 200 folhas	1 [unidade]
1772	Livro de Carregações com 200 folhas	1 [unidade]
1772	Livro de despenseiros de papel imperial com 400 folhas	1 [unidade]
1772	Livro diário de razão 300 e 500 folhas	2 [unidades]
1772	Livros com 50 e 200 folhas	10 [unidades]
1772	Livros de contas correntes com 600 e 650 folhas	2 [unidades]
1772	Papel bom	50 resmas
1774	Papel de boa qualidade	10 resmas
1772	Papel de França ordinário	5 resmas
1774	Papel pequeno	37 resmas
1774	Penas de escrever meia secretária	500 [unidades]
1774	Penas de escrever ordinárias	1000 [unidades]
1772	Sinetes de prata	3 [unidades]
1772	Tesouras de escritório	1 dúzia

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

No quadro 11 listamos as mercadorias compradas no Rio de Janeiro para dar início aos trabalhos após a monopolização do diamante. Dessa forma, para a boa administração das receitas e despesas da Real Extração, foram adquiridos livros de caixa, de carregações, de despenseiros, de contas correntes e de conhecimentos, além dos importantes diários de razão. Em resumo, nesses livros se registravam todas as despesas de custeio anual da instituição, entre as quais se destacam as relativas ao nosso tema: o abastecimento. Posteriormente, tais livros eram enviados à Lisboa. O objetivo, obviamente, era estabelecer controle sobre a produção e evitar, ao máximo, abusos por parte dos funcionários, como havia ocorrido no período dos contratadores. No entanto, como tentamos evidenciar no capítulo anterior, houve dificuldade na contenção dos gastos.

Além dos livros de natureza contábil, para o início da administração também foram compradas quantidades de materiais considerados caros no período, como o papel. Do Rio de Janeiro vieram 50 resmas de “papel bom”, 10 resmas de “papel de boa qualidade”, 5 resmas

de “papel de França” e 37 resmas de “papel pequeno”.²⁸⁰ No entanto, passados os primeiros anos da administração diamantina, a importação de papel passou a ser feita exclusivamente de Lisboa, como podemos notar principalmente no quadro 12. Entre 1774 e 1789, os seguintes tipos foram enviados ao Tejuco: papel AP 1ª sorte, 140 resmas; papel AP 2ª sorte, 20 resmas; papel de embrulhar, 38 resmas; papel de França, 12 resmas; papel de França marca grande, 18 resmas; papel de França pequeno, 8 resmas; papel de Gênova, 10 resmas; papel de Holanda bastardo, 4 resmas; papel de Holanda marca grande, 26 resmas; papel de Luca 1ª sorte, 60 resmas; papel de Luca, 138 resmas; papel Imperial, 1 resma; papel pardo, 2 resmas; papel pardo marca grande nas cabeças, 2 resmas e; papel pardo nas cabeças, 4 resmas. De acordo com Márcia Almada, no século XVII e princípios do XVIII, Portugal importava papel da Itália e da França, pois somente a partir de 1766 a indústria papelreira teria tomado impulso dos territórios lusos, ficando seu comércio e uso controlados por legislação específica.²⁸¹ Apesar disso, no entanto, como podemos reparar nas remessas enviadas ao Distrito Diamantino, os portugueses continuaram a importar papel dos referidos países e, também, da Holanda até pelo menos a última década do Dezoito.

Quadro 12 - Materiais de escritório importados de Lisboa e do Rio de Janeiro

Período de registros	Produto	Quantidade
1774, 1779, 1782	Papel de Holanda	23 resmas
1772, 1779	Pastas de papelão	98 [unidades]
1772, 1774	Penas de escrever	1 ½ milheiro

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Como ressaltamos, entre os materiais arrolados nesta seção, o papel foi um dos mais importados pela Real Extração. Do mesmo modo, para registrar a escrita nos dispendiosos suportes, grande quantidade de penas foram compradas entre 1772 e 1774. Somando-se as remessas do Rio de Janeiro e de Lisboa, a Administração Diamantina adquiriu 3 mil penas de escrever, sendo 500 do tipo “meia (*sic*) secretária”, 1000 “ordinárias” e 1.500 penas de escrever comuns. Além de mais 16 centos de “penas de escrever de linha verde” também importados de Lisboa no início do monopólio sobre os diamantes. Embora não seja objetivo deste estudo, é interessante relatar que, muito provavelmente, os homens responsáveis pelo lançamento e registro das informações concernentes à Real Extração eram habilitados artífices da escrita. Observamos nos diversos códices pesquisados certo padrão de ortografia e

²⁸⁰ Resma equivale a vinte mãos de papel ou quinhentas folhas. Vide: BLUTEAU. *Vocabulário Português & Latino...*, v. 7, 1728, p. 284.

²⁸¹ ALMADA. *Das artes da pena e do pincel*. Caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII, 2012.

gramática: praticamente a mesma letra em todos os livros, espaços entre frases e muita legibilidade na grafia, o que indica tratar-se de uma mão treinada.

Quadro 13 - Materiais de escritório – Lisboa

Período de registros	Produto	Quantidade
1779, 1782	Bilhetes impressos	8 resmas
1775	Livros encadernados de conhecimentos	18 [unidades] e 1 resma
1782, 1784, 1785	Papel AP 1ª sorte	140 resmas
1782	Papel AP 2ª sorte	20 resmas
1774, 1775, 1780	Papel de embrulhar	38 resmas
1775	Papel de França	12 resmas
1779, 1789	Papel de França marca grande	18 resmas
1779	Papel de França pequeno	8 resmas
1789	Papel de Gênova	10 resmas
1785	Papel de Holanda bastardo	4 resmas
1775, 1784, 1785	Papel de Holanda marca grande	26 resmas
1779	Papel de Luca 1ª sorte	60 resmas
1774, 1776	Papel de Luca	138 resmas
1776	Papel Imperial	1 resma
1774	Papel pardo	2 resmas
1782	Papel pardo marca grande nas cabeças	2 resmas
1782	Papel pardo nas cabeças	4 resmas
1774	Penas de escrever de linha verde	16 centos
1774	Tesouras n° 13	6 dúzias
1774	Tesouras n° 14	6 dúzias
1774	Tesouras n° 15	6 dúzias

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Sinetes de prata, 3 unidades; tesouras de escritório de tamanhos diversos, 19 dúzias; pastas de papelão, 98 unidades foram outros materiais comprados para uso do expediente da Real Extração. Também foram enviadas ao Tejuco, 8 resmas dos famosos bilhetes impressos encadernados em livros, que funcionavam como uma espécie de moeda-papel no Distrito Diamantino. Segundo Joaquim Felício dos Santos, eles eram usados quando a Administração não possuía fundos e precisava comprar mantimentos, pagar os alugueis de escravos, os jornais dos trabalhadores, ordenados de empregados ou qualquer outra despesa corrente.²⁸² A Real Extração passava os bilhetes ou letras que eram pagos quando estivesse disponível a ajuda de custo fornecida pela Provedoria de Vila Rica. A operação funcionava da seguinte

²⁸² SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 136.

forma: “De cada quantia devida se faziam dois bilhetes idênticos: um, que se cortava pela tarja, que havia no meio da folha, e se entregava ao credor; o outro, que ficava no livro, servia de registro para a conferência que se devia fazer na ocasião do pagamento.”²⁸³

Como sabemos, o valor inicial da assistência era de duzentos contos de réis e quase nunca era suficiente para manter em equilíbrio as contas da Administração, as quais constantemente excediam o limite. Por isso, os bilhetes foram extremamente utilizados no período. Ainda conforme as *Memórias* de Joaquim Felício dos Santos, até 1776 os bilhetes eram pagos com pontualidade pela Administração. A partir de 1777, a Junta teria demonstrado dificuldade em quitá-los. As transações comerciais continuaram e, por conseguinte, as dívidas. Em 1778, foram pagos somente os primeiros bilhetes apresentados, de modo que cresceu a depreciação dos bilhetes. Para o autor, o quadro era tão grave que até meados do século XIX havia possuidores de bilhetes da Real Extração sem o devido pagamento.²⁸⁴

3.6 Artigos diversos

De acordo com Zemella, depois dos gêneros alimentícios, dos utensílios indispensáveis à mineração, “os utensílios e móveis para a casa, arreios para animais, cavalgaduras, etc”²⁸⁵ ocupavam lugar de destaque no consumo das populações mineiras. No espaço e período estudados, muitos artigos que compõe o referido grupo foram importados pela Real Extração. Eram artefatos e produtos usados diariamente nos diversos serviços diamantinos por escravos e funcionários da Administração, na loja de botica e no hospital do Distrito. Embora não tenhamos acesso à materialidade, mais uma vez, as referências escritas servem como fonte para o estudo da cultura material da sociedade em pauta. São artefatos aparentemente banais, mas a partir dos quais podemos nos aproximar de realidades distantes, de espaços e objetos pouco conhecidos, de práticas sociais e cotidianas.

Assim, para utilização nas dependências da Junta Diamantina, foram adquiridas 75 dúzias de bocetas de chifre; 60 dúzias de caixas de chifre; 8 dúzias de candeias de ferro; 70 dúzias de canivetes e; 166 dúzias de limas diversas. Para garantir segurança nos espaços da Real Extração, em 1779, foram comprados 48 fechaduras mouriscas e 12 cadeados ingleses

²⁸³ BESSA. *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*, v. 1, 1981, p. 63.

²⁸⁴ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976.

²⁸⁵ ZEMELLA. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, 1990, p. 174.

grandes, usados nos cofres da Intendência. Para a limpeza, 8 libras de sabão de França e 8 de sabão Veneza foram enviados de Lisboa em 1780 a 1789, e 4 dúzias de “vassouras de Algarve”, do Rio de Janeiro. Além disso, objetos relacionados às refeições como copos de vidro para água e vinho, facas com cabo, de chapas ou flamengas, marmitas e sopeiras de estanho foram comprados tanto de Lisboa quanto do Rio de Janeiro.

Quadro 14 - Artigos diversos

Período de registros	Produto	Quantidade	Locais de origens
1772, 1774	Bocetas de chifre	75 dúzias	Rio de Janeiro
1780	Cadeados ingleses grandes	12 [unidades]	Rio de Janeiro
1774	Caixas de chifre	60 dúzias	Lisboa
1772, 1774	Candeias de ferro	8 dúzias	Lisboa, Rio de Janeiro
1774	Canivetes diversos	70 dúzias	Lisboa, Rio de Janeiro
1772	Copos de vidro para água e vinho de diversos tamanhos	100 [unidades]	Rio de Janeiro
1780, 1781, 1782	Coroas em cruces de pau	110 dúzias	Rio de Janeiro
1776	Coroas para rezar	65 dúzias	Lisboa
1774, 1775, 1785	Cravos de ferrar	471.000 [unidades]	Lisboa, Porto, Rio de Janeiro
1772, 1774, 1775, 1776, 1782, 1785	Facas diversas	566 dúzias	Lisboa, Rio de Janeiro
1779	Fechaduras mouriscas	48 [unidades]	Lisboa
1774, 1776, 1779, 1785	Ferraduras	998 dúzias	Lisboa
1774, 1785	Limas diversas	166 dúzias	Lisboa, Rio de Janeiro
1772	Marmitas	12 [unidades]	Rio de Janeiro
1780	Sabão de França	8 libras	Lisboa
1789	Sabão de Veneza	8 libras	Lisboa
1772	Sopeiras de estanho	25 [unidades]	Rio de Janeiro
1772	Tesouras de arreadores	2 dúzias	Rio de Janeiro
1772	Vassouras de Algarve	4 dúzias	Rio de Janeiro

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4087.

Mesmo com o árduo trabalho realizado todos os dias nas diversas lavras do Distrito Diamantino, a população não perdia a fé e sempre encontrava tempo para se dedicar às crenças e práticas católicas. Assim, entre a enorme quantidade de mercadorias que a Real Extração importou para seu uso diário no período compreendido entre 1772 e 1789, estavam os seguintes artigos religiosos: 30 dúzias de “coroas em cruces de pau” e 65 dúzias de “coroas para rezar”. Coroas são equivalentes aos terços ou rosários. Diz-se, portanto, “rezar uma coroa”, “rezar a coroa de Nossa Senhora”. Segundo Bluteau, por exemplo, “a coroa de Nossa Senhora é composta de Setenta, & duas, ou mais Ave Marias, com seus Padres Nossos, em memoria, & veneração dos setenta, & dois, ou mais espinhos da coroa de Nosso Senhor Jesus

Cristo.”²⁸⁶ Dessa forma, o consumo também estava intimamente ligado às práticas espirituais, de modo que seria impossível separar o material do imaterial. Reportamo-nos novamente à discussão citada na introdução deste trabalho. Empreendido por José Newton Coelho Meneses, o debate versa sobre a inviabilidade de cindir as referidas dimensões da cultura. Para o autor, devemos “romper com o pensamento dualista que tende a opor materialidade e imaterialidade”, valorizando, desvalorizando ou supervalorizando um ou outro.²⁸⁷ O imaterial, isto é, os valores, os símbolos, os modos de fazer e as técnicas não podem ser dissociados do material. De acordo com a reflexão proposta por Meneses, “os historiadores podem tomar os elementos concretos da cultura, em si mesmos, como expressão social, na dinâmica dos interesses econômicos, das convicções ideológicas; como representações sociais de valores e de símbolos de relevâncias humanas.”²⁸⁸ Essa seria uma maneira de “dar significação à materialidade”.²⁸⁹

As minas de diamantes também tinham currais.²⁹⁰ Como relatou José Joaquim da Rocha, a Comarca do Serro do Frio “é muito fértil de gados”.²⁹¹ Décadas depois, no início do século XIX, John Mawe a esse respeito descreveu de forma mais minuciosa. Segundo ele:

Os quadrúpedes de Serro do Frio são os mesmos que os das outras partes do Brasil. Os burros, os principais animais de carga, custam aí muito mais caro que nos distritos mais meridionais; os cavalos são numerosos, mas mais baratos, porque só são empregados em viagens de recreio. Os animais de chifre vêm de muito longe; os carneiros não são mais conhecidos que em outros lugares; os porcos e as cabras, mais comuns [...].²⁹²

Esses animais eram essenciais para os trabalhos da Real Extração, sobretudo na utilização como força motriz. Eram utilizados pelos feitores e guardas para se deslocarem do Arraial do Tejuco aos mais distantes serviços diamantíferos. Além disso, sua demanda tem relação com a distribuição da enorme quantidade de mercadorias importadas listadas ao longo deste capítulo. Assim, o número de produtos relacionados a esses animais chama a atenção. Apesar de ser um artefato de simples execução e muito realizado pelas tendas de ferreiros locais, somando-se os anos de 1774, 1775 e 1785, foram importadas quase 500 mil unidades

²⁸⁶ BLUTEAU. *Vocabulário Português & Latino...*, v. 2, 1728, p. 554.

²⁸⁷ MENESES. Apresentação: Culturas alimentares, práticas e artefatos, 2016, p. 19.

²⁸⁸ MENESES. Apresentação. Dossiê: Elementos materiais da cultura e patrimônio, 2011, p. 398.

²⁸⁹ MENESES. Apresentação: Culturas alimentares, práticas e artefatos, 2016, p. 20.

²⁹⁰ Em referência às obras de Angelo Carrara, Carla Almeida e de José Newton Meneses, que já haviam evidenciado a força da pecuária em Minas Gerais. Ver: CARRARA. *Minas e currais...*, 2007a; ALMEIDA, Carla. Ricos e pobres em Minas Gerais..., 2010; MENESES. *O continente rústico...*, 2000; MENESES. *Uma história da veterinária: exercício e aprendizagem de ferradores e alveitares e veterinários em Minas Gerais e a Escola de Veterinária da UFMG*, 2012a.

²⁹¹ ROCHA. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, 1995, p. 135.

²⁹² MAWE. *Viagens ao Interior do Brasil*, 1978, p. 176.

de cravos de ferrar, que vieram da cidade do Porto, além de Lisboa e do Rio de Janeiro. Já as ferraduras para proteção dos cascos das cavalgadas foram adquiridas diversas vezes ao longo do período pesquisado. De 1774 a 1785 foram remetidas ao Arraial do Tejuco cerca de 1000 dúzias de ferraduras. Utensílios como tesouras de arreadores também foram compradas, mas apenas 2 dúzias com procedência do Rio de Janeiro.

As despesas relativas ao abastecimento da Real Extração não se esgotavam na aquisição dessa grande quantidade de mercadorias para mineração, drogas de botica, tecidos e vestuário, materiais para escritório e artigos diversos. Havia outros gastos iminentes ao processo de importação, sobretudo referentes ao acondicionamento dos produtos. Todas as mercadorias saíam do Reino devidamente embaladas. Nesse sentido, a compra de caixas, barris, caixões, pacotes, sacos, latas, vidros, bocetas, capas de pano, caixotes, cordas, cadarços também aumentavam os custos. A conta aumentava com os dispêndios relativos à pesagem, aos carretos, às embarcações, aos processos de carga e descarga, além das comissões pagas às pessoas responsáveis pelas compras, os ferreiros que dobravam as barras de ferro e os negros que faziam os fardos de todas as remessas a serem exportadas.²⁹³ Além disso, o abastecimento alimentar, o qual passamos a analisar, acrescia ainda mais as despesas.

²⁹³ AHTCP. *Erário Régio*. Livro de Registo de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes. Livro 4087.

4 Em toda parte: a felicidade pública

“São o comércio e a agricultura as duas bases nas quais mais do que em outras se costumam sustentar os três rendimentos mais consideráveis da Capitania das Minas Gerais. [...] Em toda a parte, os importantes interesses da agricultura formarão a felicidade pública, e nessa capitania ainda são de maior importância os seus utilíssimos progressos [...]”. Instruções do Erário Régio ao governador de Minas Gerais, 1775.

A Administração diamantina também importou alimentos. De Lisboa encontramos no livro de registro de contas e faturas da Diretoria Geral apenas 4 arrobas de aveia, sendo duas em 1779 e duas em 1789, além de 2 pipas de aguardente do Reino. A maior parte dos gêneros alimentícios foi comprada no Rio de Janeiro somente em 1772: 30 ancoretas de azeite doce; 60 quintais e 2 ½ arrobas de bacalhau; 4 caixas de camarões secos; 79 arrobas e 8 libras de farinha de trigo; 653 libras de manteiga; 6 barris de peixe; 96 queijos flamengos; e 3 pipas de vinho tinto. Em 1776, os administradores voltaram a receber alimentos do Rio de Janeiro: 64 libras de cevada de França e 64 de farinha de aveia.²⁹⁴ Em poucas quantidades, tais bebidas e comestíveis eram certamente destinados aos portugueses, sobretudo as autoridades mais importantes da Administração, posto serem de costume tipicamente reinol e por se diferenciarem da cultura alimentar de escravos e funcionários subalternos, como veremos à frente. No entanto, pelo volume, eles seriam insuficientes para sustentar o numeroso pessoal empregado nos diversos setores da Real Extração. Se não eram importados, de onde vinha o grosso que alimentava a população miúda e, também, a abastada? Nossa hipótese inicial apontava para a aquisição no mercado local, pois, de acordo com os dados levantados na pesquisa de José Newton Coelho Meneses, havia ali uma vigorosa “produção de alimentos fundamentada no abastecimento da Demarcação Diamantina.”²⁹⁵ Seria, portanto, lógico que a Real Extração se beneficiasse da dinâmica estrutura produtiva.

Para além disso, constatamos que a relação das autoridades com próprio abastecimento era mais complexa. De modo geral, o intuito, aqui, é analisar o abastecimento alimentar da Real Extração. Quais medidas tomaram a fim de controlar a produção, a circulação e o comércio? Como regulavam o aumento das despesas? Como enfrentaram as ameaças de carestia? Por fim, compreendendo a alimentação como um “ato de sobrevivência” e como

²⁹⁴ AHTCP. *Erário Régio*. Livro de Registo de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes. Livro 4087.

²⁹⁵ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 159.

“uma invenção”, passível de ser tomada como “documento de realidades”²⁹⁶, quais eram as adaptações, as necessidades e as diferenças alimentares da população ligada à Real Extração? São essas questões que movem o capítulo de encerramento desta dissertação.

4.1 O controle

Assunto recorrente nas fontes oficiais do período, o controle do mercado de abastecimento foi uma questão importante para as autoridades metropolitanas. Maria Yedda Leite Linhares chegou a afirmar que “garantir a subsistência de seus vassallos sempre foi uma das preocupações centrais da Coroa.”²⁹⁷ Nesse sentido, para Júnia Furtado, as ingerências nessa atividade eram fundamentais para sustentar a população urbana que crescia consideravelmente ainda na primeira metade do Setecentos mineiro. Ela esclarece que, apesar das dificuldades de se exercer um controle severo sobre o abastecimento, sua regulamentação era essencial, pois “a falta de produtos, particularmente os alimentícios, desorganizava o mundo urbano e punha em risco a estabilidade social, necessária para o sucesso da atividade mineira.”²⁹⁸

Na segunda metade do século XVIII, de acordo com José Newton Coelho Meneses, a produção alimentar era pauta recorrente na política de modernização da administração colonial, empreendida inicialmente pelo ministro de D. José I. Para Meneses, portanto, “a preocupação de Pombal não se restringia à produção mineral em queda, mas, também, a um renascimento da produção agrícola comercial que patrocinasse alternativas de produção de açúcar.”²⁹⁹ Ao final do referido período, “tanto D. Martinho de Mello e Castro – ministro de D. Maria I – quanto D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Príncipe Regente D. João, após a morte daquele em 1795, tentaram incentivar a cultura de novos gêneros comerciais em território mineiro e de outras Capitanias, com a justificativa de salvar a economia decadente.”³⁰⁰ Para o autor, levando-se em consideração a existência de “confiança na regularidade do mercado de abastecimento”, a questão era, então, garantir a oferta de produtos e a ordem da sociedade.³⁰¹ Essa preocupação não diz respeito à efetiva carência de alimentos.

²⁹⁶ MENESES. Apresentação: Culturas alimentares, práticas e artefatos, 2016, p. 15-16.

²⁹⁷ LINHARES. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*, 1979b, p. 120.

²⁹⁸ FURTADO. *Homens de negócios...*, 1999a, p. 205.

²⁹⁹ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 37.

³⁰⁰ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 136.

³⁰¹ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 168.

Ainda de acordo com Meneses, tais cuidados “eram, na verdade, marcas do aumento da demanda, de questionamentos acerca do processo de estanco de produtos e, também, da responsabilidade da administração em ver a população das vilas com regalos e comodidades que a mantivessem em ordem.”³⁰² Tal como apontamos na introdução, a Real Extração era a força social e econômica da demanda, a responsável pela lógica de consumo e intermediação do processo de produção e circulação no Distrito Diamantino.

Cláudia Chaves também assinala que as atividades comerciais sempre foram duramente fiscalizadas pelas autoridades da Capitania de Minas Gerais. Segundo a autora,

a administração da capitania interferia diretamente no mercado, tabelando preços em nome do “preço razoável”; regulamentando pesos e medidas; expedindo guias e licenças com o objetivo de mais se “promover o benefício dos povos em geral” que atender aos interesses de um “pequeno número que a sua proporção vem a ser o dos roceiros”. [...] Fiscalizava também o seu funcionamento, com confisco de mercadorias e prisões dos infratores, àqueles que desobedecessem às regras preestabelecidas.³⁰³

Em Minas Gerais, essa administração era incumbência das câmaras municipais, as quais eram as responsáveis por “todas as tarefas de abastecimento”.³⁰⁴ Assim, de acordo com José Newton Meneses, “lojas, vendas e açougues tinham de ter licença (‘placets’) para funcionamento, obtida após a aprovação da tabela de preços, da aferição dos pesos e medidas e da fiscalização que verificava se todas as ‘posturas regulamentares’ estavam sendo cumpridas.”³⁰⁵ Para Meneses, essas “são decisões que não visam apenas ao suprimento de produtos, mas, também, às condições em que eles são fornecidos e, neste sentido, configuram uma atenção mais ampla ao abastecimento. Medidas, portanto, de caráter higiênico-sanitário, preservacionista, social e legal.”³⁰⁶

A partir dessa perspectiva, para Flávio Marcus da Silva, era imprescindível “garantir uma provisão com alimentos a preços justos aos moradores dos centros urbanos.”³⁰⁷ Caso o governo da capitania e a Câmara não garantissem o “fluxo regular e estável dos alimentos” em épocas de carestias, a população ameaçava amotinar-se.³⁰⁸ Na interpretação do autor, centrado na perspectiva da “economia moral”, cuja base residia na “negociação entre as autoridades e as camadas populares a respeito das práticas de mercado”³⁰⁹, o abastecimento mineiro no século XVIII era questão de política. Em resumo, a fiscalização das câmaras e o

³⁰² MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 131.

³⁰³ CHAVES. *Perfeitos negociantes...*, 1999, p. 68.

³⁰⁴ FURTADO. *Homens de negócios...*, 1999a, p. 205.

³⁰⁵ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 136.

³⁰⁶ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 132.

³⁰⁷ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 15.

³⁰⁸ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 47.

³⁰⁹ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 27-28.

incentivo à produção interna de alimentos foram fundamentais para que não “ocorresse crises de subsistência capazes de comprometer a continuidade da empresa mineradora.”³¹⁰

No caso da Real Extração dos Diamantes, além do combate ao extravio, as diligências acerca do abastecimento eram, certamente, formas de controlar a situação e evitar o caos que poderia advir de carestias que, em última instância, poderiam prejudicar o andamento da produção diamantífera e a arrecadação dos direitos reais. Acreditamos, no entanto, que o controle do abastecimento, de ordem social e legal, também era uma questão de “felicidade pública”, de bem-comum, pois as noções de paz e bem-estar da sociedade estavam entre os valores dos homens letrados da época e entre princípios dos que legislavam no século XVIII, conforme sustenta Ângela Domingues.³¹¹ Em sua extensa definição para a palavra “felicidade”, Bluteau ressalta que nela estão compreendidos termos como “segurança e prosperidade continuada”.³¹² Um abastecimento próspero era um dos objetivos da Administração Diamantina.

O Distrito Diamantino, como é sabido, estava localizado nos limites da Comarca do Serro do Frio. Não estava dela isolado, “com uma organização *sui generis*”.³¹³ A Vila do Príncipe, por sua vez, era a sede da referida comarca, onde encontrava-se a câmara. Além do abastecimento, como toda câmara, era da sua alçada todas as questões relacionadas à “política sanitária, urbanização, educação, serviços sociais, como a responsabilidade sobre órfãos e enjeitados”.³¹⁴ De tempos em tempos, os moradores da área demarcada se encaminhavam à Câmara da Vila do Príncipe. Segundo Júnia Furtado:

No Distrito, os donos de lojas deviam de dois em dois meses recolher uma taxa aos almotacés, que passavam bilhetes e entregavam os rendimentos na Câmara da Vila do Príncipe. Deviam pagar também os roceiros que tivessem Casas de Comissão para a venda de produtos de suas roças. Estavam isentos de pagamento os engenhos que comercializassem aguardente de milho ou cachaça em barris, porém o mesmo não acontecia quando vendidos em frascos ou medidas.³¹⁵

A Câmara da Vila do Príncipe era referência para os moradores quando havia demandas ou problemas cotidianos que envolvessem o poder público. Entretanto, após o estabelecimento da Real Extração e de acordo com as disposições do Regimento Diamantino, muitas dessas atividades passariam para a alçada da Real Extração. A administração do abastecimento seria uma maneira de agilizar os processos relativos à aquisição de víveres, de acordo com a demanda alimentar nos serviços de mineração. Desse modo, controlar o fluxo

³¹⁰ SILVA. Subsistência e poder..., 2008, p. 196.

³¹¹ DOMINGUES. *Para um conhecimento dos domínios coloniais...*, 2000.

³¹² BLUTEAU. *Vocabulário Português & Latino...*, v. 4, 1728, p. 70-72.

³¹³ PRADO JÚNIOR. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, 2011, p. 191.

³¹⁴ FURTADO. *Homens de negócios...*, 1999a, p. 205.

³¹⁵ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 125.

das compras e da distribuição passava a ser fundamental. Sendo a extração de diamantes a atividade responsável por movimentar boa parte do mercado de abastecimento, seria natural que a Real Extração estivesse atenta aos possíveis problemas que pudessem comprometer seu desempenho.

Nesse sentido, alguns artigos do Regimento Diamantino merecem ser relidos, pois denotam a preocupação com questões atinentes ao abastecimento, posto que a legislação evidencia quais parâmetros poderiam ser utilizados pela Real Extração no controle das atividades ligadas ao abastecimento. Para Furtado, “o Regimento de 1771 e o monopólio do diamante, resultados das reformas pombalinas, foram exemplos da política metropolitana de aumentar o controle sobre as áreas coloniais, procurando regrar este espaço, embora quase sempre em vão.”³¹⁶ Seja como for, nesse momento, tudo que de alguma forma se relacionasse com os diamantes representava necessidade de monitoramento. Assim o foi com as diversas modalidades do comércio, por exemplo.

No entanto, a proibição da circulação das negras de tabuleiro nos arraiais e morros de mineração nunca foi completamente concretizada, já que estas viviam a burlar tais impedimentos. Também, para Furtado, não teriam sido eficazes as tentativas de controlar as lojas e vendas do Arraial do Tejuco, bem como o acesso de comerciantes, tropeiros e comboieiros, pois estes sempre tiveram acesso à área diamantina. A historiadora completa: “a presença de mascates na Demarcação foi constante e nunca interrompida, e sempre salientada porque frequentemente se envolviam em contrabandos, extravios ou outros crimes.”³¹⁷

Nessa perspectiva, é ilustrativa a carta do presidente do Erário Régio dirigida ao fiscal e intendente José Antônio de Meireles Freire, de 19 de dezembro de 1780, que o alertava quanto à dissimulação dos culpados e suspeitos de extravio de diamantes, tais como “vadios, quitadeiras, negras forras libertinas e negociantes mascates”. Devendo o intendente “proceder indistintamente contra todos os culpados e suspeitos do extravio dos diamantes”.³¹⁸ Problemas dessa natureza, na maioria das vezes, estavam relacionados tão-somente ao tráfico das pedras preciosas. Certamente muitos comerciantes que entraram no Distrito, com ou sem licença do intendente, envolveram-se nessas atividades ilícitas. Rodrigo de Almeida Ferreira, embora estude o período dos contratos, considera que o controle do número de casas de comércio, incluindo-se aí as boticas, tabernas, vendas e lojas, era uma forma de restringir os

³¹⁶ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 96.

³¹⁷ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 115.

³¹⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 66-69, 19-12-1780.

espaços para o extravio de diamantes.³¹⁹ Vejamos alguns aspectos que suplantam tal perspectiva.

Em outros parágrafos do Regimento Diamantino podemos observar questões atinentes ao controle do abastecimento. No inciso 25 do Livro da Capa Verde consta que a “exorbitante carestia de mantimentos” seria resultado direto do desprezo pelas leis, tão comum naquele território.³²⁰ Já em outra parte, no inciso 35, após serem reafirmadas as penas as quais estariam sujeitas as pessoas que tiverem por sua conta lojas, vendas, quitandas ou outras casas de negócio não autorizadas, é ordenada a sanção de despejo para “os que fazem monopólio” e para os que “atravessarem fazendas secas ou gêneros molhados para os revenderem dentro dos arraiais a que chegarem.”³²¹ É certo que, para além da preocupação com o extravio de diamantes, pelo menos no caso do monopólio, houvesse o receio de que os altos preços dos víveres prejudicassem o abastecimento dos moradores da região. Ao longo do Regimento há outros indícios que mostram a existência de outras regras que ultrapassam a prevenção dos extravios de diamantes, sendo também relativas ao monitoramento do abastecimento, ao bem-comum. No parágrafo 36 consta que

para suavizar o incômodo e prejuízo que poderão seguir-se aos donos de lojas que se mandam fechar, sou servido permitir que os gêneros que nelas se acharem possam incorporar-se com os outros das lojas que ficarem existindo. Para o que serão obrigados os mercadores, vendilhões e taverneiros existentes a receberem e repartirem igualmente os efeitos das lojas extintas pelos preços em que se ajustarem com os seus respectivos donos. Nos casos de dúvida se procederá por avaliação feita por louvados nomeados pelo desembargador Intendente com um termo racionavelmente determinante para os pagamentos. E quando as partes interessadas nem assim se acomodem à venda dos seus gêneros, os poderão livremente transportar para fora dos limites da Demarcação com o bem lhes parecer.³²²

É bastante provável que as determinações constantes no Regimento Diamantino fossem burladas ou não cumpridas, pois a regulação, o controle ou a organização do abastecimento não pressupõem obediência geral da população às leis. A breve menção aos artigos que de alguma forma esbarram em questões relacionadas ao abastecimento serve para mostrar que o controle exercido pela Real Extração tinha respaldo legal, e bem parecido com o praticado pelas Câmaras, ainda que neste caso se sobressaíssem as questões respeitantes ao tráfico de diamantes. Por meio da documentação do Arquivo do Tribunal de Contas de Portugal, observamos que os administradores e diretores da Real Extração sempre estiveram

³¹⁹ FERREIRA. *O descaminho de diamantes...*, 2009.

³²⁰ Arquivo Público Mineiro, SC-50, f. 161v.

³²¹ APM, SC-50, f. 164.

³²² APM, SC-50, f. 164.

atentos e fizeram o possível para que naquela sociedade fossem evitados problemas relacionados ao abastecimento alimentar.

De ordem prática, o controle do abastecimento pela Real Extração estaria mais próximo de termos como conferir, orientar, conduzir, guiar e inspecionar, com objetivo de manter um equilíbrio entre as demandas do mercado e as necessidades da população que trabalhava na mineração, evitando, também, problemas como motins ou carestias, que continuaram sendo preocupações das autoridades na segunda metade do século XVIII, como é mencionado no próprio Regimento Diamantino. A Administração Diamantina, assim como as câmaras municipais, não se limitou ao simples controle do abastecimento. Ela estava integrada à própria dinâmica produtiva e comercial da região, seja determinando as regras para o estabelecimento de lojas para a venda de “frutos” no Arraial do Tejuco, seja incentivando a produção de roceiros e o comércio de gêneros alimentícios, os quais eram por ela adquiridos, seja pelo comércio realizado a partir das mercadorias importadas, vendidas nas lojas próprias da Real Extração, conforme veremos a seguir.

4.2 O comércio

A importância da atividade mineradora na Comarca do Serro do Frio, nomeadamente a diamantífera, é uma característica que a diferencia das demais na segunda metade do século XVIII. Para Carla Maria Carvalho de Almeida, por exemplo, as comarcas de Ouro Preto e do Rio das Mortes, nas últimas décadas da centúria, passaram por um processo de inversão de atividades em que a diminuição da produção aurífera deu lugar principal às atividades agropastoris. Estas, existentes desde os primórdios da ocupação do território mineiro, se tornaram tão intensas de modo que foi possível consolidar a diversificação econômica. A produção era tão vigorosa que as referidas comarcas passaram a exportar especialmente para o Rio de Janeiro.³²³ Na perspectiva da autora, em suma, “o que aconteceu no período pós-auge minerador foi uma mudança de atividade principal, uma inversão de papéis entre a produção mineral e a agropecuária”.³²⁴

³²³ ALMEIDA. *Ricos e pobres em Minas Gerais*: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822, 2010.

³²⁴ ALMEIDA. *Ricos e pobres em Minas Gerais...*, 2010, p. 20.

Esse processo não se aplica ao espaço aqui estudado. No “continente rústico”, para usarmos a expressão utilizada por José Newton Meneses a fim de denominar a comarca do Serro do Frio³²⁵, a produção de diamantes era atividade principal no período. A própria Carla Almeida reconhece que ali “a mineração seguiu padrões bastante específicos”.³²⁶ No entanto, não era a única. Havia, apesar disso, diversidade econômica, pois o comércio e as atividades agropastoris eram intensos e nunca foram impedidos pela Real Extração. Não somente nos arraiais e vilas dessa comarca, como nos da capitania de modo geral, existia uma satisfatória produção alimentar, seja em fazendas ou nos próprios quintais dos moradores, conforme Meneses chamou atenção em artigo recente.³²⁷ Em estudo anterior sobre o nordeste de Minas Gerais, ele desvelou o cotidiano dos produtores de alimentos, sua estrutura social e a diversidade de mercadorias agropecuárias nas diversas fazendas, roças, sítios e chácaras. Meneses mostrou não somente a produção de alimentos essenciais como feijão, milho e arroz, mas também a circulação e o comércio desses e de outros produtos manufaturados, além das evidências que apontam para a feitura de objetos e instrumentos como foices, enxadas, machados, moinhos, monjolos, moendas, caixas de mantimento, entre outros. Enfim, uma complexidade e uma dinâmica que, a partir das fontes por ele analisadas,

[...] apontam para uma ordem econômica que, mesmo quando não é capaz de produzir um bem almejado, o obtém pela importação regular de outra região próxima ou distante. E aí, conta com a racionalidade e a estabilidade dos comerciantes locais e ambulantes. Comércio e produção de alimentos, associados no mesmo proprietário ou não, foram responsáveis por essa ordem no abastecimento alimentar da região.³²⁸

Assim, concordando com Meneses, podemos afirmar que a diversificação econômica do Serro do Frio era garantida por um tripé constituído pela “produção, comércio e aparelho estatal”.³²⁹ Por isso, a despeito da centralidade da exploração diamantífera, queremos reafirmar que

a vida da Demarcação, apesar de firmemente ligada à Real Extração, não se esgotava aí. Havia inúmeras outras atividades econômicas a que podia se dedicar o restante da população, o que movimentava uma considerável soma de dinheiro, fornecia empregos e permitia que um número significativo de pessoas pudesse encontrar formas de sobrevivência.³³⁰

A Real Extração abastecia e era abastecida. Certamente seus administradores poderiam recorrer às lojas existentes no Arraial do Tejuco, como a do português João de

³²⁵ MENESES. *O continente rústico...*, 2000.

³²⁶ ALMEIDA. *Ricos e pobres em Minas Gerais...*, 2010, p. 57.

³²⁷ MENESES. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX), 2015b.

³²⁸ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 168.

³²⁹ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 169.

³³⁰ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 112.

Azevedo Pereira. Ao analisar seu inventário *post-mortem*, Meneses evidenciou que o estoque de sua loja de fazendas secas era extenso. Nela poderiam ser encontradas “roupas de cama e mesa, vestimentas, aviamentos, panos, chapéus, espelhos, armas, chumbo e pólvora, balanças de ferro de engomar, tesouras de diversos tamanhos e usos”.³³¹ Ele não era único. João Carneiro da Silva, visto por alguns como contrabandista de diamantes,³³² administrava a maior loja de revenda de gêneros de João Rodrigues de Macedo, contratador das entradas da Capitania de Minas Gerais.³³³ Os produtos vendidos pelo sargento-mor João Carneiro da Silva eram, em sua maioria, enviados ao Tejuco do Rio de Janeiro pelo referido contratador. Ao pesquisarmos a parte do acervo da Casa dos Contos pertencente ao Arquivo Público Mineiro, conseguimos identificar pelo menos três remessas de mercadorias enviadas à loja de João Carneiro da Silva.

Em 1776, foram remetidas seis cargas e meia de bacalhau; doze barris de vinho; vinte e duas barras com cinco quintais e uma arroba de ferro; dez cargas de farinha; uma caixa de cera; oito arrobas de aço; dois quintais de chumbo; e dois barris de pólvora.³³⁴ Alguns anos depois, em 1782: onze cargas de aço; cento e vinte e duas barras com trinta e cinco quintais de ferro; dois barris de amêndoas; dois barris de paios presuntos; três tranqueiras e dezessete barris de aguardente; três barris de manteiga; três barris de biscoito; dois barris de azeite doce; a carga de aletria; uma carga de queijo; dois barris de peixe mouro; quatro bruacas e duas cargas de sal; e oito cargas de bacalhau.³³⁵ Por fim, em 1785: doze fardos farinha seca; cento e trinta e seis barris de vinho; cinquenta e sete barris de vinagre; trinta e três barris de aguardente; sete barris de azeite doce; quatro barris e duas cargas de biscoitos; um barril de nozes; dez cargas de peixe; duas cargas de presunto; um barril de azeitonas; um embrulho de barbatana; dezoito cargas de pregos; sete cargas de aço; 23 cargas de chumbo; e duas cargas de ferro.³³⁶

Toda essa diversidade de gêneros estava à disposição dos habitantes do Distrito Diamantino e complementavam os importados pela Real Extração no dinâmico comércio da

³³¹ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 125.

³³² Pouco se sabe efetivamente sobre o comerciante. Joaquim Felício dos Santos afirmou que João Carneiro da Silva residia no Tejuco e era “um dos homens mais poderosos da Comarca por sua riqueza e por ser tenente-coronel de milícia. Sua fortuna se dizia provir do contrabando de diamantes, que exercia de sociedade com um João Rodrigues, morador em Vila Rica; mas era protegido pelo governador Luís da Cunha Meneses, que lhe dera uma portaria para não poder ser preso em parte alguma sem sua ordem especial, visto estar encarregado de certas diligências secretas, a bem da ordem pública: assim até então se conservava impune no Tejuco.” SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 148.

³³³ FONSECA. *João Rodrigues de Macedo: ações e transações*, 2005a.

³³⁴ APM. CC - Cx. 9 - 10183.

³³⁵ APM. CC - Cx. 11 - 10231.

³³⁶ APM. CC - Cx. 125 - 20947.

região. Com dito, essas mercadorias vinham do Rio de Janeiro, assim como boa parte daquelas listadas no segundo capítulo. Assim, não parece ser verdade, como quis José Vieira Couto, que “os comerciantes do Rio de Janeiro, que fiam as suas fazendas às mãos cheias para qualquer das outras comarcas, recusam até ouvir o nome de Serro do Frio”.³³⁷ No âmbito da circulação, a relação desta comarca com aquela capitania era intensa. Comerciantes cariocas estavam presentes na área demarcada. Além disso, conforme expusemos, funcionários da Real Extração residentes do Rio de Janeiro, como o comissário Francisco de Araújo Pereira, compravam ali e remetiam ao Tejuco quase tudo que fosse pedido pelos administradores.

Nesse sentido, a Real Extração era abastecida não somente pelas mercadorias e víveres importados listados no capítulo anterior. A Junta Diamantina também poderia se abastecer dos gêneros de que necessitava no mercado interno, de modo que, como inferiu Júnia Furtado, “os interesses dos comerciantes e da Administração se misturavam”.³³⁸ No livro mestre da Diretoria Geral foram lançados alguns produtos e os respectivos valores pagos pela Real Extração nos anos de 1774 e 1775. Vejamos o quadro abaixo.

Quadro 15 - Compras da Real Extração (1774-1775)

Anos	Produtos	Valores
1774	Bois de <i>abegoaria</i>	192\$000 réis
1774	Fazendas gerais	4.368\$318 ½ réis
1774	Mantimentos “comestíveis”	35.920\$125 réis
1775	Bois de <i>abegoaria</i>	108\$000 réis
1775	Fazendas gerais	5.591\$212 ½ réis
1775	Mantimentos	78.757\$725 réis

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4084.

Como os mantimentos não se resumem apenas à alimentação, os registros diferenciaram os “mantimentos comestíveis” dos “mantimentos” que incluíam outros produtos. Seja como for, eles constituem a soma mais alta de mercadorias compradas pela Real Extração. Nos anos de 1774 e 1775, a Real Extração pagou, respectivamente, 35.920\$125 e 78.757\$725 réis por mantimentos. As “fazendas gerais”, isto é, quaisquer bens ou efeitos comerciáveis como roupas e drogas,³³⁹ somam valores relativamente altos, 4.368\$318 ½ réis, em 1774, e 5.591\$212 ½ réis, em 1775. Já os 32 bois comprados em 1774 totalizaram 192\$000 réis e os 17 comprados em 1775, 108\$000 réis.

³³⁷ COUTO. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais...*, 1994, p. 289.

³³⁸ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 115.

³³⁹ SILVA. *Dicionário da língua portuguesa...*, v. 2, 1789, p. 16.

Evidentemente, ao contrário do que fizemos no capítulo anterior com as remessas importadas, aqui não foi possível identificar na documentação a quantidade e muito menos detalhar as mercadorias compradas por estarem genericamente registradas. É necessário advertir que essas informações foram extraídas de livros mestres, cujo objetivo era controlar as despesas, por isso não era necessário que cada produto fosse rigorosamente pormenorizado. Mais importantes, afinal, os gastos anuais nunca deixavam de ser anotados. No entanto, para os mantimentos comestíveis, há outros dados na documentação que nos permitem verificar que gêneros eram esses e quem eram seus consumidores. No mesmo livro mestre citado, há uma relação dos gêneros alimentícios consumidos pela Real Extração no ano de 1775, sendo esse dispêndio feito pelos administradores gerais Manuel Batista Landim, Luís Lopes da Costa e José da Silva de Oliveira.

Quadro 16 - Consumo de alimentos pela Real Extração (1775)

Gêneros	Consumido por	Valores
Milho, fubá, feijão, carne, sal, azeite de mamona e fumo	Escravos empregados nos trabalhos de mineração, nos paióis e moinhos	53.809\$666 ½ réis
Milho, feijão e fubá	Cavalgaduras e condutores negros	5.185\$247 réis
Milho, capim, farinha e carne	Cavalgaduras dos feitores e condutores negros	52\$901 réis
Milho, capim, farinha, carne, sal, fumo e sebo	Bois de <i>abegoaria</i> e condutores negros	658\$634 réis
Carne, toucinho, galinha, farinha, açúcar, sal	Hospital da Administração (enfermeiros, escravos e doentes)	1.745\$361 réis
Farinha, feijão, carne, fubá, milho, sal e fumo	Escravos dos serviços dos paióis, Bicas, Araçuaí, armazém, escritório, comprador de mantimentos e cavalgaduras.	244\$110 réis
Farinha e carne	Pedestres da Administração	295\$350 réis
Milho, feijão, carne, farinha, fubá, sal, fumo e capim (rações extraordinárias)	Pedestres da Administração, negros e cavalgaduras dos feitores	104\$848 réis

Fonte: AHTCP. *Erário Régio*. Livro 4084.

A partir do quadro 16, podemos constatar alguns dos gêneros que deviam fazer parte da cultura alimentar da população diamantina, pois tais víveres eram consumidos tanto pelos escravos como por pessoas livres. No caso das últimas, porém, nota-se que eram pessoas mais

pobres, como feitores, pedestres e enfermeiros. Diante das informações contidas no quadro, é possível observar que a Real Extração gastava muito mais com a alimentação dos escravos, pois, como lembra José Newton Meneses, “suprir a necessidade mínima de manutenção era a preocupação de proprietários que norteava a alimentação dos cativos.”³⁴⁰ Para os negros empregados na mineração, quer os alugados, quer os próprios da Junta Diamantina, a Real Extração disponibilizava para o consumo basicamente fubá, milho, feijão, farinha, sal e carne. No entanto, seria errôneo determinar que as características alimentares se resumissem ao oferecido pela referida instituição. De acordo com Daniel Roche, “apreciar o regime alimentar da maioria da população é levar em conta também as ‘ervas’ do jardim, os ovos e a pequena criação, a caça autorizada ou proibida, a pesca, as colheitas na floresta, a diversidade geográfica e a variação social.”³⁴¹ Em sua pesquisa, Meneses afirmou que os alimentos que “davam no mato”, como os frutos silvestres, enriqueciam a alimentação cotidiana não somente de escravos, mas como de outras pessoas, sobretudo aquelas que moravam na roça.³⁴² Nesse sentido, a alimentação dos escravos não parecia diferenciar-se da recebida pelos funcionários subalternos. Já os gêneros alimentícios consumidos pelos enfermos no hospital da Administração distinguiam-se dos demais pela introdução de toucinho, açúcar e galinha.

Quanto aos gastos com esses alimentos, o mais elevado foi para os que se destinavam aos serviços de extração de diamantes, somando 53.809\$666 ½ réis. A razão do alto custo dos alimentos reservados às lavras diamantíferas tem relação com a grande quantidade de pessoas sustentadas pela Real Extração. Lembremos, como foi dito, que somente o número de escravos no início da Administração oscilava em torno de quatro mil. Além dos negros empregados nos paióis e nos moinhos, o número do pessoal aumentaria vertiginosamente se tivéssemos conhecimento aproximado da quantidade dos citados feitores, guardas, pedestres, compradores, enfermeiros etc. Assim, essa era a maior soma porque tais alimentos eram consumidos por grande número de pessoas. Na escala de gastos, estão em segundo lugar os relativos à alimentação das cavalgaduras e dos negros condutores, totalizando 5.185\$247 réis. O terceiro maior gasto, 1.745\$361 réis, refere-se aos alimentos consumidos pelos doentes no hospital da Administração.

É necessário ressaltar que entre os consumidores desses alimentos não há menções aos altos funcionários da Real Extração, tais como os administradores e intendentess. Não é o caso

³⁴⁰ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 119.

³⁴¹ ROCHE. *História das coisas banais...*, 2000, p. 300.

³⁴² MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 119.

de supor que a alimentação das pessoas mais abastadas se diferenciava muito da de camadas inferiores, pois os dados apontam tão somente para despesas referentes propriamente ao consumo alimentar dos empregados subalternos e escravos. Para Meneses, é provável que os alimentos de ricos e pobres não variassem muito, ao contrário dos hábitos à mesa, como o uso de talheres. Além disso, ainda de acordo o autor, o milho, gênero que mais aparece no quadro, “era o produto alimentar mais consumido, tanto pelas pessoas de posse, quanto pelo homem comum.”³⁴³ Na mesa da corte josefina, segundo Leila Algranti, “o pão e a carne eram os elementos centrais na composição de uma refeição”.³⁴⁴ Na colônia, salienta Meneses, “as culturas de milho e feijão se configuraram na associação da produção agrícola mais comum daquele tempo.”³⁴⁵ O milho, sob a forma de fubá ou farinha, estava muito presente na alimentação básica das pessoas ligadas à Real Extração, mas não compunha sozinho as refeições. Há, portanto, alguma diversidade nelas.

Embora os dados levantados por nossa pesquisa sejam referentes apenas aos anos de 1774 e 1775, é possível inferir que as informações expostas se constituam como uma espécie de padrão dos gastos e do consumo alimentar da Real Extração. A propósito, todos os dispêndios da Real Extração, registrados entre 1772 e 1788, são praticamente os mesmos: mantimentos, fazendas, jornais, letras etc.³⁴⁶ Os alimentos citados continuaram a fazer parte das despesas anuais da Administração pelo menos entre os anos de 1778 e 1784, conforme podemos observar nas fontes da Casa dos Contos pertencentes ao Arquivo Nacional. A partir de documentos dessa coleção, Angelo Carrara listou os gêneros comprados pela Real Extração. São eles: açúcar, aguardente do Reino, arroz, azeite, azeite de mamona, bacalhau, cachaça, carne fresca, carne seca, farinha de mandioca, feijão, fumo, manteiga do Reino, milho, rapadura, sal, toucinho, vinagre e vinho.³⁴⁷ Ainda de acordo com a análise do autor, no período de 1778 a 1784 “o milho e o feijão respondem por mais de 60% de todo o custo da Real Extração, tendência que cresce e atinge 72% no final do período, mesmo com os preços em alta.”³⁴⁸

A participação da Extração Diamantina no dinâmico comércio não se resumia às compras para seu abastecimento. Conforme havíamos mencionado no segundo capítulo, parte das mercadorias importadas pela Real Extração era vendida no Distrito. Assim, a Administração tinha um papel duplo no comércio de abastecimento da área diamantina. No já

³⁴³ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 113.

³⁴⁴ ALGRANTI. Notas sobre a mesa da casa Real portuguesa no reinado de D. José I, 2010, p. 107.

³⁴⁵ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 179.

³⁴⁶ APM, CC - 21116.

³⁴⁷ CARRARA. Minas e currais..., 2007a, p. 91.

³⁴⁸ CARRARA. Minas e currais..., 2007a, p. 92.

referido livro mestre da Diretoria Geral, registrou-se que, no ano de 1774, as vendas da Real Extração, feitas a cargo dos administradores gerais Manuel Batista Landim, Luís Lopes da Costa e José da Silva de Oliveira, somaram 6.264\$184½ réis. Sendo que 1.131\$544½ réis eram relativos à venda de “fazendas gerais”, 2.600\$629 à venda de mantimentos e 2.532\$011 réis à venda de “medicamentos de botica”.³⁴⁹

A documentação não é minuciosa no que diz respeito aos compradores. Consta somente que as mercadorias vendidas em 1774 foram destinadas às “fábricas” de mineração, as quais, como se sabe, eram dirigidas pelos próprios funcionários da Real Extração. Por isso, não é possível afirmar com propriedade se as mercadorias eram vendidas sem restrição ou se eram reservadas somente aos serviços diamantíferos e ao expediente da Administração Diamantina. Uma hipótese, a qual infelizmente não podemos comprovar por enquanto, seria que a Real Extração disponibilizava seus artigos a todos, sendo o produto das vendas mais uma forma de arrecadação.

Seja como for, em 1775 as vendas da Administração totalizaram 5.196\$037½ réis, sendo: 487\$425 de “fazendas gerais”; 2.506\$350 de gêneros comestíveis; 2.060\$362½ de medicamentos; 18\$375 de móveis (um catre e duas mesas); 16\$800 pela venda de 5 esteios e uma “madre”; 97\$012½ por um escravo chamado Francisco; e 10\$312½ relativamente a um catre, 4 foices e uma serra braçal.³⁵⁰ Aqui também não constam os compradores, tampouco o destino das mercadorias. Por outro lado, houve maior detalhamento dos produtos vendidos, sobretudo no caso da mobília existente nos espaços internos da Real Extração. Se, como sugere Daniel Miller, a partir da análise dos mobiliários das moradias é possível descortinar relações de poder e aspectos de foro íntimo³⁵¹, o estudo dos seus usos e materialidade também renderia significativas reflexões acerca da organização e divisão dos ambientes de trabalho e sociabilidade nas zonas mineradoras. Em referência à perspectiva analítica de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, Maria Aparecida de Menezes Borrego sintetiza que

além de considerar os atributos físicos dos móveis como testemunhos das transformações socioeconômicas, suas qualidades materiais incitam a pensar sobre as diferentes formas de interação entre corpos e artefatos numa determinada conjuntura e o decorrente papel dos artefatos - quando em uso pelos indivíduos - como mediadores de relações humanas e conformadores de práticas sociais.³⁵²

³⁴⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 46, 6-11-1786.

³⁵⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 68, 02-12-1786.

³⁵¹ MILLER. *Trecos, troços e coisas*, 2013.

³⁵² BORREGO. *Artefatos e práticas sociais em torno das refeições* (São Paulo, séculos XVIII e XIX), 2016, p. 103.

Voltemos às vendas da Real Extração. Apesar da falta de dados mais completos, foi possível observar a participação da Real Extração no comércio do Distrito a partir dessas vendas, atividade que era controlada pela administração em Lisboa. Em carta de 15 de julho de 1778, os diretores da Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes escreveram aos administradores do Arraial do Tejuco dizendo terem recebido a “relação das fazendas vendidas por essa Administração desde o 1º de janeiro de 1774 até 31 de dezembro de 1776, sobre as quais vendas se nos oferece dizer a VM.^{ces} que as devem continuar de tudo o que se fizer inútil para o serviço da mesma Administração.”³⁵³ Ao que tudo indica, algumas das mercadorias consideradas inúteis para o expediente na sede administrativa são aquelas vendidas em 1776, como a foice, a serra braçal, a mesa, a madre, o catre, os esteios e as mesas. Além disso, é possível inferir que algumas delas fossem remanescentes do sexto contrato dos diamantes. Compradas antes do estabelecimento da Real Extração, foram, com o tempo, tornando-se dispensáveis.

4.3 A produção

Na epígrafe escolhida para o início deste capítulo podemos ler que o comércio e a agricultura são as principais atividades que costumam sustentar três rendimentos consideráveis da Capitania de Minas Gerais, quais sejam, o direito do quinto, das entradas e dos dízimos. A tributação sobre as referidas atividades era uma importante fonte de arrecadação de rendas reais. No mesmo documento, isto é, nas instruções do Erário Régio ao governador de Minas, de 1775, do qual retiramos a aludida epígrafe, diz-se também que “em toda a parte os importantes interesses da agricultura formaram a felicidade pública, e nessa capitania ainda são de maior importância os seus utilíssimos progressos [que] em outra qualquer parte”.³⁵⁴ Certamente, a preocupação com a agricultura não diz respeito apenas aos impostos sobre ela incididos, pois a arrecadação dos dízimos, que “correspondia à décima parte da produção agrícola e pastoril destinada à venda”, segundo Angelo Carrara, era estável

³⁵³ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 248-249, 15-7-1778.

³⁵⁴ AHTCP. *Erário Régio*. “Instruções que se deram pelo Real Erário ao governador e capitão-general de Minas Gerais”. Livro 4070, p. 1-17, 7-2-1775.

no período.³⁵⁵ Ainda na mesma instrução, o marquês de Pombal, como presidente do Erário Régio, ordenava ao governador que tomasse todas as medidas cabíveis no que diz respeito às contendas entre os lavradores e os contratadores. Estes, movidos unicamente pela cobiça, “oprimiam” os roceiros

[...] com pleitos injustos de que são tão avultadas as custas, que o pobre lavrador se vê obrigado a desemparrar as terras, que a força de trabalho concorriam para a sua sustentação, unicamente por se considerar sem cabedais para tamanhas despesas e dívidas; ao que se ajunta a insofrível ambição dos Oficiais de Justiça nascendo das que ficar o lavrador reduzido a última miséria, as terras sem cultura, e a capitania sem habitadores, os mais necessários e mais úteis.³⁵⁶

Aqui, retomamos a proposição sobre o abastecimento ter sido uma preocupação constante das autoridades metropolitanas. No excerto documental acima, há claras evidências que corroboram neste sentido. O aumento da arrecadação dos direitos e rendas reais era fundamental para as finanças do Império português, mas não menos importante era a situação dos lavradores na Capitania de Minas Gerais. Os “pleitos injustos” inviabilizavam a continuidade da agricultura. As “terras sem cultura” não prejudicariam somente as receitas da Real Fazenda, mas também a população de modo geral que, sujeita à miséria e à fome, estaria mais disposta aos motins, cujos resultados não seriam outros senão a instabilidade social. Nesse contexto de reformismo ilustrado ou de pragmatismo iluminista, segundo Lorelai Kury, as práticas administrativas, sobretudo as executadas pelo Estado, visavam “racionalizar o funcionamento da sociedade, conhecer e controlar as populações, a produção, os fluxos e os usos das mercadorias.”³⁵⁷ Assim, manter a ordenação da sociedade passava pelas tentativas de garantir a subsistência das camadas mais pobres, incluindo o incentivo à agricultura e ao comércio, além do controle do abastecimento. O bem comum é, diríamos, a questão que perpassa todas essas medidas. Para o Distrito Diamantino, os diretores e administradores tinham preocupações parecidas. Antes, porém, observemos algumas clássicas descrições sobre a geografia e o território da área demarcada.

As terras diamantinas foram por muitos consideradas inférteis. Os viajantes que passaram pelo Brasil nas primeiras décadas do século XIX reproduziram praticamente os mesmos discursos sobre o abastecimento da área demarcada. Quando referiu-se ao Arraial do Tejuco, o inglês John Mawe registrou que “por estar em distrito estéril, que nada produz para a alimentação de seus habitantes, em número de seis mil, o Tejuco se abastece em fazendas

³⁵⁵ CARRARA. A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775–1807, 2011, p. 33.

³⁵⁶ AHTCP. *Erário Régio*. “Instruções que se deram pelo Real Erário ao governador e capitão-general de Minas Gerais”. Livro 4070, p. 1-17, 7-2-1775.

³⁵⁷ KURY. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810), 2004, p.110.

afastadas várias léguas.”³⁵⁸ Essa afirmativa de Mawe é interessante. Apesar de termos evidenciado a importação de mercadorias europeias, é certo que, no dizer do mineralogista, “várias léguas” refiram-se às unidades produtivas não tão longes, possivelmente dentro dos limites da Comarca do Serro do Frio ou dentro da própria área diamantina. Seja como for, a afirmação de Mawe é reducionista e não dá conta da complexidade econômica do território diamantino. Algumas páginas à frente, Mawe se contradiz: “a terra produziria sem muita dificuldade colheitas excelentes, desde que fizessem quais (*sic*) cercados.”³⁵⁹ Essa mudança descritiva certamente ocorreu porque o viajante conheceu outras partes da Demarcação em que era visível a produtividade da terra. O mesmo aconteceu com August de Saint-Hilaire.

Inicialmente, Saint-Hilaire descreveu a região como a mais “elevada da Província de Minas”, com “rochedos sobranceiros, altas montanhas, terrenos arenosos e estéreis, irrigados por um grande número de riachos, sítios os mais bucólicos, uma vegetação tão curiosa quão variada.”³⁶⁰ Assim como Mawe, relatou que os arredores do Arraial do Tejuco possuíam solo extremamente árido e não produzia nem mesmo gêneros essenciais à sobrevivência dos moradores. Segundo ele, “os víveres que aí são consumidos, tanto pelos habitantes da aldeia como pelos negros empregados na pesquisa dos diamantes, vêm de 10, 15, 20 e 24 léguas de distância; principalmente de Rio Vermelho, Penha, Arassuaí etc., e sobretudo Peçanha.”³⁶¹ Posteriormente, no entanto, relatou: se “se adotasse nessa região um sistema de agricultura mais racional [...], podia-se cultivar, em vários pontos do Distrito, o centeio, os feijões, outros grãos miúdos e talvez mesmo a cevada.”³⁶²

As descrições do também francês Alcides D’Orbigny não trazem novidades quanto ao assunto em pauta. Com descrição parecida com as dos mencionados viajantes, o solo diamantino foi por ele caracterizado como “tão ingrato e tão árido, que se tem de mandar buscar víveres a quinze ou vinte léguas de distância”.³⁶³ Recuando aos últimos anos do século XVIII, as narrativas dos estrangeiros encontram aproximações com as feitas por portugueses como José Joaquim da Rocha e José Vieira Couto. Para o primeiro, a “terra é de pouca produção”.³⁶⁴ Para o último, a Comarca do Serro do Frio tinha o “terreno mais agro, frágil e estéril”.³⁶⁵ Sem entramos em discussões relativas às intencionalidades dos autores das obras, as memórias de homens que viveram no Dezoito e os relatos de viajantes e naturalistas no

³⁵⁸ MAWE. *Viagens ao interior do Brasil*, 1978, p. 58.

³⁵⁹ MAWE. *Viagens ao interior do Brasil*, 1978, p. 158.

³⁶⁰ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, 1974, p. 13.

³⁶¹ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, 1974, p. 30.

³⁶² SAINT-HILAIRE. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, 1974, p. 30.

³⁶³ D’ORBIGNY. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1976, p. 135.

³⁶⁴ ROCHA. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, 1995, p.133.

³⁶⁵ COUTO. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais...*, 1994, p. 53.

início do Dezenove são importantes fontes. Porém, como todo documento devem, diante do exposto, ser lidos com cuidado. Felizmente, pesquisas a partir de documentação manuscrita, sobretudo as empreendidas a partir de testamentos e inventários *post-mortem* evidenciaram uma vigorosa produção interna na Capitania de Minas Gerais.

Especificamente sobre nosso recorte espacial, destacamos a já citada obra de José Newton Coelho Meneses, cuja pesquisa é sobre a produção alimentar na Comarca do Serro do Frio, principalmente no Arraial do Tejuco e na Vila do Príncipe.³⁶⁶ Outro pesquisador que não podemos deixar de citar é Marcos Lobato Martins. Em artigo sobre a temática, ele objetivava “avaliar o peso que a agropecuária adquiriu na sociedade colonial do nordeste mineiro”.³⁶⁷ Nesse sentido, para o autor, pouco tempo após a descoberta dos diamantes no Arraial do Tejuco as atividades agropastoris estavam disseminadas. No período de nosso interesse, isto é, o da Real Extração, Martins afirma ter havido separação entre as unidades agropastoris e as unidades mineradoras no Distrito Diamantino, pois nos inventários de proprietários rurais, por ele pesquisados, não constam referências a instrumentos de mineração ou lavras de ouro. É preciso destacar que essa interpretação difere das de autores como Carla Almeida³⁶⁸, José Newton Meneses³⁶⁹ e Francisco Andrade³⁷⁰, para os quais não era comum tal separação nas Minas. Meneses, por exemplo, ao estudar a mesma região que Martins, mostrou que no mesmo espaço da maioria das terras produtivas havia extração mineral e produção agropecuária. Em outro ponto desenvolvido no artigo de Martins a conclusão é: “boa parte do abastecimento da população da Comarca do Serro do Frio era garantida pela produção agropecuária da própria região, desenvolvida em unidades escravistas ou camponesas desde os momentos iniciais de ocupação do território.”³⁷¹ Concordamos com o historiador. Embora o mercado de importados fosse pujante e houvesse comércio de víveres trazidos do Rio de Janeiro, como o praticado pelo João Carneiro da Silva, também havia produção local, da qual a Real Extração se abastecia. Vejamos como se dava a relação entre os produtores e a Administração diamantina.

Como dito, José Newton Meneses já havia chamado atenção para os sítios, chácaras e fazendas nas adjacências do Distrito Diamantino. A documentação do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal, aqui analisada, também indica a existência de diversas roças

³⁶⁶ MENESES. *O continente rústico...*, 2000.

³⁶⁷ MARTINS. Agricultura e abastecimento na Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais: 1717-1820, 1999, p. 45. Ver também: MARTINS. *Da bateia à enxada: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*, 2000.

³⁶⁸ ALMEIDA. *Ricos e pobres em Minas Gerais...*, 2010.

³⁶⁹ MENESES. *O continente rústico...*, 2000.

³⁷⁰ ANDRADE. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*, 1994.

³⁷¹ MARTINS. Agricultura e abastecimento..., 1999, p. 56-57.

na região, a partir das quais os produtores ou roceiros, como eram chamados, faziam negócios com a Real Extração. As trocas de cartas entre as autoridades da Diretoria e da Administração são nosso ponto de partida.

Aos 16 de julho de 1776, os diretores gerais, em Lisboa, escreveram aos administradores do Tejuco dizendo estarem

[...] de acordo na quantia que ficavam devendo diversos roceiros, provenientes das somas que VM.ces adiantaram para segurarem a comodidade dos preços dos mantimentos de que não havia abundância, e se faziam precisos a essa Administração, porém temos de dizer a VM.ces que devem ter particular cuidado em fazer que aqueles devedores encontrem as suas dívidas, como as entregas a que se obrigaram e que quando praticarem semelhantes adiantamentos, seja a roceiros seguros que no tempo competente cumpram as suas obrigações e, de nenhuma sorte, aos que forem remissos e suspeitosos em satisfazê-las.³⁷²

Essa carta deixa claro que a Real Extração comprava mantimentos dos roceiros da região. Além disso, evidencia uma delicada situação, por motivo de não haver mantimentos em abundância naquele período. Por isso, foi imprescindível fazerem-se adiantamento aos roceiros para garantir que os gêneros necessários para o abastecimento da Administração não faltassem. Obviamente, as preocupações financeiras também estavam presentes. Os roceiros foram pagos anteriormente, mas não entregaram os gêneros negociados, devendo os administradores procederem na cobrança de suas dívidas. No primeiro capítulo salientamos que, de modo geral, as autoridades do Tejuco empenhavam-se pouco no controle das atividades e das despesas da Real Extração. Como dito naquele, os principais conflitos entre os diretores e os administradores são diminutos e dizem respeito basicamente ao abastecimento.

Em todo caso, não obstante os administradores apresentassem dificuldade na execução das ordens emanadas do Reino, as cartas seguintes dos diretores mostram que os referidos funcionários estavam cumprindo pelo menos a exigência da comunicação constante. No dia 2 de dezembro de 1777, isto é, pouco mais de um ano depois das reclamações a respeito dos adiantamentos e dívidas dos roceiros, os diretores voltaram a escrever sobre o mesmo assunto. Como os mantimentos eram para o “sustento da escravatura”, eles recomendavam a concessão de adiantamentos somente aos roceiros “que tiverem meios de satisfazerem as condições do ajuste que pactuarem e de nenhuma sorte aos de que se duvidar que possam cumprir o mesmo

³⁷² AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 179-181, 16-7-1776.

ajuste, se o ano não for abundante dos mesmos mantimentos”.³⁷³ A essa altura, as dívidas dos roceiros somavam 2:695\$575 réis, relativos aos mencionados adiantamentos feitos nos três anos antes do envio da carta, isto é, de 1774 a 1776. Os diretores acreditavam que a dívida seria extinta com as aguardadas “entregas de milho que VM.ces deles esperavam receber.”³⁷⁴ Assim, os adiantamentos dados aos roceiros se, por um lado, pareciam garantir o abastecimento alimentar dos empregados da Real Extração, por outro, eram motivo de preocupação. O receio de não receber os mantimentos já pagos fazia com que os diretores gerais estabelecessem regras para tais adiantamentos na tentativa de obter maior controle sobre a situação.

Outro motivo de preocupação da Diretoria Geral era o preço dos mantimentos comprados na Demarcação Diamantina. Esse é um assunto merecedor de análise mais detida em futuras pesquisas. No entanto, limitamo-nos aqui às referências que nos possibilitem a apreensão de características atinentes ao controle da Real Extração. Em 12 de dezembro de 1777, os diretores responderam à carta dos administradores relatando estarem felizes com as últimas notícias e que se “as roças estivessem escapadas, do que precisamente se havia de seguir grande abundância de mantimentos neste ano e pelo baixo preço que deviam ter, nos persuadimos que estará recuperado o excesso daquele por que se compraram nos dois últimos anos para essa Administração”.³⁷⁵

Como afirmou José Newton Coelho Meneses, a preocupação com o abastecimento “se manifesta mesmo em períodos de abundância.”³⁷⁶ É exatamente o que podemos observar no excerto documental acima. Aliás, esse é um tipo de discurso muito comum nas fontes analisadas. Em quase todas as cartas, as autoridades falam da abundância de víveres. Aqui, a preocupação central não é a falta, mas o preço dos alimentos. Logicamente, com a fartura de mantimentos, os preços estariam mais baixos. Os administradores, então, deveriam aproveitar o momento para estocá-los nos paióis da Real Extração, levando em consideração que, aparentemente, já tinham sido pagos aos roceiros nos anos anteriores. Dessa forma, apesar da distância temporal, podemos questionar o relato do viajante francês Alcide D’Orbigny, para

³⁷³ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 216-217, 2-12-1777.

³⁷⁴ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 219-220, 7-12-1777.

³⁷⁵ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 223-224, 12-12-1777.

³⁷⁶ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 131.

quem “os artigos de primeira necessidade são muito mais caros [no Distrito Diamantino] que os de qualquer outra cidade do interior” e que, ali, a mandioca, o milho e o arroz eram vendidos a “preços exorbitantes.”³⁷⁷

Passaram-se alguns anos e os mesmos assuntos relatados em 1776 continuaram como temática central na comunicação entre os funcionários da Real Extração. Em carta de 4 de agosto de 1780, podemos perceber melhor a relação entre as autoridades e os roceiros da área demarcada. Agora, com uma pequena diferença, a situação a ser solucionada dizia respeito ao aumento do preço do milho. Os diretores da Real Extração reportaram os acontecimentos ao presidente do Erário Régio, que escreveu ao intendente João da Rocha Dantas e Mendonça:

Pelo que pertence terem suspenso os roceiros a venda do milho pelo preço de 225 réis e haver-se ordenado aos paioleiros dessa Administração que o recebessem pelo de 300 réis, por não prometer abundante colheita a falta de cultura dos roçados: obrou-se o que se devia em comprar por este preço o milho necessário para o provimento dos paióis da mesma Administração, antes que a precisão a pusesse na necessidade de oferecer maior preço pelo dito gênero, o que se deverá sempre precaver, especialmente no tempo das colheitas dos frutos, em que é maior a abundância deles e a comodidade dos preços para se fazer as provisões, como tenho ordenado a VM.ce.³⁷⁸

A Real Extração, mesmo com o aumento do preço do milho, não deixava de adquiri-lo. Como dito, o milho era o alimento mais consumido pela população sustentada pela Junta Diamantina. Por isso, não havia saída senão a autorização para sua compra. Em razão do referido encarecimento, porém, diziam as recomendações contidas na carta, deviam-se comprar os alimentos no período em que se encontravam em abundância, pois assim estariam com preços mais acessíveis. Lembremos que o equilíbrio das contas era fundamental para a instituição, como discutimos nos capítulos anteriores. Aos paioleiros ordenou-se que os mantimentos fossem comprados “no tempo das colheitas”, devendo ser armazenados para facilitar a comodidade e evitar a compra em períodos de menor oferta e, portanto, de maior preço, como ocorreu com o milho em 1780, tendo aumentado em 75 réis.

A Real Extração, com base nos já citados parágrafos do Regimento Diamantino, não objetivava somente cessar o extravio de diamantes a partir do controle de questões relacionadas ao comércio e à produção. Garantir seu próprio abastecimento e a subsistência dos empregados nos trabalhos de mineração era tema não menos importante. No entanto, o controle não se limitava somente ao que estivesse estritamente ligado à Real Extração. As autoridades se preocupavam com o abastecimento da população diamantina de modo geral.

³⁷⁷ D'ORBIGNY. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1976, p. 135.

³⁷⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 44-47, 4-8-1780.

Assim, a venda dos víveres produzidos por roceiros da região precisava ser organizada. A Administração dos Diamantes, da mesma forma que as Câmaras, pretendeu regular tal atividade ao estabelecer regras para os produtores de frutos no Arraial do Tejuco. Em 19 de dezembro de 1780, o presidente do Erário Régio, em carta ao desembargador intendente José Antônio de Meireles Freire, relatou:

Pelo que pertence a casa nesse Arraial do Tejuco, para a qual transportam os roceiros os seus frutos para os venderem: suposta a informação de VM.^{ces} de ser impossível aos mesmos roceiros ter cada um ou muitos uma casa para os exporem à venda, tanto pela falta delas, como porque ficariam mais caros os ditos frutos, se deve considerar de utilidade comum a referida casa, não obstante arrematar-se cada triênio o seu rendimento por maior quantia do que elas valem. E enquanto ao arrendatário da mesma casa comprar dos roceiros os mantimentos que não vendem logo, para revendê-los, como ele nestas compras não faz monopólio porque compra o que está exposto à venda e não acha comprador, deve Vm.^{ce} averiguar se o mesmo arrendatário é dos mercadores que permite-se nesse arraial o §33 do Regimento [Diamantino] com assistência do desembargador intendente, e fazer pôr logo em prática o que nela se assentar que é mais conveniente, dando-me conta do que assim se entendeu, para o aprovar se o merecer.³⁷⁹

Nesse trecho, a ideia de evitar o descaminho de diamantes estava presente, mas o propósito da carta não se limita a isso. Para esse caso, a recomendação dada pelo inspetor-geral do Erário Régio é para se observarem a idoneidade dos arrendatários das “casas”, de acordo com as disposições do Regimento Diamantino. Assim, pessoas facilitadoras ou suspeitas de extravios estariam excluídas. Por outro lado, na comunicação das autoridades fica evidente o intenso comércio de frutos na área demarcada, apontando para a existência de roças no Arraial do Tejuco ou nas suas adjacências. Tal atividade era expressiva e dinâmica, pois havia grande quantidade de roceiros e revendedores de mantimentos no referido arraial, tanto é que não havia “casas de comércio” para todos realizarem suas vendas.

Como citamos, José Newton Meneses apreendeu o cotidiano de produtores de alimentos na mesma região aqui estudada.³⁸⁰ Não sabemos se tais homens e mulheres chegaram a negociar com a Real Extração o excedente produtivo. O autor citado não incorporou à sua análise, centrada na produção alimentar, a participação da Real Extração no controle e comércio do abastecimento de mantimentos na região e, muito menos, acessou a documentação que neste trabalho se privilegia. As informações trazidas à tona, porém, confirmam a proposição do referido autor sobre a produção e comércio de alimentos se processarem em torno do Tejuco, já que a grande maioria dos inventariados por ele estudados

³⁷⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 66-69, 19-12-1780.

³⁸⁰ MENESES. *O continente rústico...*, 2000.

eram domiciliados naquele arraial.³⁸¹ Sem dúvidas, o Tejuco era “o centro dinâmico dessa economia”³⁸², onde produtores, comerciantes e moradores se encontravam, onde as transações comerciais ocorriam sob a inspeção da Junta Diamantina. Todavia, com o passar do tempo e com os novos descobertos diamantíferos, apesar da regularidade do mercado de abastecimento, surgiram novas demandas e problemas a serem solucionados pelos funcionários da Real Extração.

Por volta de 1780, diante das apresentadas dificuldades em negociar com os roceiros e dos preços dos mantimentos por eles vendidos, os administradores da Real Extração quiseram estabelecer novas lavouras para facilitar o abastecimento alimentar. Nesse ano, além das roças já existentes nos serviços de Caeté-Mirim e de Araçuaí, eles iniciaram o cultivo de víveres nas proximidades do serviço da Serra de Santo Antônio do Itacambirucú. O local, segundo eles, apresentava comodidade para tal fim.

Ao norte da Demarcação Diamantina, a referida Serra estava a 47 léguas do principal núcleo urbano, o Tejuco.³⁸³ Para Ivana Parrela, a região “teve a condição de destacamento, [isto é,] pequenos distritos diamantinos distintos da Demarcação Diamantina, mas submetidos à Intendência e à Real Extração.”³⁸⁴ Segundo essa autora, todos os novos terrenos diamantíferos descobertos a partir da monopolização sobre os diamantes de 1771 seriam caracterizados como destacamentos. Parrela sustenta a afirmativa com base na hipótese de que “não havendo mais a figura do particular a conduzir a exploração, a administração tendeu a relaxar o seu controle espacial sobre as vastas áreas potencialmente produtoras de diamantes para exercer um controle mais estrito sobre as áreas onde já havia se certificado da existência da riqueza.”³⁸⁵ Ora, como lembra Júnia Furtado, desde de 1731, quando a área foi demarcada pela primeira vez, “os limites do Distrito [...] foram a partir daí constantemente alterados para englobarem os novos achados de diamantes”.³⁸⁶ Nesse sentido, a Serra já conhecida pela exploração aurífera desde meados do Dezoito e pelas esparsas referências ao descobrimento de diamantes, era uma recente incorporação ao Distrito por terem sido encontrados diamantes em profusão. Não era um território distinto, mas integrante da Demarcação tanto na geografia quanto administrativamente. Além disso, o controle sobre a Serra não era exatamente “relaxado”. Inicialmente, a exploração não era vantajosa para a Real Extração pelo receio de resultar em gastos desnecessários, que deveriam ser evitados. Assim, para Joaquim Felício

³⁸¹ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 148.

³⁸² MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 145.

³⁸³ PARRELA. *O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino*, 2009.

³⁸⁴ PARRELA. *O teatro das desordens...*, 2009, p. 38.

³⁸⁵ PARRELA. *O teatro das desordens...*, 2009, p. 23.

³⁸⁶ FURTADO. *O livro da capa verde...*, 1996, p. 25.

dos Santos, a exploração de diamantes na Serra de Santo Antônio não foi imediata às primeiras notícias acerca dos descobertos pelos garimpeiros porque

Por muitos anos a [Real] Extração não se animou a explorar aqueles terrenos, receando que não dessem interesses superiores às despesas; e porque as recomendações da Diretoria de Lisboa eram de não se arriscar a Administração em explorações novas de resultado incerto, enquanto existissem serviços já conhecidos no Tejuco e lugares vizinhos.³⁸⁷

Segundo o memorialista, somente em 1781 os diamantes ali apareceram em abundância junto com as notícias acerca do escandaloso contrabando, resultando em grande violência no sertão diamantino a partir de 1782, conforme desvelou Ivana Parrela.³⁸⁸ Assim, a Real Extração passou a controlar, não sem dificuldades, a exploração de diamantes na Serra do Itacambiruçu. O controle sobre o abastecimento também foi ali exercido. A primeira medida dos administradores para garantir a subsistência dos empregados na nova área foi pedir autorização aos diretores lisboetas para poderem cultivar alimentos junto ao serviço de mineração. A justificativa para o estabelecimento de roças seria a distância entre a Serra e o Arraial do Tejuco, de onde eram carregados os gêneros alimentícios para consumo dos empregados no referido serviço, fazendo com que a condução de mantimentos se tornasse mais cara e árdua. Em resposta, os diretores gerais advertiram sobre a necessidade de cautela nesse assunto, pois caso os escravos fossem empregados na cultura de alimentos podiam facilmente desviarem-se do trabalho principal de mineração. Eles temiam que o plantio aumentasse as despesas da Real Extração, sendo talvez até maiores do que se os mantimentos fossem comprados no Tejuco e conduzidos até a serra. Por isso, eles reprovaram a ideia dos administradores:

Por estes e outros inconvenientes que entendemos são presentes a VM.^{ces}, temos por mais útil e acertado que VM.^{ces}, nas ocasiões que se precisarem de mantimentos no referido Itacambiruçu, os façam comprar nas roças que lhe forem mais próximas, e ajustar com os roceiros, com a condição de os entregarem nos paióis daquele serviço, como é costume, e se executam as compras para os serviços que, como o sobredito, estão em longa distância desse Arraial [do Tejuco].³⁸⁹

Mesmo sem a autorização dos diretores, os administradores insistiram no cultivo de alimentos. Tendo recorrido às demais autoridades da Junta da Administração, eles conseguiram certidões a fim de aprovar a viabilidade para o estabelecimento da roça, ficando de comum acordo quanto à utilidade para a Real Extração. Assim, em 31 de janeiro de 1783, os diretores voltaram a escrever dizendo estarem conformados com a decisão, pois tudo

³⁸⁷ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 149.

³⁸⁸ PARRELA. *O teatro das desordens...*, 2009.

³⁸⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 25-26, 12-7-1780.

indicava não haver outro meio de abastecer o serviço da Serra de Santo Antônio. Dessa forma, eles autorizavam a lavoura pretendida desde que

[...] nela não se introduza relaxação e tire a Real Extração o interesse que se lhe propõem, e que no amanho da mesma roça empreguem dos escravos próprios da Administração, os que pela maior idade e outros defeitos não servirem para os trabalhos da mineração, e para nos ser constante a utilidade que der este estabelecimento, ordenarão VM.^{ces} que se faça conta distinta de toda despesa que nele se fizer, e de tudo o que for seu rendimento.³⁹⁰

As recomendações dos diretores parecem não ter surtido muito efeito. A roça foi estabelecida, mas os administradores pouco preocuparam-se em dar satisfação sobre a situação da lavoura. Por conta disso, em 3 de setembro de 1784, os diretores reclamavam do descuido dos administradores afirmando não ser o bastante a escrituração dos gastos e rendimentos com o cultivo, também era necessário o envio da conta “[...] na qual devem vir calculados todos os frutos, que constituíram aquele rendimento pelos preços médios por que ali correram no respectivo tempo da colheita, para sabermos a utilidade que resultou à Real Fazenda desse estabelecimento.”³⁹¹

A partir do envio das contas de despesa com a roça, os problemas relativos à conveniência das plantações começaram a aparecer. Cerca de um ano depois, em 27 de setembro de 1785, os diretores gerais questionaram a serventia da produção, pois tinham recebido o balanço e constataram que a despesa havia excedido o valor estabelecido. Também não ficaram satisfeitos com as últimas colheitas. Em 1784, elas totalizaram 779 alqueires de milho e 134 de feijão.³⁹² Apesar de terem superado o rendimento de 1783, a saber, 700 alqueires de milho e 21 de feijão, os diretores estavam insatisfeitos.³⁹³ Não é difícil compreender o motivo do descontentamento, pois a alimentação dos empregados da Real Extração, como mencionado, não contava apenas com milho e feijão. Nesse sentido, não era vantajoso cultivá-los, pois os demais gêneros teriam de ser comprados e conduzidos até a serra juntamente com as ferramentas para mineração, as roupas para os escravos e feitores, as drogas de botica, entre tantos outros produtos fundamentais à exploração diamantífera, como vimos no capítulo anterior. A partir de 1786, segundo Parrela, as despesas com a plantação de

³⁹⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 198-200, 31-1-1783.

³⁹¹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 268-270, 3-9-1784.

³⁹² PARRELA. *O teatro das desordens...*, 2009, p. 66.

³⁹³ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 289-290, 27-9-1785.

roças passaram a ser custeadas pela própria lavra da serra³⁹⁴, não impedindo que os dirigentes da Real Extração preferissem interromper a cultura de gêneros naquela região em função da pouca diversidade de produção e das altas despesas.

Assim, a 1º de agosto de 1786, a Diretoria Geral da Real Extração decidiu encerrar aquela cultura de alimentos. Segundo os diretores, a plantação não tinha utilidade alguma à Real Fazenda, pois as despesas constantemente excediam a ajuda de custo estabelecida. Além disso, o seu rendimento era bastante diminuto para sustentar tantos escravos, guardas e demais empregados. Portanto, os diretores ordenaram que, levando em consideração a informação dada pelos próprios administradores sobre existirem muitas roças nos arredores da Serra de Santo Antônio, das quais se podiam comprar os mantimentos necessários para os empregados naquele serviço, “[...] não o continuem por mais tempo, e que empreguem os feitos, e os negros que ali ocupavam aonde possa ser útil o seu trabalho, no caso de se fazerem precisos.”³⁹⁵

A autorização para a produção de víveres na Serra de Santo Antônio do Itacambirucú durou pouco tempo. Como ficou claro, as razões para o seu fim têm mais relação com as altas despesas e, menos, pelo pouco rendimento. Em todo caso, a narrativa acerca do estabelecimento dessa roça traz importantes questões para o tema do abastecimento no Distrito Diamantino. O cultivo de alimentos na Serra vai à contramão do que os viajantes e memorialistas disseram sobre a Demarcação. Em algumas partes, o solo da região realmente poderia ser árido e infértil. Isso, todavia, não pode ser aplicado a toda Demarcação, pois o cultivo deu-se ao lado de um serviço de extração diamantífera, região por eles considerada infértil por excelência. Como ressaltamos, não podemos considerar a existência de uma separação lógica entre mineração e agricultura no Distrito no período da Real Extração, exceto em alguns casos, como ponderou Marcos Lobato Martins.³⁹⁶ De modo geral, tanto em nosso estudo como na já referenciada pesquisa de José Newton Coelho Meneses, é possível assegurar que “raros são os exemplos de atividade agrícola exclusiva, na amostra de documentos analisados.”³⁹⁷

A partir das considerações a respeito do referido espaço de agricultura, constatamos, como havia demonstrado autores como José Newton Meneses, Carla Almeida, Francisco Eduardo de Andrade, Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis: “não há homogeneidade

³⁹⁴ PARRELA. *O teatro das desordens...*, 2009, p. 66.

³⁹⁵ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 312-313, 1-8-1786.

³⁹⁶ MARTINS. *Agricultura e abastecimento...*, 1999, p. 55.

³⁹⁷ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 165.

na formação do terreno da área das Minas.”³⁹⁸ Guimarães e Reis, ao estudarem a importância da agricultura na sociedade mineira da primeira metade do século XVIII, evidenciaram que a agricultura, concomitante à atividade mineradora, foi condição básica na estrutura colonial ao garantir a continuidade da atividade nuclear: a mineração.³⁹⁹ Assim o foi no contexto do fausto aurífero, assim o foi no período da Real Extração dos Diamantes. No entanto, havia ainda outra questão preocupante para as autoridades: a possibilidade da carestia de mantimentos.

4.4 A carestia

No período aqui estudado, a primeira menção à carestia foi lida nas *Memórias* de Joaquim Felício dos Santos. Não foi a única, como veremos à frente. Para ele, o ano de 1773 teria sido um ano de “desgraças e calamidades para o Distrito Diamantino”.⁴⁰⁰ Ainda segundo o autor, no ano anterior, 1772, “a seca prolongara-se além do tempo ordinário, depois vieram as águas, que continuaram sem interrupção: o resultado foi perderem-se muitas roças, diminuir-se a colheita, a carestia dos gêneros alimentícios, enfim a fome da classe pobre.”⁴⁰¹ As dificuldades experimentadas foram atribuídas por Santos ao isolamento do Distrito, à falta de caminhos de comunicação e à precariedade de transporte, o que não se sustenta mais na historiografia. Porém, a alusão à carestia de alimentos merece maiores esclarecimentos.

A despeito das crises de abastecimento mais graves experimentadas entre 1698 e 1699, e entre os anos de 1700 e 1701,⁴⁰² para Flávio da Silva, em Minas Gerais, as carestias teriam sido frequentes na primeira metade do XVIII, mas não houve crises alimentares propriamente ditas, pois a ameaça à estabilidade social fez com que “o governo e as Câmaras se articulassem no sentido de evitarem a ocorrência de crises de subsistência na Capitania.”⁴⁰³ Assim, quando “nos anos de 1722 e 1723, houve carestia de milho, feijão, farinha e toucinho

³⁹⁸ MENESES. *O continente rústico...*, 2000; ALMEIDA. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*, 1994; ANDRADE. *A enxada complexa...*, 1994; GUIMARÃES; REIS. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*, 1986, p. 15.

³⁹⁹ GUIMARÃES; REIS. *Agricultura e escravidão em Minas Gerais...*, 1986, p. 23.

⁴⁰⁰ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 139.

⁴⁰¹ SANTOS. *Memórias do Distrito Diamantino*, 1976, p. 139.

⁴⁰² SOUZA. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 1990. Ver também: ROMEIRO, *Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII*, 2008b.

⁴⁰³ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 127.

nas principais vilas e arraiais mineiros”⁴⁰⁴, ou em 1732, quando houve novamente falta de milho⁴⁰⁵, as autoridades visitavam até mesmo os moinhos para tentar cessar o problema. É importante ressaltar que o autor parte da diferenciação entre crise e carestia desenvolvida por Francisco Carlos Teixeira da Silva. Para esse autor, crise de subsistência seria o resultado de três fenômenos: falta, carestia e fome. A falta é o desaparecimento de alguns gêneros no mercado; a carestia tem relação direta com a falta, mas é caracterizada principalmente pelo aumento dos preços dos gêneros; e a fome é o estágio em que nenhum alimento está disponível no mercado.⁴⁰⁶ Com base nessas definições, segundo Flávio da Silva, as medidas intervencionistas das câmaras no comércio e na produção foram fundamentais para evitar que motins resultassem em revoltas de difícil controle.⁴⁰⁷

Em análise sobre a mesma região por nós estudada, José Newton Meneses afirmou que “a sociedade complexa formada no ‘continente’ do Serro não teve problemas de abastecimento alimentar, na segunda metade da centúria setecentista.”⁴⁰⁸ Para o historiador, é possível dizer, com certa margem de segurança, não ter havido crise de abastecimento porque aquela sociedade produziu praticamente todo o necessário para sua sobrevivência. Os únicos relatos ou evidências de carência de alimentos diriam respeito apenas aos primeiros anos da colonização das Minas Gerais. Em nosso recorte espacial de estudo, o Distrito Diamantino, também não houve crises, apenas menções às carestias. No entanto, elas demandaram atenção por parte dos funcionários da Real Extração, receosos de que o aumento dos preços pudesse desequilibrar as contas da Administração e prejudicar os trabalhos de extração diamantífera.

Como dito, a preocupação com a elevação dos preços ou com a possibilidade de colheitas não serem satisfatórias não aponta necessariamente para a efetiva falta de alimentos. Talvez esse receio permeasse os pensamentos da população mineira devido às referidas crises ocorridas no início da ocupação do território das Minas. Contudo, na medida em que o século XVIII se aproximava do fim, com base nas proposições de Daniel Roche, é possível inferir que a economia mineira visasse, cada vez mais, “à felicidade terrestre, à abundância relativa, à utilidade.”⁴⁰⁹ Por isso, o problema da carestia não era grave. As autoridades recomendavam apenas cautela para evitar desdobramentos negativos.

⁴⁰⁴ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 114.

⁴⁰⁵ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 116.

⁴⁰⁶ SILVA. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro. 1680-1790)*, 1990, p. 19-20.

⁴⁰⁷ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 127.

⁴⁰⁸ MENESES. *O continente rústico...*, 2000, p. 100.

⁴⁰⁹ ROCHE. *História das coisas banais...*, 2000, p. 20.

Nesse sentido, em 31 de outubro de 1775, os diretores gerais escreveram aos administradores sobre estarem cientes da suposta falta de mantimentos causada pela seca e, diante de tal situação, aprovavam todas as providências tomadas pelos ditos administradores no sentido de “remediar este dano, que devem continuar, e aumentar se for preciso, para que se consiga o desejado fim de que nunca se experimente falta do preciso nessa Real Extração.”⁴¹⁰ É interessante ressaltar que a preocupação com as questões climáticas foram recorrentes no período em pauta. As autoridades e empregados elaboravam planos de trabalho para os longos períodos das secas ou das águas para não prejudicar os serviços de extração de diamantes. Se os fenômenos naturais ameaçavam o andamento das atividades extrativas, também é igualmente compreensível que concorressem para prejudicar as colheitas e reduzir a oferta.

Muitas diligências foram tomadas no sentido de manter a situação sempre sob controle. Em 11 de abril de 1776, o marquês de Pombal, em carta dirigida ao desembargador João da Rocha Dantas e Mendonça, disse ficar “na inteligência que a falta e a carestia do milho no ano passado, não aumentaria a despesa com as rações dos negros”.⁴¹¹ Além disso, pediu que se tivesse prudência a esse respeito para, assim, evitar maiores dificuldades.⁴¹² A diminuição da oferta do milho, que era a base alimentar principalmente dos escravos, causaria sérias consequências para a Administração. Dificilmente escravos mal alimentados dariam melhores resultados nos serviços de extração de diamantes. Dessa forma, a preocupação também residia na possibilidade de diminuição do rendimento da principal atividade ali realizada e, sobretudo, com o aumento dos gastos.

Seja como for, a carestia continuaria entre os assuntos discutidos nos meses subsequentes. Em 23 de outubro de 1776, os diretores gerais responderam à carta dos administradores de abril do mesmo ano afirmando saberem

[...] que naquele tempo continuava a falta de mantimentos porque a última colheita fora pouco melhor que a antecedente, e os lavradores principiaram logo a usar dos seus frutos; nos persuadimos que VM.^{ces}, nesta parte, dariam as providências que

⁴¹⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 141-144, 31-10-1775.

⁴¹¹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 160-161, 11-4-1776.

⁴¹² AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 160-161, 11-4-1776.

mais convenientes fossem aos interesses da Real Fazenda, para suprirem essa Administração com os mantimentos necessários para o seu consumo.⁴¹³

Como podemos notar, a carestia de mantimentos não atingia somente os empregados da Real Extração. Os roceiros, ao sentirem os reflexos do problema, não tardaram em suspender as vendas, ficando com o produto de suas colheitas e prejudicando a rede de abastecimento ao diminuírem a oferta dos gêneros cultivados nas suas lavouras. Tal atitude difere da tendência especulativa da primeira metade do século, quando “os próprios roceiros eram acusados de estocarem sua produção à espera de melhores preços.”⁴¹⁴ Os produtores diamantinos, *a priori*, não estavam visando ao aumento de seus ganhos. Era uma atitude lógica utilizar a própria produção.

Para tranquilidade das autoridades e para a felicidade pública, o quadro da carestia de mantimentos na década de 1770 mostrou uma luz. A 10 de dezembro de 1777, os diretores gerais os felicitaram pela notícia recebida. Apesar da carestia do ano anterior, os administradores não tiveram problemas ou falta deles, tendo a escravatura empregada nos serviços diamantíferos se alimentado normalmente, “posto que o preço não foi menor do que valeram no ano antecedente, cujo excesso estimaremos que se tenha recuperado neste ano, pela barateza que se esperava nos mesmos mantimentos.”⁴¹⁵ Com a regularidade dos preços, a circulação e as trocas se normalizaram e a Administração teve sua demanda atendida.

Em 3 de outubro de 1787, porém, os diretores gerais voltaram a escrever sobre o mesmo assunto. É importante enfatizar que nesse intervalo de dez anos não houve nenhuma troca de correspondência a respeito de carestias. Nessa conjuntura, a situação relatada não diferia muito das anteriores. Assim, eles disseram:

[...] a falta de mantimentos, que VM.s informam, se vai cada vez mais experimentando de modo que lhes dá cuidado o fornecimento da escravatura empregada nos trabalhos dessa Administração, não pode deixar de proceder parte dela da culpável omissão de VM.s em não precaverem a tempo essa falta nem fazerem as provisões necessárias nas ocasiões oportunas, como deviam; e a este respeito nos cabe recomendar a VM.s que pratiquem todos os meios de fornecerem a dita escravatura com a maior comodidade que for possível.⁴¹⁶

⁴¹³ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 184-187, 23-10-1776.

⁴¹⁴ SILVA. *Subsistência e poder...*, 2008, p. 115.

⁴¹⁵ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 221-223, 10-12-1777.

⁴¹⁶ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 330-331, 3-10-1787.

Mais uma vez, os diretores culpavam os administradores por sua “omissão” no assunto. Como vimos no primeiro capítulo, esse tipo de comportamento não era novidade, sobretudo a respeito da dificuldade administrativa em cumprir as ordens emanadas pelos diretores acerca da diminuição das despesas. Ou como no segundo capítulo, em que apresentamos alguns motivos pelos quais ocorria a falta de itens necessários à mineração. Quando se travava das importações, os administradores tinham a mesma postura e só recorriam à administração superior quando a situação estava quase irremediável. Não foram raras as vezes em que foram avisados de como deviam proceder no caso da falta de matérias primas ou mercadorias importadas para os serviços diamantinos, recomendação quase sempre ignorada. Aqui a complexidade da situação aumentou porque tratava-se de alimentação. No entanto, segundo as autoridades lisboetas, os motivos eram os mesmos: falta de zelo e organização por parte dos administradores, por não cumprirem as orientações expedidas anteriormente.

Novamente, em 29 de fevereiro de 1788, os diretores escreveram sobre a continuidade da carestia de mantimentos e esperavam que os administradores tivessem tomado as providências cabíveis para evitar maiores problemas.⁴¹⁷ Mais uma vez, em 1º de abril de 1788, alertaram para a impossibilidade de ajuda:

Como de modo algum não podemos suprir a falta e carestia de mantimentos de que VM.s nos informam; e só resta, da nossa parte, recomendarmos a VM.s que tenham o maior cuidado neste particular e nas suas consequências, esperamos que nele se haverão como pedem as suas obrigações no serviço dessa Administração.⁴¹⁸

As recomendações para abrandar e controlar a situação eram sempre as mesmas: atenção no ato de compra de alimentos, observando preços e condições favoráveis, evitar desperdícios na distribuição das “rações” dos escravos e demais empregados. Apesar das orientações, a recorrência do assunto nas cartas enviadas pela Diretoria Geral da Real Extração é bastante considerável. Cerca de três meses depois, em 7 de junho de 1788, os diretores escreveram avisando que haviam recebido

[...] a desagradável notícia da falta de águas e de mantimentos; dos exorbitantes preços a que eles tinham subido; e das esperanças de uma irremediável fome nesse continente. Nestas circunstâncias que nos mortificam, devemos, resignados na Divina Providência, fazer aqueles esforços que pedem as nossas obrigações no Real Serviço, e que couberem nas nossas possibilidades. E, como nesta conjuntura, não podemos fazer mais do que recomendar a VM.s que usem de todos os expedientes

⁴¹⁷ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 332, 29-2-1788.

⁴¹⁸ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 332-333, 1-4-1788.

por onde mais comodamente possam suprir ao provimento da escravatura empregada nas tropas dessa Administração. Isto mesmo é o que lhes recomendamos com a maior eficácia ao dito respeito.⁴¹⁹

Diante das dificuldades, restou recorrer à “Providência Divina” para resolver o problema da carestia de mantimentos no Distrito Diamantino. Essa foi a única carta em que a palavra “fome” foi escrita. Contudo, não houve efetivamente fome ou crise de abastecimento. A partir da análise da correspondência, ficou evidente a preocupação das autoridades no que se refere ao abastecimento, sobretudo dos escravos, mão de obra fundamental para a realização do trabalho pesado nas zonas mineradoras, e dos empregados nas tropas militares responsáveis pela segurança da área demarcada. Em nenhum momento, outras pessoas, como funcionários mais importantes da Real Extração, tais como os administradores e intendentess, parecem ter sofrido problemas relacionados à carestia de gêneros alimentícios. Diferente dos escravos e empregados subalternos, os administradores e feitores recebiam cento e vinte mil réis e setenta e dois mil réis, respectivamente, “para sem outro suprimento se sustentarem à sua própria custa.”⁴²⁰ Eles não dependiam das compras da Real Extração para se alimentarem, recebiam ajuda em dinheiro para o sustento. Dessa forma, nas épocas de carestia, podiam contornar as adversidades facilmente, podendo adquirir alimentos de outras formas. Ali, talvez a carestia atingisse essencialmente os mais pobres, embora os dirigentes da Real Extração tivessem se dedicado a evitar que ela fosse sentida pelos empregados subalternos e escravos, sem os quais a atividade nuclear estaria comprometida.

⁴¹⁹ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 335-336, 7-6-1788.

⁴²⁰ AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 346-362, 6-7-1789.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações aqui são realmente breves. Neste final de texto, uma dúvida consumiu-nos: se este trabalho possuía variadas e pequenas conclusões ou esse pensamento apontaria justamente para a ausência delas? Se a resposta fosse positiva para a primeira questão, afirmaríamos que elas estão espalhadas ao longo dos parágrafos da dissertação. No caso da segunda, costumam dizer que nunca terminamos uma pesquisa, optamos por encerrá-la por diversas questões, entre elas algumas principais, como a exiguidade do tempo. Assim, as considerações finais são, na verdade, parciais. Percebê-las mostra que, embora timidamente iniciando no ofício de historiador, conseguimos caminhar entre os serviços diamantinos, observamos o cotidiano de portugueses e escravos africanos e conhecemos mais a história daquele período.

O abastecimento na Demarcação Diamantina era complexo e dinâmico. Para garantir a produção diamantífera por conta da Real Fazenda, a Real Extração ocupou-se da compra, da organização e da distribuição de enorme quantidade de produtos importados. A Administração também tentou controlar o comércio ao estabelecer regras a fim de regulá-lo. Incentivou a produção interna de víveres na medida em que adquiria dos roceiros os gêneros necessários. Constantemente intervindo em tais questões, é bem verdade, objetivava-se combater o extravio de diamantes e controlar as receitas e despesas. Entretanto, o controle do abastecimento não era apenas uma questão de pragmatismo fiscal e administrativo. Visava-se, também, à garantia da sobrevivência de incontável número de empregados e escravos. Isso assegurava, por sua vez, a estabilidade social e a felicidade pública. Para a Real Extração, a produção de diamantes era primordial para o aumento da riqueza do Estado, mas, como lembra Ângela Domingues, as noções de progresso, felicidade e bem-estar para o proveito da sociedade eram princípios estruturantes na legislação do século XVIII. Para ela, de acordo com o pensamento político setecentista, “o soberano era o principal responsável pela felicidade e bem-estar social, moral e econômico dos seus súditos, tanto reinóis como crioulos.”⁴²¹ Além disso, à luz da mesma doutrina política, “os interesses dos súditos coincidiam e fundiam-se com os interesses do Estado: uma economia sólida significava a prosperidade dos povos, uma administração eficaz e justa corresponderia à tranquilidade social.”⁴²² Afinal, em parte, não eram esses os anseios ao criarem a Real Extração?

⁴²¹ DOMINGUES. *Para um conhecimento dos domínios coloniais...*, 2000, p.31.

⁴²² DOMINGUES. *Para um conhecimento dos domínios coloniais...*, 2000, p. 31.

REFERÊNCIAS

1. Fontes manuscritas

1.1 Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) de registo das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro]. Livro 4067, p. 27, 23-01-1801.

AHTCP. *Erário Régio*. “Instruções que se deram pelo Real Erário ao governador e capitão-general de Minas Gerais”. Livro 4070, p. 1-17, 7-2-1775.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 42, 23-08-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 46, 6-11-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 53, 6-11-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 58, 6-11-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 59, 6-11-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 65, 2-12-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 66, 2-12-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 67-68, 2-12-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 68, 2-12-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 72-78, 2-12-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Diário Segundo do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4084, p. 76, 2-12-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Borrador 1º do Diário do Livro Mestre da Diretoria Geral da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil, por conta da Fazenda Real. Livro 4085, p. 5-8, 16-6-1773.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro de Registo de contas diversas relativas a mercadorias compradas em Lisboa, Porto e Rio de Janeiro respeitantes à Junta da Direção Geral da Real Extração dos Diamantes. Livro 4087.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 1-2, 1-8-1771.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 15-17, 21-8-1772a.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 18, 27-08-1772.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 20, 7-9-1772.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 30, 15-10-1772.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 53, 22-07-1773.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 97, 4-11-1774.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 102-104, 10-11-1774.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 104, 11-11-1774.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registo de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 134, 17-06-1775.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 141-144, 31-10-1775.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 152-154, 29-03-1776.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 160-161, 11-4-1776.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 175, 13-7-1776.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 179-181, 16-7-1776.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 184-187, 23-10-1776.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 216-217, 2-12-1777.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 219-220, 7-12-1777.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 221-223, 10-12-1777.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 223-224, 12-12-1777.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 248-249, 15-7-1778.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 275, 26-10-1778.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 279-280, 21-09-1778.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (1º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4088, p. 286, 4-6-1779.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 25-26, 12-7-1780.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 44-47, 4-8-1780.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 65-66, 19-12-1780.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 66-69, 19-12-1780.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 232-233, 31-10-1783.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 243-245 30-12-1783.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 198-200, 31-1-1783.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 243-245 30-12-1783.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 268-270, 3-9-1784.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 289-290, 27-9-1785.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 312-313, 1-8-1786.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 330-331, 3-10-1787.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 332, 29-2-1788.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 332-333, 1-4-1788.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 335-336, 7-6-1788.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (2º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais, na Colônia. Livro 4089, p. 346-362, 6-7-1789.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (3º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4090, p. 31, 12-10-1790.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (3º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes [em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia]. Livro 4090, p. 64, 16-11-1805.

AHTCP. *Erário Régio*. Livro (3º) do registro de ordens e cartas expedidas pela Junta de Direção Geral da Real Extração dos Diamantes, em Lisboa, para seus administradores gerais na Colônia. Livro 4090, p. 68, 3-12-1805.

1.2 Arquivo Histórico Ultramarino

AHU. *Conselho Ultramarino/Brasil*. Cx.: 135, Doc.: 47, 16-10-1790.

AHU. *Conselho Ultramarino/Brasil*. Cx.: 144, Doc.: 12, 3-10-1798.

1.3 Arquivo Público Mineiro

APM. Regimento Diamantino. Registros de portarias, regimentos, ordens, bandos, editais, instruções e assuntos. 1735-1776. SC. 50.

APM. Casa dos Contos - Cx. 9 - 10183.

APM. Casa dos Contos - Cx. 11 - 10231.

APM. Casa dos Contos - Cx. 125 - 20947.

APM. Casa dos Contos - Cód. 21116.

1.4 Biblioteca Nacional de Portugal

B.N.L. “Carta régia (D. José I) ao Dr. Francisco José Pinto de Mendonça, desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação e intendente geral da extração dos diamantes, acerca do regimento estabelecido para exploração e administração das minas de diamantes do Brasil.” Nossa Senhora da Ajuda, 3 de agosto de 1771. Ref.: Col. Pomb. Cód. 691, fls. 70-73v.

“Carta do visconde mordomo-mor para o visconde de Barbacena, remetendo-lhe cópia da carta escrita ao intendente geral dos Diamantes na comarca do Serro do Frio, sobre abusos naquela Administração.” Lisboa, 21 de outubro de 1789. Ref.: Col. Pomb. Cód. 697, fls. 154-158.

2. Fontes cartográficas

Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. (AHEx)

AHEx. Nº 06.01.1132, CEHB 3189. *Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém.* c.1770, aquarela, 48,1 x 64,7 cm.

3. Fontes iconográficas

Museu do Ouro, Sabará/MG. (MO)

Vista do serviço Diamantino do Monteiro no rio Gequitinhonha. Para ser presente ao Ilmo. E Exmo. Sr. Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, Fidalgo da Casa de S. A R. e do Concelho do mesmo Senhor, Governador e Capitão Geral de Minas Geraes. Offerecido por Modesto Antonio Maier, Inten.de dos Diamantes. Tejuco, 1803. Miranda fes. Caetano Luís de Miranda (Escala: [não determinada]. -1803. -1 Desenho: ms, color.; 78 x 151cm.

4. Fontes impressas

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Memórias sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias. In: Caldeira, Jorge (org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 51-56.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. Memórias sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias. In: NUNES, M. Jacinto; CARDOSO, José Luís. *Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1991, v. 2, p. 388-412.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais: seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

D'ORBIGNY, Alcide. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução: David Jardim. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário mineral*. In: FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002.

FORTES, Manuel Azevedo. *O Engenheiro Português*. Oficina de Manoel Fernandes da Costa: Lisboa Ocidental, vol. 2, 1728.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Medicina lusitana: socorro delphico aos clamores da natureza humana para total profligação de seus males*. Porto: Officina Episcopal de Manoel Pedroso Coimbra, 1750.

JULIÃO, Carlos. *Riscos iluminados de figurinhos de brancos e negros dos usos do Rio de Janeiro e Serro do Frio*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Brasil, 1960.

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Tradução: Solena Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

MELO, Sebastião José de Carvalho e. *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)* Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

MENDES, José Antonio. *Governo de mineiros: mui necessário, para os que vivem distantes de professores seis, oito, dez e mais léguas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e as mais das vezes mortais*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2012.

OFFICIO do Dr. Joaquim Velloso de Miranda sobre a extracção do salitre na capitania (1801). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 3, p. 273-274, abr-jun. 1898.

REPRODUÇÃO fac-similar do alvará de 5 de janeiro de 1785 proibindo as manufaturas no Brasil. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 40, p. 155-159, 1995.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*. Coord. Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Tradução: Leonam de Azevedo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, v. 2, 1981.

Dicionários

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SILVA, Antonio Moraes. *Dicionário da língua portuguesa...* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

Bibliografia

ABREU, Jean Luiz Neves. *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2006.

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII*. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 1997, p. 83-154.

ALGRANTI, Leila Mezan. Notas sobre a mesa da casa Real portuguesa no reinado de D. José. In: SÁ, Isabel dos Guimarães; FERÁNDEZ, Máximo García. (Dir.) *Portas adentro: comer, vestir, habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*. Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 87-112.

ALGRANTI, Leila Mezan. Saberes culinários e a botica doméstica: beberagens, elixires e mezinhas no Império português (séculos XVI-XVIII). *Saeculum - Revista de História*. João Pessoa, n. 27, p. 13-28, jul./dez., 2012.

ALGRANTI, Leila Mezan. Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis: diversidade de fontes e possibilidades de abordagens. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 21-51, jan./abr., 2016.

ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, ICHF, Niterói, 1994.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Colonial: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010

ALMEIDA, Danielle Sanches. *Entre lojas e boticas: o comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002. p. 99-108.

APPADURAI, Arjun. Introdução: mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 15-88.

BESSA, Antônio Luiz de. *História financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 1, 1981.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, séculos XVIII e XIX). *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 101-137, jan./abr., 2016.

BOSCHI, Caio César. Nem tudo que reluz vem do ouro. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 57-66.

BOSCHI, Caio César. Administração e administradores no Brasil pombalino: os governadores da capitania de Minas Gerais. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 77-109, jul., 2002.

BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América portuguesa e historiografia brasileira contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 291-313, jul/dez., 2006.

BOSCHI, Caio César. “Um hábil naturalista”, Joaquim Veloso de Miranda. In: BOSCHI, Caio César. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2011, p. 101-210.

BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução de Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 1997.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CALÓGERAS, João Pandiá. *As Minas do Brasil e sua legislação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

CARDOSO, José Luís. *História do pensamento económico português: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, Niterói, v. 16, n. 31, p. 65-88, dez., 2011.

CARRARA, Angelo Alves. Padrões de existência, regime alimentar e movimento de preços numa sociedade em transição: Minas Gerais, 1750-1900. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 23, p.131-153, jul., 2000.

CARRARA, Angelo Alves. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 41, p. 40-59, jul.dez., 2005.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007a.

CARRARA, Angelo Alves. Fiscalidades e conjunturas financeiras do Estado do Brasil, 1607-1808. *Congresso Brasileiro de História Econômica*, Aracaju, 2007b.

CARRARA, Angelo Alves. Para uma história dos preços do período colonial: questões de método. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1 p. 163-194, 2008.

CARRARA, Angelo Alves. *Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII: Minas Gerais, Bahia, Pernambuco*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

CARRARA, Angelo Alves. A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775–1807. *América Latina en la Historia Económica*, Cidade do México, n. 35, p. 31-52, enero/junio. 2011.

CARRARA, Angelo Alves. *Fiscalidade e finanças do Estado brasileiro, 1808-1889*. Tese (Professor Titular). Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016a.

CARRARA, Angelo Alves. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais: a segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751. *Varia Historia*, v. 32, p. 837-860, 2016b.

CARRARA, Angelo Alves. O reformismo fiscal pombalino no Brasil. *Revista Historia Caribe*. Barranquilla, vol. XI, nº 29, p. 83-111, jul-dez.2016. Disponível em: http://investigaciones.uniatlantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/article/view/1532/1270. Acesso em: 19 out. 2016c.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Perfil do marquês de Pombal*. Porto: Lello e Irmão, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do séc. XIX. In: CEDEPLAR/UFMG (Org.). *10º Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, Diamantina. Anais do 10º Seminário sobre a Economia Mineira, 2002. CD-ROM.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. As “produções nacionais”: o mercado luso-brasileiro através dos mapas de importação e exportação. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006. p. 135-151.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. A administração fazendária na América portuguesa: a Junta da Real Fazenda e a política fiscal ultramarina nas Minas Gerais. *Almanack*, v. 5, p. 81-96, 2013.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Administração fiscal nas províncias do centro: As fronteiras fiscais na América portuguesa (1780-1815). *Tiempo y Economía*, v. 2, p. 53-68, 2015.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Lisboa: Kapa, 2004.

CUNHA, Alexandre Mendes. A Junta da Real Fazenda em Minas Gerais em seu diálogo com o Erário Régio In: BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015, p. 18-27.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126.

DOMINGUES, Ângela. Para um conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. In: *Ler História*. Dossier: Brasil Colonial. Leituras e representações. Lisboa: ISCTE, 2000, p. 19-34.

DRUMOND, Marco Aurélio. *Indumentária e Cultura Material: Produção, comércio e usos na Comarca do Rio das Velhas (1711-1750)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2008.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

ELLIS, Myriam. Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras do Brasil no Século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 4, n. 36, p. 429-467, out./dez., 1958.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FALCON, Francisco José Calazans. Antigos e novos estudos sobre a “Época pombalina”. In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Claudia. (Orgs.). *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 7-24.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo. O conceito de ordem em Portugal (séculos XVIII e XIX). *Tempo*, Niterói, v.17, n. 31, p.21-34, 2011.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771)*. Belo Horizonte: FUMARC, São Paulo: Letra & Voz, 2009.

FIGUEIREDO, Luciano. O Erário Régio: uma breve introdução. In: BOSCHI, Caio César; QUINTÃO, Régis Clemente. *Minas Gerais no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas de Portugal*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2015a, p. 11-17.

FIGUEIREDO, Luciano. Pombal cordial. Reformas, fiscalidade e distensão política no Brasil: 1750-1777. In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Claudia. (Orgs.). *A "Época pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015b, p. 125-174.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura, 2002.

FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. *João Rodrigues de Macedo: ações e transações*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2005a.

FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. O contratador João Rodrigues de Macedo: ações e transações através da prática epistolar no século XVIII. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 25, p. 29-55, 2005b.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro. Ed.Graal, 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português, séculos XVII e XIX. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba: Associação Paranaense de História/UFPR, n. 36, p. 99-127, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. Distrito Diamantino: o avesso da memória. *Varia Historia*, Belo Horizonte/UFMG, v.12, p.80-94, 1993.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999a.

FURTADO, Júnia Ferreira. Relações de poder no Tejuco ou um teatro em três atos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 129-142, jul., 1999b.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Labirinto da Fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. IN: *História: Fronteiras*. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, v. 2, p. 309-319, 1999c.

FURTADO, Júnia Ferreira. Saberes e negócios: os diamantes e o artífice da memória, Caetano Costa Matoso. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 21, p. 295-306, 2000.

FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002, 2v, p. 3-30.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, v. 41, p. 88-105, jul.dez., 2005a.

FURTADO, Júnia Ferreira. Boticários e boticas nas Minas do ouro. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula; SCHMIDT, Paulo (Org.). *Farmácia: ofício & história*. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005b. p. 15-62.

FURTADO, Júnia Ferreira. Distrito Diamantino: uma terra de estrelas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2007. p. 303-320.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2012a.

FURTADO, Júnia F. Nobilitação dos homens de negócio no ultramar português: Pombal e os contratadores de diamantes. In: ANTUNES, Álvaro de Araújo. SILVEIRA, Marco Antônio. (Org.) *Dimensões do poder em Minas* (séculos XVIII e XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2012b, p.109-138.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 7-36, jun.,1986.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2007, p. 321-335.

GUSMÃO, Sebastião Silva; MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando; RAMOS JÚNIOR, Silvio Pereira. Hospital do contrato Diamantino, Santa Casa de Diamantina e Hospício da Diamantina. *Revista Médica de Minas Gerais*. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 249-263, 2013.

HESPANHA, António Manuel. Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.43-94.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, v. 2, 1960, p. 259-310.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas e a imposição do Estado no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, v.50, p. 257-273, 1974.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: UESB, 2012.

KANTOR, Íris. Novas expressões da soberania portuguesa na América do Sul: impasses e repercussões do reformismo pombalino na segunda metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014, p. 463-482.

KAPLAN, Maria Auxiliadora Coelho; GOTIUEB, O.R.; Busca racional de princípios ativos em plantas. *Interciência*, v. 15, n. 1, p. 26-29, 1990.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 11. Suplemento 1. Rio de Janeiro: FOC, 2004, p. 109-129.

LENHARO, Alcyr. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos diamantes nas Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1945.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979a. p. 147-171.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979b.

LINHARES, Maria Yedda Leite. História Agrária. In: FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tejuco: cidade Diamantina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1980.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina de. A demanda do trivial: vestuário, alimentação e habitação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, n. 65, p. 153-199, jul., 1987.

MARTINS, Marcos Lobato. Agricultura e abastecimento na Comarca do Serro Frio da Capitania de Minas Gerais: 1717-1820. *CRONOS: Revista de História*. Pedro Leopoldo, v.1, n. 1, p. 45-58, set., 1999.

MARTINS, Marcos Lobato. *Da bateia à enxada: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX*. Diamantina: Fafidia, 2000.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MENESES, José Newton Coelho. A terra de quem lavra e semeia: alimentos e cotidiano em Minas Colonial. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2007a. p. 337-358.

MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2007b. p. 377-399.

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação. Dossiê: Elementos materiais da cultura e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 397-404, jul./dez., 2011.

MENESES, José Newton Coelho. *Uma história da veterinária: exercício e aprendizagem de ferradores e alveitares e veterinários em Minas Gerais e a Escola de Veterinária da UFMG*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

MENESES, José Newton Coelho. 'A louça do meu uso, tanto da Índia como de Estanho': rusticidade cotidiana e requinte ocasional nas mesas das Minas Gerais setecentistas. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, v. 27, p. 31-38, jul./dez., 2012b.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes fabris e ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas Câmaras de Lisboa e das vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013a.

MENESES, José Newton Coelho. Se perpetue a Companhia nessas partes: materialidade da Fazenda Santa Cruz no tempo da expulsão dos jesuítas. In: AMANTINO, Márcia; ENGERMANN, Carlos. (Org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013b, p. 73-104.

MENESES, José Newton Coelho. Dona Anna Perpétua: mulher, matrimônio e família no Tejuco (Séculos XVIII e XIX). LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton Coelho; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr, L. (Org.). *História da família no Brasil* (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015a, p. 333-354.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: o quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, v. 23, n. 2, p. 69-92, 2015b.

MENESES, José Newton Coelho. Apresentação. Culturas alimentares, práticas e artefatos. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 32, n. 58, p. 15-20, jan./abr., 2016.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, 1983.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, 5, p. 9-91, jan., 1997.

MILLER, Daniel. Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2013.

MIRANDA, Tiago Costa Pinto dos Reis. “*Ervas de Ruim Qualidade*”. A expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa: 1750-1763. Dissertação. (Mestrado em História). FFLCH da USP, 1991.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sobra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a dom Rodrigo de Sousa Coutinho. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. V. 3, 2014, p. 111-156.

NAPOLEONI, Cláudio. Os fisiocratas. In: NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. 5 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 22-39.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

PAIVA, Eduardo França. Iconografia Colonial das Minas Gerais e do Peru: para uma história comparada. *Portuguese Studies Review*, v. 18, n. 1, p. 61-79, 2010.

PALMESI, Luca. *Saber e sabor: corpo, medicina e cozinha na obra de Francisco da Fonseca Henriques*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

PARRELA, Ivana Denise. *O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino: 1768-1800*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009.

PEDREIRA, Jorge. A economia política do sistema colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014, p. 419-460.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014, p. 381-418.

PINTO, Virgílio Noya. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

PIVA, Teresa C. C.; FILGUEIRAS, Carlos A. L. O fabrico e uso da pólvora no Brasil colonial: o papel de Alpoim na primeira metade do século XVIII. *Química Nova*, v. 31, n. 4, p. 930-936, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RABELLO, David. *Os diamantes do Brasil: na regência de Dom João, 1792-1816: um estudo de dependência externa*. Editora Arte & Ciência, 1997.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4, p. 265-282, 1996.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 8/9, p. 281-291, 2003.

REDE, Marcelo. História e Cultura Material. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2012, p. 133-150.

REIS, Flávia Maria da Mata. *Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano das Minas do Século XVIII (1702-1762)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

RIBEIRO, Mônica da Silva. “Razão de Estado” e o pombalismo. Os modos de governar na administração de Gomes Freire de Andrada. In: FALCON, Francisco José Calazans; RODRIGUES, Claudia. (Orgs.). *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 91-124.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ROCHE, Daniel. *A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII e XVIII)*. Tradução Assef Kfoury. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Carmem Marques. *Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a.

ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: a história trágica das minas de ouro em fins do século XVII. *Saeculum* (UFPB), v. 19, p. 165-181, 2008b.

ROMEIRO, Adriana. A corrupção na Época Moderna? Conceitos e desafios metodológicos. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 21, n. 38, p. 216-237, 2015.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Porto: Difel, 1992.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial (1720-1821)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2014, p. 307-338.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). *A “Época pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 31-58.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

SÉRGIO, Antônio. *Antologia dos economistas portugueses (século XVII)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

SERRÃO, José Vicente. Sistema político e funcionamento institucional no Pombalismo. In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. (Orgs.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Coleção Documenta Histórica. Lisboa: Vega, 1989, p. 11-21.

SERRÃO, José Vicente Serrão. O quadro econômico. In: MATTOSO, José. (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, v.4, 1993, p. 74-117.

SILVA, Flávio Marcus da. Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2007, p. 359-375.

SILVA, Flávio Marcus da. *Subsistência e poder: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro. 1680-1790)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ouro e diamantes: as dificuldades da cobrança dos Direitos Reais. *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, v. 8, p. 89-101, 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. *Universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, George F. Cabral de. Saciar para manter a ordem e o bem público: a câmara municipal do Recife e o problema do abastecimento da Vila (séculos XVIII e XIX). *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, v. 20, n. 1, p. 111-127, 2014.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO, José. (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, v.4, 1993, p. 157-285.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1999.

TEIXEIRA, V.A.I; COELHO, M.F.B; MING, L.C. Poaia [Psychotria ipecacuanha (Brot.) Stoves]: aspectos da memória cultural dos poaieiros de Cáceres - Mato Grosso, Brasil. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*. Botucatu, v.14, n.2, p. 335-343, 2012.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

VAZ, Francisco António Lourenço. *Instrução e economia: as ideias económicas no discurso da Ilustração portuguesa (1746-1820)*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

VASCONCELOS, Silvio de. A formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 121-134, 1959.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 181-192.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Reformismo Ilustrado Português. In: VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censuras e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 125-166.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.